



7 |

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO



SALVADOR

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2017



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

As ações desenvolvidas, no ano de 2017, para garantir a otimização na aplicação dos recursos, a transparência na gestão pública e a melhoria do relacionamento com o cidadão compõem este Eixo. A ênfase permanece em reduzir as despesas de custeio da máquina pública para investir mais no cidadão. Esta estratégia, já adotada na gestão passada, entre 2013 e 2016, gerou um incremento significativo nos recursos destinados às obras e aos serviços e assegurou um avanço na qualidade de vida da população de Salvador.

A eficiência na gestão municipal também exige servidores e dirigentes públicos capacitados e preparados.

Neste sentido, foram realizados treinamentos para aprimorar o desempenho dos funcionários municipais na execução de suas funções e atendimento à população. Também, em 2017, foram adotadas medidas para simplificar os serviços e ampliar a interatividade com os cidadãos.

O Eixo Desenvolvimento Institucional e Engajamento do Cidadão é integrado pelo Gabinete do Prefeito (GABP), Gabinete do Vice-Prefeito (GABVP), Ouvidoria Geral do Município (OGM), Diretoria Geral das Prefeituras-Bairro (DGPB), Controladoria Geral do Município (CGM), Procuradoria Geral do Município de Salvador (PGMS), Casa Civil, Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos do Salvador (ARSAL), Companhia de Governança Eletrônica do Salvador (COGEL) e pelas Secretarias Municipais da Fazenda (SEFAZ), de Gestão (SEMGE) e de Comunicação (SECOM).



GABINETE DO PREFEITO (GABP)

O Gabinete tem como função assessorar o Chefe do Poder Executivo Municipal em suas atribuições legais, nas relações institucionais, com a comunidade e com os segmentos da sociedade civil. Também coordena e executa a política de descentralização administrativa, mobiliza e articula os esforços da Administração Municipal para a execução de projetos, bem como de formular, coordenar e executar as funções de auditoria e do controle interno da administração.

A partir da reforma administrativa Lei nº 9.816/16, regulamentada pelo Decreto nº 28.236 foi criada, em sua estrutura, a Unidade de Pessoas com Deficiência (UPCD), responsável por definir e executar a política para pessoas com deficiência no município.

Ao longo do ano foram expedidos, encaminhados ou recepcionados projetos de lei, decretos e leis complementares:

ATOS ADMINISTRATIVOS

DECRETOS		
28.299/17.03.2017	Cria o Grupo Permanente de Ações Preventivas de Defesa Civil e dá outras providências.	18/03/2017
28.322/24.03.2017	Convoca a IV Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, e dá outras providências.	25/03/2017
28.329/28.03.2017	Cria a Coordenação Geral para gestão e acompanhamento da execução dos serviços técnicos de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana do Município de Salvador e dá outras providências.	29/03/2017
28.453/13.05.2017	Regulamenta a Lei nº 9.174, de 18 de outubro de 2016, que institui o Programa de Incentivo à Cultura - Viva Cultura, e dá outras providências.	13/05/2017
28.476/17.05.2017	Designa os representantes da Comissão Técnica de apoio à Coordenação Geral de gestão e acompanhamento dos serviços de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, instituída por meio do Decreto nº 28.329/17.	18/05/2017
28.560/13.06.2017	Dispõe sobre a Comissão Normativa da Legislação Urbanística (CNLU).	14/06/2017
28.561/13.06.2017	Regulamenta o art. 9º da Lei Complementar nº 66 de 18 de maio de 2017, que dispõe sobre a concessão de "jeton", no âmbito de Comissões de Processos Seletivos Simplificados e de Concursos Públicos, na forma que indica.	14/06/2017
28.562/13.06.2017	Regulamenta o disposto no § 8º, do art. 77, da Lei Complementar nº 01/1991, para os ocupantes do cargo de Profissional de Atendimento Integrado, nas áreas de qualificação de Médico e Enfermeiro, e do cargo de Técnico em Serviços de Saúde, na área de qualificação de Técnico de Enfermagem, quando atuando no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência em regime de plantão.	14/06/2017



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

DECRETOS		
28.624/05.07.2017	Cria Grupo de Trabalho para elaborar a regulamentação e acompanhar a implementação dos procedimentos do regime jurídico das parcerias entre o Município de Salvador e as Organizações da Sociedade Civil, na forma da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.	06/07/2017
28.668/21.07.2017	Dispõe sobre o Estágio Probatório dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, a Avaliação Especial de Desempenho para fins de aquisição de estabilidade e dá outras providências.	22/07/2017
28.688/28/07/2017	Cria Grupo de Trabalho para elaborar proposta de legislação para disciplinar o processo administrativo no âmbito do Município de Salvador	29/07/2017
28.689/28/07/2017	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 19.960, de 09 de setembro de 2009, alterado pelo Decreto nº 23.857 de 03 de abril de 2013, que regulamenta a Gratificação de Incentivo ao Desempenho Gerencial, e dá outras providências.	29/07/2017
28.690/28/07/2017	Dispõe sobre a destinação dos recursos remanescentes de que trata o parágrafo único do artigo 102 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), introduzido pela emenda Constitucional nº 94/2016.	29/07/2017
28.704/02/08/2017	Institui a "Operação Tapa Buracos - 2017" na forma do art. 102 da Lei Complementar nº 01/91 e dá outras providências.	03/08/2017
28.705/02/08/2017	Altera dispositivo do Decreto nº 28.231 de 28 de dezembro de 2016, que "instituiu o Comitê Náutico de Salvador e dá outras providências".	03/08/2017
28.775/22/08/2017	Regulamenta a Lei nº 9.215, de 19 de maio de 2017, que instituiu o Programa de Incentivo à Restauração e Recuperação de Imóveis do Centro Antigo de Salvador - PROGRAMA REVITALIZAR, e dá outras providências.	23/08/2017
28.845/13/09/2017	Dispõe sobre o serviço de telefonia fixa e móvel, de uso corporativo, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Municipal.	14/09/2017
28.853/14/09/2017	Dispõe sobre a criação, composição, estruturação, competência e funcionamento do Comitê Técnico de Supervisão e Acompanhamento das Ações de Implementação das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 no Município de Salvador, e dá outras providências.	15/09/2017
28.866/15/09/2017	Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 27.278, de 31 de maio de 2016, na forma que indica.	16/09/2017

DECRETOS		
28.919/26/09/2017	Institui a Unidade Gestora do Projeto Salvador Social (UGP), no âmbito da Casa Civil e dá outras providências.	27/09/2017
28.920/26/09/2017	Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPED), para o biênio 2017/2019.	27/09/2017
28.921/26/09/2017	Acrescenta dispositivos aos Decretos nº 25.344, de 23 de setembro de 2014 e Decreto nº 26.624, de 26 de outubro de 2015, na forma que indica.	27/09/2017
28.933/28/09/2017	Cria Comissão Especial Mista de Licitação para os fins que indica e dá outras providências.	29/09/2017
28.964/06/10/2017	Regulamenta o funcionamento do Fundo Municipal da Pessoa Idosa, instituído pela Lei Municipal nº 9.013/2016, e dá outras providências.	07/10/2017
29.006/16/10/2017	Cria as Comissões de Avaliação e de Alienação para, respectivamente, promoverem as alienações e avaliações dos imóveis de que tratam as Leis nº 8.655/2014 e 9.233/2017.	17/10/2017
29.015/17/10/2017	Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, área de terreno com acessões e benfeitorias porventura existentes, medindo 460m ² , situado à Avenida Oceânica, 3305, Ondina, Zona Urbana do Município do Salvador, através de PR. ADM. nº 63256/2016 – SEFAZ e dá outras providências.	18/10/2017
29.019/18/10/2017	Cria Comissão Especial Mista de Licitação para contratação de empresa de Consultoria para a prestação de serviço de Assessoria Técnica ao Gerenciamento e à Fiscalização das obras de implantação do Trecho 1 do Empreendimento "Corredores de Transporte Público Integrado de Salvador LAPA/LIP" e dá outras providências.	19/10/2017
29.037/20/10/2017	Cria o Comitê Municipal de Inovação da Cidade e dá outras providências.	21/10/2017
29.055/25/10/2017	Cria Grupo de Trabalho para acompanhar a criação da Unidade de Conservação do Vale Encantado.	26/10/2017
29.056/25/10/2017	Cria Grupo de Trabalho para acompanhar a criação da Unidade de Conservação Marítima da Barra.	26/10/2017
29.057/25/10/2017	Cria Grupo de Trabalho para acompanhar a criação da Unidade de Conservação do Vale da Avenida Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô.	26/10/2017



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

DECRETOS		
29.075/27/10/2017	Fixa remuneração da Função de Médico SAMU para contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.	28/10/2017
29.076/27/10/2017	Institui a Década Municipal Afrodescendente e cria grupo de Grupo de Trabalho.	28/10/2017
29.077/27/10/2017	Aprova o Regimento do Conselho Municipal das Comunidades Negras (CMCN) e dá outras providências.	28/10/2017
29.099/06/11/2017	Dispõe sobre o Manual Técnico de Arborização Urbana de Salvador com espécies nativas da Mata Atlântica.	07/11/2017
29.100/06/11/2017	Regulamenta o art. 5º da Lei nº 8.474, de 02 de outubro de 2013, e institui o Programa de Certificação Sustentável "IPTU VERDE" em edificações no Município de Salvador, que estabelece benefícios fiscais aos participantes do programa, assim como o art. 5º da Lei nº 8.723 de 22 de dezembro de 2014 e dá outras providências.	07/11/2017
29.128/10/11/2017	Regulamenta o § 1º do art. 74, da Lei Complementar nº 01/1991, que dispõe sobre a concessão do auxílio educação para servidores, cujos filhos dependentes estiverem cursando o ensino infantil, fundamental ou médio, e dá outras providências.	11/11/2017
29.129/10/11/2017	Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública direta, autárquica e fundacional do Município do Salvador, as sociedades de economia mista e empresas públicas municipais prestadoras de serviço público com as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 2014.	11/11/2017
29.143/14/11/2017	Dispõe sobre os procedimentos para o encerramento do exercício financeiro de 2017.	15/11/2017

LEIS		
9.187/17/01/2017	Dispõe sobre o Plano Diretor de Arborização Urbana do Município de Salvador.	18/01/2017
9.216/31/05/2017	Dispõe sobre a gestão do Regime Próprio de Previdência dos Servidores e dá outras providências.	01/06/2017
9.233/13/07/2017	Desafeta e autoriza o Poder Executivo a alienar os bens imóveis que especifica e dá outras providências.	14/07/2017
9.274/14.09.2017	Dispõe sobre os vencimentos dos servidores ativos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, na forma que indica, e dá outras providências.	15/09/2017
9.276/15.09.2017	Dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais a Centros de Conexões de Voos – HUB que venham a ser implantados no Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães.	16/09/2017
9.278/20.09.2017	Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências.	21/09/2017
9.285/27.10.2017	Institui o Plano de Incentivos Fiscais no âmbito do Programa Salvador 360, para estímulo ao desenvolvimento econômico e à geração de empregos, e dá outras providências.	28/10/2017
9.287/07/11/2017	Dispõe sobre a criação de cargos em comissão, com a finalidade específica de atender à execução do Projeto Salvador Social, na forma que indica, e dá outras providências.	08/11/2017
9.288/14.11.2017	Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interna junto à Caixa Econômica Federal, e dá outras providências.	15/11/2017

LEIS COMPLEMENTARES		
67/01/06/2017	Dispõe sobre a gestão do Regime Próprio de Previdência dos Servidores e dá outras providências.	6/2/2017



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 2017

Convênio de cooperação técnica e científica que entre si celebram o Município do Salvador e o Irep Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda – Estácio, para atuação em áreas de ocupação precária que especifica.	Estabelecer cooperação técnica e científica entre o município e a Estácio com vistas à realização de atividades acadêmicas em áreas de ocupação precária da Prefeitura-Bairro – Cidade Baixa, especialmente naquelas porções caracterizadas por situação de risco com o objetivo de prevenir situações de risco de desastres naturais e prover assistência às famílias de baixa renda que habitam as áreas de ocupação precária.
Convênio de cooperação técnica e científica que entre si celebram o município do Salvador e a Academia Baiana de Ensino Pesquisa e Extensão Ltda. – Faculdade Ruy Barbosa, para atuação em áreas de ocupação precária que especifica.	Estabelecer cooperação técnica e científica entre o Município e a Faculdade Ruy Barbosa com vistas à realização de atividades acadêmicas em áreas de ocupação precária da Prefeitura-Bairro – Barra/Pituba, especialmente naquelas porções caracterizadas por situação de risco com o objetivo de prevenir situações de risco de desastres naturais e prover assistência às famílias de baixa renda que habitam as áreas de ocupação precária.
Convênio de cooperação técnica e científica que entre si celebram o município de Salvador e o Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge), para atuação em áreas de ocupação precária que especifica.	Estabelecer cooperação técnica e científica entre o Município e a Unijorge com vistas à realização de atividades acadêmicas em áreas de ocupação precária da Prefeitura-Bairro Cabula/Tancredo Neves, especialmente naquelas porções caracterizadas por situação de risco com o objetivo de prevenir situações de risco de desastres naturais e prover assistência às famílias de baixa renda que habitam as áreas de ocupação precária.
Convênio de cooperação técnica e científica que entre si celebram o município do Salvador e o Maurício de Nassau, para atuação em áreas de ocupação precária que especifica.	Estabelecer cooperação técnica e científica entre o município e a Maurício de Nassau com vistas à realização de atividades acadêmicas em áreas de ocupação precária da Prefeitura-Bairro – Cajazeiras, especialmente naquelas porções caracterizadas por situação de risco com o objetivo de prevenir situações de risco de desastres naturais e prover assistência às famílias de baixa renda que habitam as áreas de ocupação precária.
Convênio de cooperação técnica e científica que entre si celebram a o Município Do Salvador E A Facs Serviços Educacionais Ltda. – Unifacs, para atuação em áreas de ocupação precária que especifica	Estabelecer cooperação técnica e científica entre o Município e a Unifacs com vistas à realização de atividades acadêmicas em áreas de ocupação precária da Prefeitura-Bairro – Centro/Brotas, especialmente naquelas porções caracterizadas por situação de risco com o objetivo de prevenir situações de risco de desastres naturais e prover assistência às famílias de baixa renda que habitam as áreas de ocupação precária.
Convênio de cooperação técnica e científica que entre si celebram o município do Salvador e a Universidade Católica de Salvador (UCSal), para atuação em áreas de ocupação precária que especifica	Estabelecer cooperação técnica e científica entre o Município e a UCSal com vistas à realização de atividades acadêmicas em áreas de ocupação precária da Prefeitura-Bairro – Itapuã/Ipitanga especialmente naquelas porções caracterizadas por situação de risco com o objetivo de prevenir situações de risco de desastres naturais e prover assistência às famílias de baixa renda que habitam as áreas de ocupação precária.

MENSAGENS ENVIADAS EM 2017	
Mensagem 01/17	Projeto de Lei que "Desafeta e autoriza o Poder Executivo a alienar os bens imóveis que especifica e dá outras providências".
Mensagem 02/17	Projeto de Lei que "Altera dispositivo da Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006, que instituiu o Código Tributário e de Rendas do Município do Salvador".
Mensagem 03/17	Projeto de Lei que "Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 01, de 15 de março de 1991, à Lei Complementar nº 02, de 18 de março de 1991, à Lei Complementar 65 de 04 de abril de 2017 e dá outras providências".
Mensagem 04/17	Projeto de Lei que "Dispõe sobre a gestão do Regime Próprio de Previdência dos Servidores e dá outras providências".
Mensagem 05/17	Projeto de Lei "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências".
Mensagem 06/17	Projeto de Lei que "Institui o Programa Ouvindo Nosso Bairro".
Mensagem 07/17	Projeto de Lei que "Institui normas relativas à execução de obras e serviços do Município do Salvador, e dá outras providências".
Mensagem 08/17	Projeto de Lei que "Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências".
Mensagem 09/17	Projeto de Lei que "Altera dispositivos da Lei nº 6.266 de 20 de março de 2003 e dá outras providências".
Mensagem 10/17	Projeto de Lei que "Dispõe sobre a criação de cargos em comissão no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (SEINFRA) com a finalidade específica de atender ao Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização do Subúrbio de Salvador – 1ª Etapa: Projeto Novo Mané Dendê, na forma que indica e dá outras providências".
Mensagem 11/17	Projeto de Lei que "Institui o Plano de Incentivos Fiscais no âmbito do Programa Salvador 360, para estímulo ao desenvolvimento econômico e à geração de empregos, e dá outras providências".
Mensagem 12/17	Projeto de Lei que "Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006 e da Lei nº 8.473, de 27 de setembro de 2013, e dá outras providências".



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

MENSAGENS ENVIADAS EM 2017	
Mensagem 13/17	Projeto de Lei que "Altera a Lei Complementar nº 01, de 15 de março de 1991, a Lei Complementar nº 02, de 18 de março de 1991, a Lei Complementar nº 05, de 06 de julho de 1992, a Lei Complementar nº 36, de 30 de abril de 2004 e a Lei Complementar nº 67, de 31 de maio de 2017 e dá outras providências".
Mensagem 14/17	Projeto de Lei que "Dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais ao Centro de Conexões de Voos – HUB que venha a ser implantado no Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães".
Mensagem 15/17	Projeto de Lei que "Dispõe sobre a destinação de recursos dos orçamentos do Município do exercício de 2017 às entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que indica e dá outras providências".
Mensagem 16/17	Projeto de Lei que "Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018 a 2021, e dá outras providências".
Mensagem 17/17	Projeto de Lei que "Dispõe sobre os vencimentos dos servidores ativos, da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, na forma que indica, e dá outras providências".
Mensagem 18/17	Projeto de Lei que "Dispõe sobre a criação de cargos em comissão com a finalidade específica de atender a execução do Projeto Salvador Social na forma que indica e dá outras providências".
Mensagem 19/17	Projeto de Lei que "Dispõe sobre os vencimentos dos cargos efetivos do Grupo Magistério do Município, na forma que indica e dá outras providências".
Mensagem 20/17	Projeto de Lei que "Estima a Receita e fixa a Despesa do Orçamento-Programa do Município do Salvador, para o exercício de 2018, e dá outras providências".
Mensagem 21/17	Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, junto ao CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina, na forma que indica e dá outras providências".
Mensagem 22/17	Projeto de Lei que "Inclui na Lei Orçamentária do Exercício de 2017, Lei Nº 9.185/2016 a modalidade de Aplicação 80 – Transferência ao Exterior".
Mensagem 23/17	Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interna junto à Caixa Econômica Federal, e dá outras providências".
Mensagem 24/17	Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a promover Concessão de Uso do Centro de Convenções de Salvador, e dá outras providências".
Mensagem 25/17	Projeto de Lei que "Aprova os Valores Unitários Padrão (VUP) de terrenos e de construções, altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006, e dá outras providências".

MENSAGENS ENVIADAS EM 2017	
Mensagem 26/17	Projeto de Lei que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 15 de março de 1991, Lei Complementar nº 02, de 18 de março de 1991, da Lei Complementar nº 05, de 6 de julho de 1992, Lei Complementar nº 50, de 18 de março de 2010, da Lei Complementar nº 65, de 05 de abril de 2017, e dá outras providências".
Mensagem 27/17	Projeto de Lei que "Dispõe sobre a concessão de abono aos aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Município de Salvador, na forma que indica".

GABINETE VICE-PREFEITO (GABVP)

O Gabinete do Vice-Prefeito tem por finalidade assistir o Vice-Prefeito no exercício de suas atribuições e coordenar as suas relações políticas e administrativas. Criado pela Lei nº 3.601/1986, o GABVP passou por diversas alterações, sendo que a mais recente foi a promovida pela Lei nº 9.186/2016, regulamentada pelo Decreto nº 28.236/2017.

Ao longo de 2017, o Gabinete do Vice-Prefeito conservou a relação de diálogo direto com a população, a fim de valorizar seus anseios, favorecer o acesso à gestão municipal e promover a aproximação entre as pessoas e a Prefeitura. Com o intuito de atender às demandas da sociedade foram desenvolvidas atividades em parceria com alguns segmentos sociais e representantes da sociedade civil.

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO E VEREADORES

O Gabinete do Vice-Prefeito prestou atendimento aos moradores de diversos bairros, representantes de associações, grupos culturais, organizações não governamentais e profissionais de segmentos diversos. O público apresentou suas reclamações e sugestões, solicitou atendimentos diversos para suas comunidades, além de propostas de projetos e parcerias para o município.

As demandas da comunidade recebidas foram encaminhadas e acompanhadas pela equipe do Gabinete à Prefeitura. Também foram realizadas visitas técnicas a diversos bairros para conhecer de perto as necessidades dessas localidades. Ao longo do trabalho, a equipe participou de inaugurações, eventos, audiências e grupos de trabalho com moradores, percorrendo comunidades, escolas, hospitais, associações culturais e outros espaços.

Da mesma forma, adotou providências em relação às solicitações dos vereadores com encaminhamento às secretarias responsáveis e acompanhou o andamento das mesmas, assegurando retorno aos membros do legislativo municipal.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Como representante da Prefeitura Municipal, o Gabinete do Vice-Prefeito participou de inúmeros eventos voltados para a promoção de bem-estar social, cultura, saúde, educação e lazer em prol da população de Salvador, apoiando políticas de controle e combate a doenças, qualificação profissional, suporte à mulher, fortalecimento da cultura afrodescendente, entre outros.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO (OGM)

Criada com a finalidade aproximar o cidadão da administração pública, através da Lei nº 6.588/04, regulamentada pelo Decreto nº 15.628/05 e estrutura organizacional alterada pelo Decreto nº 23.822/13 publicado em 21 de março de 2013, a Ouvidoria Geral do Município está diretamente vinculada ao Gabinete do Prefeito. Cabe à OGM avaliar, encaminhar e acompanhar as manifestações registradas pelos cidadãos de forma ágil e desburocratizada, garantindo o livre exercício da cidadania.

Atua ainda como um canal aberto para o encaminhamento de representações contra o exercício negligente ou abusivo de cargos, empregos e funções, sem prejuízo das competências específicas de outros órgãos e entidades da Administração.

A Ouvidoria participa também do Programa Gabinete da Prefeitura em Ação desde o ano de 2015. Na edição deste ano, realizada em 10 bairros e que beneficiou 20 mil pessoas, a OGM registrou mais de 1.600 solicitações entre informações e serviços, além de promover enquete sobre a importância do evento e sugestões de melhorias para comunidade.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

A Ouvidoria Geral do Município tem ao longo dos anos evidenciado o entendimento da atual gestão, de que o relacionamento entre a Prefeitura e os cidadãos tem importância estratégica. Em 2017, a Administração Municipal investiu no aperfeiçoamento de processo e do atendimento prestado à população.

Entre as principais iniciativas para fortalecer a comunicação com o cidadão está o Programa Fala Salvador. Com diversos canais de acesso – Central de Atendimento Disque Salvador (156), as Prefeituras-Bairro (atendimento presencial), o Sistema Municipal de Ouvidorias (atendimento presencial por ouvidores setoriais), os Serviços de Atendimento ao Cidadão (presencial nos órgãos municipais) e o atendimento online -, o programa exige padronização dos procedimentos e capacitação constante.

Em 2017, a OGM apoiou o treinamento de pessoal com o objetivo de ampliar a qualidade do Fala Salvador das Prefeituras-Bairro e de todos os órgãos e, para aperfeiçoar ainda mais o seu atendimento, monitorou constantemente o desempenho da Rede de Ouvidores, formada por uma equipe de 55 pessoas distribuídas em 30 ouvidorias.

A Coordenação de Monitoramento é o setor responsável pelas demandas pendentes no sistema Fala Salvador. Uma das principais atividades desempenhadas é o monitoramento dos registros baseados na Lei de Acesso à Informação (LAI), quanto ao cumprimento do prazo de resposta e à qualidade das informações fornecidas aos requerentes. Em 2017, das 194 solicitações, baseados na LAI, 96,39% foram concluídas. No total, desde sua implantação em 2013, foram registradas na plataforma 3.782.295 atendimentos, dos quais 1.216.692 somente em 2017.

DETALHAMENTO DOS REGISTROS 2017		
CANAL	QUANTIDADE	%
Presencial	905.772	74,45%
Call Center	300.825	24,72%
Internet	5.568	0,46%
Mobile	4.527	0,37%
TOTAL	1.216.692	100,00%

Fonte: Ouvidoria Geral do Município.

A Central de Atendimento Disque Salvador atendeu quase 2 milhões de cidadãos nos últimos cinco anos, conforme tabela a seguir. A meta prevista para 2017, de 465 mil atendimentos, foi superada em 42%, alcançado um total de 660 mil.

COORDENAÇÃO DE PRECURSÃO E MONITORAMENTO

Entre as atribuições da Ouvidoria, através da Coordenação de Precursão e Monitoramento, estão a coordenação e organização das visitas do Prefeito e equipe a bairros e comunidades. Esses encontros periódicos com as comunidades – uma média de três por semana – permitem maior aproximação entre Prefeitura e cidadãos. A Coordenação integrou alguns dos principais programas executados pela Prefeitura como Gabinete da Prefeitura em Ação, Ouvindo Nosso Bairro, Salvador Bairro a Bairro, Morar Melhor e Operação Chuva.

Em 2017, a Coordenação realizou visitas técnicas nos 163 bairros da cidade, e desenvolveu ações como o mapeamento de 60 escadarias, de 130 campos e quadras e de 270 encostas de pequeno, médio e grande portes. Além disso, promoveu a indicação de novas ruas para projeto e de novos pontos de Wi-Fi, participou de simulado para prevenção de acidentes junto à Defesa Civil, realizou vistorias de praças, de equipamentos esportivos e de itens danificados no incêndio do Mercado Municipal de Cajazeiras. A equipe também realizou levantamento de manutenção e obras nas Ilhas, a exemplo da Ilha de Maré, dos Frades e Bom Jesus dos Passos onde foram identificados serviços de pontos de iluminação, calçamento de ruas, orlas e cais.



ATIVIDADES ESPECIAIS

Durante o período do Carnaval foram realizados 4.500 registros via portal Fala Salvador, Disque Salvador 156 e equipe itinerante. Em todas as situações, a OGM manteve contato imediato com os órgãos competentes, intermediando a solução dos problemas.

OUVIDORIA ONLINE

As redes sociais da OGM, assim como o Portal, têm registrado números crescentes de seguidores e interatividade. No Portal da Ouvidoria, as matérias principais sobre o órgão e demais setores da Prefeitura alcançaram uma média de 1.100 visualizações diárias.

Considerada a porta de entrada para muitos cidadãos acessarem informações sobre a Prefeitura, a fanpage da Ouvidoria no Facebook possui 4.144 curtidores, indicando um acréscimo de aproximadamente, 58% no número de curtidas em 2017, se comparado com o período anterior. Cada publicação atinge cerca de 2.800 visualizações.

Para atender à procura por informações online, a OGM disponibiliza o Boletim Eletrônico para a Rede de Ouvidores do município, órgãos da PMS e Ouvidorias Públicas e Privadas do estado. A publicação está na 19ª edição.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

DIRETORIA GERAL DAS PREFEITURAS-BAIRRO (DGPB)

A Diretoria Geral das Prefeituras-Bairro está vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito. Tem como objetivo garantir o cumprimento das atividades administrativas de competência do governo municipal, assegurando a participação da comunidade na gestão pública.

Nas 10 unidades da Prefeitura-Bairro – Cabula/Tancredo Neves, Cajazeiras, Centro/Brotas, Cidade Baixa, Itapuã/Ipitanga, Liberdade/São Caetano, Pau da Lima, Subúrbio/Ilhas, Valéria e Barra/Pituba –, o trabalho é realizado, em parceria com as diversas entidades municipais, o que permite ao cidadão encontrar um espaço para o recebimento de solicitações, resolução dos problemas e acompanhamento. O atendimento ao público é feito nos guichês e em salas de retaguarda e autoatendimento com acesso à internet.

PARCERIAS

Em 2017, foram estabelecidas novas parceiras com o objetivo de ampliar ainda mais a gama de serviços oferecidos aos cidadãos em suas unidades. Entre os novos atendimentos estão o cadastramento biométrico do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), orientação, consultoria e programas de capacitação para o micro e pequeno empreendedor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), cadastro para entrega de kit antena e conversor digital, além de muitos outros.

PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO

Uma das metas das Prefeituras-Bairro é promover iniciativas que assegurem a melhoria constante do atendimento oferecido ao cidadão. Com esta finalidade, em 2017, implantou canais para avaliação das condições de atendimento com um programa permanente de qualificação.

O programa conta com um teclado de avaliação, onde o cidadão pode avaliar o atendente imediatamente após finalização do atendimento no próprio guichê, pesquisas de satisfação de forma presencial nas unidades, através de equipes munidas de questionário para coletar a opinião do cidadão sobre as condições físicas do local, atendimento, resolução de sua demanda e importância do projeto.

A iniciativa também conta com pesquisas de satisfação realizadas através de contatos telefônicos diários com cidadãos escolhidos aleatoriamente no sistema de atendimento Fala Salvador, além de um canal de ouvidoria da Diretoria Geral das Prefeituras-Bairro com acesso via *WhatsApp* para denúncias, reclamações e sugestões.

Entre as ações desenvolvidas para estreitar o relacionamento com o cidadão e melhorar a qualidade do atendimento nas Prefeituras-Bairro estão a implantação de mídias sociais (site e Instagram), o fórum de debate, a criação do servidor destaque, a reforma, a requalificação e a nova identidade visual de unidades e a implantação de nova logo marca.

OUVINDO NOSSO BAIRRO 2017

O Programa Ouvindo Nosso Bairro, coordenado pela Diretoria Geral das Prefeituras-Bairro com apoio do Gabinete do Prefeito, alcançou em 2017 um novo patamar de evolução. Em parceria com a COGEL implantou o sistema de votação online, utilização de site e aplicativo para celular, tornando-se um marco em políticas públicas.



Foram disponibilizadas para consulta 1.485 intervenções, que geraram 73.321 votos entre agosto e setembro de 2017. Destes, 72.729 foram considerados válidos, com CPFs registrados junto à Receita Federal. Entre os canais de votação utilizados pela população, liderou o Fala Salvador, com 17.929 votos, seguido das blitzes em locais de grande movimentação, com 11.117, atendentes, com 25.663, aplicativo, com 10.108 votos; e internet, com 7.912.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

Do total de intervenções ofertadas, 159 foram eleitas pelos cidadãos como prioritárias, sendo 61 para a melhoria da iluminação pública, 27 para construção ou requalificação de praças, 20 para recapeamento asfáltico, 18 para limpeza de canais, sete para abrigo de ponto de ônibus, seis para academia de saúde, seis para escadarias, cinco para campo de futebol, cinco para final de linha e quatro para quadra de esportes. O investimento para a execução de todas as obras é de R\$ 40 milhões.

As ações são acompanhadas pelo Sistema de Gerenciamento de Obras Municipais, que através de georreferenciamento e do fornecimento das informações pelos órgãos participantes, possibilitará verificar o status da obra em todas as suas etapas. Ademais, o sistema possibilita também a produção de relatórios para avaliação e divulgação das ações à população.

A iniciativa permitiu maior alcance de participação e maior engajamento popular no direcionamento na tomada de decisões por parte da gestão municipal. Através do site: (www.ouvindonossobairro.com.br) e aplicativos para duas principais plataformas de celular (android e IOS), foi disponibilizado ao cidadão a escolha de até cinco obras com determinação de ordem prioritária.

A formação do catálogo de obras, dispostas para votação, foi determinado através de estudos realizados por equipes interdisciplinares que compõem a gestão municipal, reuniões com todos os conselhos comunitários instituídos e com a população em convocação aberta, ocorridas em todas as regiões administrativas de Salvador.

Após compilação dos dados, as informações foram separadas e encaminhadas às secretarias municipais para realização de análise de viabilidade técnica e orçamentária para, posteriormente, apresentar o catálogo final. O resultado das votações pode ser consultado através do site: www.ouvindonossobairro.com.br.

VOTAÇÃO OUVINDO NOSSO BAIRRO	
Validação dos votos	CPF
Intervenções do Catálogo de Obras	1.485
Votantes	73.321
Votos válidos	72.729
Votos cancelados (CPF inexistente)	592

As intervenções com mais votos são atendidas por meio de um outro programa, o Salvador Bairro a Bairro, lançado em junho de 2015, responsável pela execução das obras, através dos diversos órgãos municipais, que engloba intervenções como construção e reforma de praças, escadarias, pavimentação de vias, passeios, escolas, iluminação, dentre outras solicitações.

GABINETE DA PREFEITURA EM AÇÃO 2017

O Gabinete da Prefeitura em Ação 2017 tem por objetivo descentralizar os principais serviços mais demandados pela população através da oferta destes nas unidades das Prefeituras-Bairro. A medida facilita a vida do cidadão e amplia o atendimento com a facilidade de acesso aos serviços. A ação ocorreu aos sábados de 8h às 12h, em cada região administrativa.

EVENTOS REALIZADOS

LOCAL	PREFEITURA-BAIRRO	DATA	SERVIÇOS OFERECIDOS
São Marcos	Pau da Lima	15-Jul	Balcão de Justiça Bolsa Família Cartão SUS Codecon Coelba Defesa Civil Transalvador INSS Marcação de consulta Minha Casa, Minha Vida Primeiro Passo Ruas de lazer Simm Seja Digital Aferimento de pressão e glicemia Clínico geral Odontologia Avaliação nutricional Vacinação
Calabetão	Cabula/Tancredo Neves	22-Jul	
Pirajá	Valéria	29-Jul	
Lobato	Cidade Baixa	5-Ago	
Santa Cruz	Barra/Pituba	12-Ago	
Alto de Coutos	Subúrbio/Ilhas	19-Ago	
Boa Vista de São Caetano	Liberdade/São Caetano	25-Ago	
Jardim Nova Esperança	Itapuã/Ipitanga	2-Set	
Boca do Rio	Itapuã/Ipitanga	16-Set	
Castelo Branco	Cajazeiras	23-Set	
Vale do Matatu de Brotas	Centro/Brotas	7-Out	



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

ATENDIMENTOS MENSAIS PREFEITURAS-BAIRRO

UNIDADES DE ATENDIMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	ACUMULADO
CENTRO/BROTAS	9.093	5.527	6.106	5.159	6.651	4.637	8.375	8.813	6.555	4.715	685	66.316
SUBÚRBIO/ILHAS	10.908	7.913	10.864	8.608	13.779	9.983	13.458	15.277	12.916	11.425	2.587	117.718
CAJAZEIRAS	9.164	8.259	9.785	7.980	9.465	8.219	11.948	13.584	8.864	7.820	2.425	97.513
ITAPUÃ	8.368	6.288	9.890	7.304	8.708	7.866	11.566	12.721	10.144	10.532	1.829	95.216
CIDADE BAIXA	7.572	5.981	9.248	6.723	8.912	9.008	10.817	12.576	12.704	10.709	2.457	96.707
BARRA/PITUBA	3.922	2.727	4.475	4.001	4.702	4.495	6.952	10.043	7.630	8.686	2.051	59.684
LIBERDADE	7.532	4.279	7.119	5.489	7.434	5.577	9.902	12.042	9.835	8.898	1.859	79.966
CABULA/TANCREDO NEVES	6.597	5.372	8.248	7.390	8.139	5.996	9.080	11.104	8.441	6.331	1.121	77.819
PAU DA LIMA	12.769	7.599	8.483	7.217	9.252	9.456	13.545	16.490	13.397	12.465	2.278	112.951
VALÉRIA	5.766	4.603	6.444	6.343	7.775	5.255	7.741	9.899	7.469	5.452	162	66.909
TOTAL GERAL	81.691	58.548	80.662	66.214	84.817	70.492	103.384	122.549	97.955	87.033	17.454	870.799

USUÁRIOS ÚNICOS CADASTRADOS NAS PREFEITURAS-BAIRRO

PREFEITURAS-BAIRRO	2017	PREFEITURAS-BAIRRO	2017
Centro/Brotas	35.283	Barra/Pituba	33.844
Subúrbio/Ilhas	52.459	Cabula/Tancredo Neves	36.806
Cajazeiras	35.088	Liberdade	33.356
Cidade Baixa	42.332	Pau da Lima	48.969
Itapuã	42.208	Valeria	19.189
TOTAL: 382.534			

ANÁLISE DE ATENDIMENTOS

SITUAÇÃO	NÚMEROS
Concluída	867.488
Em andamento	1.551
Em aberto	579
Cancelada	1.181
TOTAL	870.799

SERVIÇOS MAIS DEMANDADOS

SERVIÇO	ATENDIMENTOS
Marcação de consultas e exames	131.386
Biometria	99.287
Dispensação de medicamentos	96.208
Bolsa Família	94.043
Cartão SUS	85.132
Simm	77.703
Agendamento Primeiro Passo	26.115
Atualização Minha Casa, Minha Vida	24.548
Verificação Minha Casa, Minha Vida	24.041
Seja digital - conversor e antena	22.861
Inscrição Primeiro Passo	16.329
Inscrição Minha Casa, Minha Vida	13.991
Outros	159.155
TOTAL	870.799



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

NÚMERO DE ATENDIMENTOS POR ÓRGÃO

ÓRGÃO	ATENDIMENTOS
SMS	312.856
SEMPs	114.054
TRE	99.288
SEINFRA	68.272
SEMTel	65.556
COELBA	44.853
SPMJ	30.299
PARQUE SOCIAL	22.861
SEFAZ	22.127
GABP	17.012
TJ-BA	14.891
INSS	13.927
SEDES	12.352
SEMOP	10.582
SEDUR	8.878
TRANSALVADOR	7.896
SETPS	2.348
SEMAN	1.954
LIMPURB	695
SUCOP	44
SEMOB	18
SECIS	9
SMED	9
SALTUR	6
GCM	3
DESAL	2
FCM	2
SECULT	2
SEMGE	2
SECOM	1
TOTAL	870.799

ATENDIMENTOS SALVADORCARD EM 2017

UNIDADE	ATENDIMENTOS
Cabula/Tancredo Neves	66.554
Cajazeiras	44.151
Centro/Brotas	34.181
Itapuã/Ipitanga	58.166
Liberdade/São Caetano	50.508
Pau da Lima	80.253
Cidade Baixa	73.370
Barra/Pituba	50.646
Subúrbio/Ilhas	117.037
Valéria	15.498
TOTAL	590.364

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (CGM)

A Controladoria Geral do Município (CGM) é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Município do Salvador, diretamente subordinado ao Chefe do Poder Executivo, e tem por finalidade desenvolver ações e medidas necessárias à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correção, ao incremento da transparência, bem como à prevenção e ao combate da corrupção. Suas atribuições estão descritas em seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal nº 27.733/2016.

Entre suas funções, a Controladoria Geral do Município, contribui para uma administração pública mais eficiente, além de fornecer aos gestores públicos municipais informações e orientações úteis à tomada de decisões e à regular aplicação dos recursos públicos e ao efetivo atendimento às demandas da sociedade. Ao longo do ano de 2017, a CGM desenvolveu esforços para aperfeiçoar o controle interno municipal e os procedimentos relacionados às prestações de contas aos órgãos fiscalizadores e à sociedade, através de ações e edição de normas, rotinas e outros instrumentos que contribuam para o aperfeiçoamento da sistemática de controle interno municipal.

APLICAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em parceria com outros órgãos da administração municipal, a CGM desenvolveu ações voltadas à normatização de procedimentos, especialmente no que se refere à utilização dos recursos públicos, ao controle dos gastos, à prestação de contas e à regulação de parcerias entre o Município e as Organizações da Sociedade Civil. As orientações permanentes e o monitoramento junto aos órgãos e às entidades asseguram a tempestividade, o cumprimento das determinações, a correção das repostas e dos documentos encaminhados ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA).



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

Entre as iniciativas adotadas pela CGM está a publicação, após consulta pública, do Decreto nº 29.129, em novembro de 2017, que estabeleceu o regime jurídico das parcerias firmadas entre a Administração Pública do Município de Salvador e as Organizações da Sociedade Civil, a medida regulamenta, no âmbito municipal, as disposições estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2013.

A correta aplicação dos recursos públicos é monitorada pela CGM. Em 2017, foram avaliados 1.469 processos de prestação de contas de recursos transferidos a terceiros por meio de convênios, adiantamentos e diárias. A análise permite atestar a adequação dos processos aos normativos legais e verificar a correta aplicação dos recursos públicos de acordo com o plano de trabalho aprovado e com a legislação vigente. Como resultado da análise da CGM, 736 processos tiveram pareceres emitidos atestando a sua regularidade. Os processos que tiveram alguma inconsistência e/ou incorreções retornaram aos responsáveis para apresentarem justificativas e as correções necessárias.

A Controladoria realiza ações para garantir a regularidade no envio da documentação mensal sobre receita e despesa, o cumprimento das normas e das orientações do TCM-BA, inclusive o processamento eletrônico através do sistema e-TCM. Esse acompanhamento assegura a disponibilização das informações dentro dos prazos estabelecidos e a Prestação de Contas Anual da administração pública municipal que, em conformidade com o disposto no inciso 3º do art. 31 da Constituição Federal, é remetida à Câmara Municipal de Salvador.

Além disso, com o objetivo de ampliar a eficiência dos procedimentos voltados à cobrança de multas e ressarcimentos imputados a gestores e a ex-gestores municipais, a Controladoria acompanha as decisões do TCM e adota as providências para o cumprimento das obrigações pecuniárias impostas em favor dos cofres públicos. Também é competência da CGM, acompanhar a eficiência e efetividade na aplicação de recursos em programas e projetos, avaliar os resultados alcançados e a gestão financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades da administração pública municipal.

RELATÓRIOS TÉCNICOS

Os resultados das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Auditoria (CAU) são consolidados em Trabalhos Técnicos, Pareceres Técnicos e Relatórios de Auditoria (REAUD's). Nesses últimos estão contidos os achados relacionados a uma determinada auditoria, as recomendações aos gestores públicos municipais na tomada de decisões, correção das falhas identificadas, aprimoramento dos procedimentos necessários ao uso eficaz e eficiente dos recursos públicos ou até mesmo para a reparação de eventuais prejuízos causados ao erário.

Durante o ano de 2017, foram desenvolvidas atividades como os processos de precatórios em que o Município figura como devedor. A auditoria dos precatórios tem buscado verificar a adequada contabilização, inclusão no orçamento, a observância à ordem cronológica de pagamento, a metodologia de cálculo e, sobretudo, o exame dos valores devidos calculados pelo Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ-BA). Esse trabalho permitiu à Procuradoria Geral do Município (PGMS) promover a realização de acordos/conciliações mais vantajosos para o Município. Somente para o exercício de 2017, observa-se potencial redução de despesa, quando da conciliação/pagamento dos citados precatórios, estimada em R\$ 8,8 milhões.

A auditoria analisa ainda a área de Gestão de Pessoal com o propósito de monitorar a folha de pagamento e avaliar se as verbas remuneratórias pagas aos servidores ativos estão em conformidade com a legislação em vigor. Também os contratos firmados com o município, os riscos envolvidos, os controles internos, as formalidades e as execuções são analisadas pela CGM. Da mesma forma, os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro dos diversos contratos celebrados pelo município de Salvador são submetidos à apreciação da Coordenadoria de Auditoria (CAU).

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E CIDADANIA

Para assegurar o cumprimento das Leis de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.727/11 e Lei Municipal nº 8.460/13) e consolidar a cultura da transparência pública no âmbito da Administração Municipal, a Controladoria Geral do Município empreende ações sistemáticas junto aos órgãos e entidades municipais, adotando os procedimentos necessários à garantia do direito de acesso às informações públicas.

Com o objetivo de formar cidadãos conscientes de seus direitos à informação, transparência e controle social, a CGM desenvolve, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação (SMED), o Projeto Transparência e Controle Social – Cidadania em Ação, voltado para alunos das séries finais do ensino fundamental da rede municipal de ensino. Em execução desde maio de 2017, o projeto já contemplou mais de 570 alunos matriculados em escolas do Centro, Cidade Baixa, Liberdade e Orla Marítima. Como material de apoio ao projeto, foi elaborada a cartilha “A Cidade Somos Nós”, distribuída em versão impressa aos alunos participantes e também em versão eletrônica, acessível a qualquer interessado, no “Portal Transparência Salvador” ou no endereço: www.acidadesomosnos.salvador.ba.gov.br.

O direito de acesso às informações pressupõe, entre outros aspectos, a disponibilização dos dados sobre a gestão dos recursos públicos em sítios eletrônicos mantidos especificamente para essa finalidade na internet. Para assegurar a efetividade desse direito, a CGM, por meio da Coordenadoria de Transparência e Controle Social, tem mantido controle sistemático do fluxo de informações publicadas no “Portal Transparência Salvador”, de modo a certificar a integridade e atualização dos dados. Em 2017, foram realizados mais de 137 mil acessos ao Portal Transparência Salvador.

Para atender às demandas e processar os pedidos dos cidadãos dentro dos prazos legais, foi realizada uma adequação tecnológica no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), disponibilizado junto à Plataforma de Relacionamento com o Cidadão (PIRC – Fala Salvador). Os agentes públicos municipais passaram por capacitação e treinamento durante o ano de 2017, quando foram registrados mais 200 pedidos de informação encaminhados pelos cidadãos aos canais de comunicação da Prefeitura.

MONITORAMENTO E CONTROLE

A Controladoria também monitora o desempenho da gestão do município, nas áreas orçamentária, financeira, fiscal e patrimonial, através do monitoramento permanente dessas áreas. Este trabalho é consolidado em relatórios gerenciais, que subsidiam os gestores públicos na tomada de decisão em aspectos como equilíbrio fiscal, aplicação dos percentuais legais e constitucionais de recursos públicos nas áreas de saúde, educação, despesas com pessoal e endividamento público. Também constam informações analíticas sobre a qualidade do gasto público e possíveis riscos de desperdícios na aplicação de recursos.

O monitoramento da regularidade jurídica, fiscal e econômico-financeira do município, é uma das atividades prioritárias da Gestão Municipal. Com esse objetivo, a CGM realiza controle sistemático das condições previstas na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011 para assegurar que o município possa continuar tendo acesso a recursos provenientes de transferências voluntárias realizadas por meio de convênios firmados.

O controle envolve o acompanhamento das informações constantes do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), sistema mantido pela União que auxilia na verificação dos requisitos jurídicos, fiscais e econômico-financeiros, além de realizar articulações com diversos órgãos e entidades da PMS, no sentido de adotar providências para manutenção da adimplência e, quando necessário, promover as regularizações necessárias.

Essas atividades viabilizam a renovação, dentro dos respectivos prazos de validade, das Certidões de Débitos Federais e Dívida Ativa da União (CND) Conjunta, dos Certificados de Regularidade do FGTS (CRF) e dos Certificados de Regularidade Previdenciária (CRP). A iniciativa garante ainda a regularidade junto ao CADIN, o SIAFI/SICONV, o SICONFI, o SIOPE e o SIOPS, o que tem permitido ao município reunir as condições necessárias à captação de novos recursos para investimentos em projetos na cidade.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

Dentre as atribuições da CGM, estão as atividades correcionais, desenvolvidas, pela Corregedoria do município, com a finalidade de planejar, orientar, supervisionar, avaliar e controlar as ações nessa área. Para estruturar o Sistema Correcional, no exercício 2017, foram planejadas as ações de mapeamento e identificação, por objeto, de todos os processos de sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD) existentes atualmente no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Também foram realizados estudos para a reestruturação das comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar, com a aplicação de treinamento e capacitação do quadro de pessoal, além da criação e treinamento de novas comissões processantes de sindicância e PAD. A Controladoria desenvolve ainda ações para apurar indícios de irregularidades identificados pelo TCM-BA como, por exemplo, o suposto acúmulo ilegal de cargos públicos por servidores municipais, comunicados através do Edital nº 291/2017, publicado no DOE-TCM de 11/08/2017.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PGMS)

A Procuradoria Geral do Município do Salvador (PGMS) é o órgão central do sistema de assessoramento jurídico da Prefeitura. Atua na representação judicial do Município, em defesa de seu patrimônio, de seus direitos e interesses, além de prestar assessoramento jurídico aos órgãos e entidades da administração.

Em consonância com os princípios que regem a representação e a defesa judicial e extrajudicial do Município de Salvador, assim como no exercício de suas atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo, a Procuradoria Geral participou de constantes reuniões para tratar de grandes projetos e demandas de interesse da Prefeitura. São destaques dentre outros:

Acompanhamento junto ao Tribunal de Justiça da Bahia das Ações Diretas de Inconstitucionalidade que questionam o aumento do IPTU, com êxito no primeiro julgamento;

- Acompanhamento e tratativas para rescisão do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso firmado com o Consórcio Parques Urbanos (Aeroclube);
- Acompanhamento da licitação para limpeza urbana ("licitação do lixo");
- Tratativas para assinatura do TAC do transporte público junto ao Estado da Bahia e Ministério Público do Estado (MP-BA);
- Participação em reuniões para regulamentação da Lei do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil;
- Acompanhamento da Licitação da Iluminação Pública;
- Acompanhamento da Licitação do Hospital Municipal;
- Acompanhamento da fase interna do processo de Chamamento Público para contratação da Organização Social visando à gestão do Hospital Municipal;
- Acompanhamento da Ação Judicial referente à desocupação de área pública ocupada irregularmente no Arraial do Retiro;
- Participação no Planejamento Estratégico elaborado para gestão 2017-2020.

PMAT

A PGMS, juntamente com outros órgãos municipais, aderiu ao Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT-BNDES), pauta de investimentos voltados à melhoria da eficiência, da qualidade e da transparência da gestão pública. O objetivo, no caso da Procuradoria, é contribuir para a modernização da administração tributária e a qualificação do gasto público

do município. Como produto da adesão ao programa, a PGMS vem executando a readaptação da estrutura física da sua sede e do prédio da Dívida Ativa, e ainda a reestruturação da sua rede física e lógica. Os investimentos incluem aquisição de novo mobiliário, implantação da rede wireless, aquisição de equipamentos de tecnologia da informação, website, customização da intranet e digitalização de documentos com vistas a agregá-los ao sistema de acompanhamento de processos.

REPRESENTAÇÕES JURÍDICAS

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL

GABINETE PGMS 2017	PROCESSOS EXAMINADOS/DESPACHADOS
TOTAL	7.961

Fonte: PGMS/GABINETE.

A PGMS atua junto aos diversos órgãos e entidades da administração pública municipal por meio das representações jurídicas (RPGMS), que se reportam à Coordenadoria das Representações (COREP). Durante 2017, a Procuradoria examinou, por intermédio de suas Representações nos órgãos e entidades municipais, 8.935 processos.

COORDENADORIA DAS REPRESENTAÇÕES – COREP

REPRESENTAÇÃO – RPGMS	PROCESSOS EXAMINADOS	REPRESENTAÇÃO – RPGMS	PROCESSOS EXAMINADOS
COREP	559	SEINFRA	1.174
SEMGE	924	SECIS	172
SEFAZ	606	SEMUR	345
SEMPs	236	SECULT	20
SMS	1.949	SEDUR	1.033
SPMJ	54	SEMOP	406
SEMTEL	49	SEMOB	79
SMED	785	CASA CIVIL	14
SEMAN	256	GABP	274
TOTAL: 8.935			

Fonte: PGMS/COREP.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

A atuação da PGMS também inclui as Procuradorias Especializadas reunidas na PROCAT, tanto a Judicial Trabalhista (EJUTR) quanto a Judicial Cível e Administrativa (EJUCA).

PROCAT – ESPECIALIZADA JUDICIAL TRABALHISTA - EJUTR

ATIVIDADE	QUANTITATIVO
Notificações/Citações/Intimações Emitidas	2.524
Mandado de Segurança Ajuizados	4
Contestações	719
Embargos/Recursos e contrarrazões	1.341
Petições	307
Audiências	1.229
Pareceres	8
Ofícios expedidos	725
TOTAL	6.857

Fonte: PGMS/PROCAT.

PROCAT – ESPECIALIZADA JUDICIAL CIVIL ADMINISTRATIVA - EJUCA

ATIVIDADE	QUANTITATIVO
Notificações/Citações Intimações	14.983
Ações ajuizadas para o Município	19
Petições	10.772
Audiências	21
Audiências Conciliação Juizados Faz. Pública	981
Audiências Instrução Juizados Faz. Pública	40
TOTAL	26.816

Fonte: PGMS/PROCAT.

No âmbito da Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio, Urbanismo e Obras (PROAPO), as tabelas a seguir demonstram a atuação da Especializada Administrativa e Especializada Judicial no ano de 2017.

ATIVIDADE	ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA	ESPECIALIZADA JUDICIAL	TOTAL
Processos	1.523	----	1.523
Ofícios E Cl's	335	----	335
Audiências	38	----	38
TOTAL			1.896

Fonte: PGMS/PROAPO

PROAPO

ATIVIDADE	TOTAL
Notificações/Citações/Intimações	1.891
Ações Ajuizadas	76
Contestações/Informações Mandado de Segurança	140
Recursos e Contrarrazões	182
Petições	1.447
Audiências	82
TOTAL	3.818

Fonte: PGMS/PROAPO

A Procuradoria Fiscal (PROFI) é a área com o maior volume de atividades na PGMS.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

PROCURADORIA FISCAL

ATIVIDADE	QUANTITATIVO
Processos Judiciais	1.271
Processos Administrativos / AI's Recebidos	10.555
Processos Administrativos / AI's Enviados	10.572
Ofícios	71
Cl's	62
Mandados	125
Petições de Extinção	2.939
TOTAL	25.595

Fonte: PGMS/Gabinete.

ESPECIALIZADA JUDICIAL

ATIVIDADE	QUANTITATIVO
Processos Judiciais Analisados/Peticionados	1.639
Processos Adm. Entradas	57
Pareceres/Diligências Emitidas	27
Ofícios/CI's	17
Instrumentos de Transação	1
Atendimento/Reunião	8
Acompanhamento do Parcelamento	99
TOTAL	1.848

Fonte: PGMS/Subespecializada de Créditos Tributário.

PROCURADORIA FISCAL

ATIVIDADE	QUANTITATIVO
Auto de Infração Recebido	3.769
NFL Recebido	120
Processos Administrativos Recebidos	908
Pareceres e Diligências Emitidas	4.676
Atendimento/Reunião	56
TOTAL	9.529

Fonte: PGMS/Setor de Controle de Legalidade (SECOL).

PROCURADORIA FISCAL

ATIVIDADE	QUANTITATIVO
Tramitação de Processo/Chefia Especializada Judicial	3.727
Tramitação de Processo/Execução	27.427
Publicação de Extinção	—
Publicação de Remissão	—
Publicação Cancelamento	—
Publicação de Suspensão	—
Processos Adm. Chefia Especializada Judicial	1.759
Processos (Contestação, Informações, etc.).	7.758
Processos de Embargos (impugnação, provas, apelação).	1.241
TOTAL	41.912

Fonte: PGMS/SEJU.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

ATIVIDADE	QUANTITATIVO
Processos Administrativos Recebidos	5.138
Processos Administrativos Enviados	4.976
Processos Analisados com Parecer Conclusivo	3.330
Ofícios	22
TOTAL	13.466

Fonte: PGMS/Especializada Administrativa Fiscal (SEADF).

DÍVIDA ATIVA

A gestão dos créditos fiscais inscritos na Dívida Ativa envolveu ainda, em 2017, o atendimento de 25.233 contribuintes, superior à quantidade efetuada em 2016, quando foram registrados 16.241 atendimentos. Este crescimento se deve principalmente ao elevado número de débitos protestados em Cartório e ao envio de carta cobrança pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ) de débitos inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não. Essas medidas incrementaram a arrecadação, mesmo num ano de crise econômica e sem programas de estímulo ao pagamento de débitos tributários, como o PPI ou REFIS.

Em relação ao estoque da dívida, tem-se o panorama no quadro abaixo:

INDICADORES DA DÍVIDA ATIVA

	QUANTIDADE	VALOR (EM R\$)		QUANTIDADE	VALOR (EM R\$)
Ajuizados	106.182	489.071.036,20	Prescritos	27.401	243.840.593,73
Ações Judiciais	54.629	489.071.036,20	Exclusão de Encargos	488	60.035.952,37
Inscritos	143.616	535.302.957,84	Cancelados/Anulados	5.707	57.847.937,07
Estoque/Créditos	764.904	21.326.559.539,83	Compensados	166	519.590,63
*Arrecadação	—	75.423.606,39	Renúncia de Encargos PPI	1.968	1.258.331,88
**Recuperado Judicialmente	—	13.485.861,33	Contribuintes atendidos na DA	25.233	—

* A arrecadação foi fornecida pela SERCO/CCT/SEFAZ.

** A recuperação é referente a levantamento de alvará judicial e foi fornecida pela COORD/DA.
Fonte: Sistemas de AI, NFL, SAT Dívida Ativa e SGA Livre (janeiro a outubro 2017).
Autor NTI/PGMS em 27/11/2017

Houve um acréscimo de 16.271 débitos de um ano para o outro, num total corrigido de R\$ 21.326.559.539,83. Este valor representa uma elevação de 2,17% do número de débitos no estoque da Dívida em relação a 2016, embora tenha havido uma redução de 27,58% no número de débitos inscritos em Dívida Ativa em 2017, em comparação ao ano anterior.

Também ocorreu uma elevação de 3.521,24% em relação ao ano anterior no quantitativo de débitos (CDAs) protestados extrajudicialmente. Cerca de 10 a 30% dos débitos protestados no mês são pagos ou parcelados num prazo de até três meses, resultando num incremento positivo na arrecadação da Dívida Ativa.

Vale frisar que, pela segunda vez na história da Prefeitura de Salvador, foi implantada a prescrição de ofício, mediante processo administrativo, referendado pelo TCM e pelo Ministério Público Estadual, que ensejou uma limpeza no estoque da Dívida Ativa, de modo a espelhar o real estoque de débitos recuperáveis do ativo Municipal, permitindo a análise fidedigna pelo TCM acerca da cobrança municipal.

A arrecadação da Dívida Ativa, até o dia 31 de outubro de 2017, contabilizada através da SEFAZ, ou seja, realizada através de pagamento por DAM, totalizou aproximadamente R\$ 75.423.606,39. No comparativo com a mesma data do exercício de 2016, foi registrada uma redução na arrecadação de 8,90%, considerando que, no mesmo período, já havia sido arrecadado R\$ 82.793.159,03.

Tal resultado se deve, principalmente, à crise econômica que o país atravessa, com reflexos na arrecadação tributária em todas as esferas do governo federal, estadual e municipal, a despeito dos instrumentos de cobrança utilizados no período como a atuação da equipe de Procuradores Municipais da PROFI no acompanhamento de grandes ações de execução fiscal contra Bancos, denominada de Grandes Débitos, da cobrança feita através de protestos cartorários, bem como pela emissão de cartas cobrança pela SEFAZ, utilizando o endereço do contribuinte constante da Receita Federal.

Com relação aos processos de compensação tributária, foi registrado um decréscimo no número de baixas por este fundamento, no percentual de 68,40% em relação ao exercício anterior, já que somente foram baixados por compensação o valor de R\$ 519.590,63 (considerando todos os sistemas da Dívida Ativa (SAT/DAT, AI e NFL), em razão da redução do número de processos de compensação protocolados perante a SEFAZ.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO (SECOM)

A Secretaria Municipal de Comunicação (SECOM), foi criada pela Lei nº 9.186/2016 e regulamentada pelo Decreto nº 28.236/2017, com a finalidade de planejar, coordenar e executar a publicidade de caráter informativo, educativo e de orientação social. Também é responsável pela comunicação institucional da Prefeitura, pelas informações publicadas na Agência de Notícias, inclusive na internet e nas redes sociais, além de coordenar as atividades das assessorias de comunicação dos diversos órgãos e entidades da administração pública municipal.

JORNALISMO

Ao longo de 2017, a Secom promoveu a modernização da Agência de Notícias (agenciadenoticias.salvador.ba.gov.br), inaugurada no Carnaval de 2014 para oferecer à imprensa textos, fotos, vídeos e áudios da Prefeitura, registrou um crescimento de 45% no número de pessoas cadastradas em relação a 2016, atingindo 1.070 inscritos.

Entre as atividades desenvolvidas em 2017, estão a divulgação das informações da administração municipal, suporte às demandas dos veículos de imprensa, a revisão e edição do Guia do Carnaval, redação e edição de cadernos especiais e divulgação de grandes eventos, como o calendário de verão e o seminário sobre o Programa Salvador 360, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Também coordenou o envio de artigos de secretários e dirigentes à imprensa, organizou as entrevistas coletivas do Chefe do Executivo Municipal e articulou sugestões de pautas, notas exclusivas, entrevistas, fotos e vídeos para os principais jornais do país como Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e Valor Econômico.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

Durante o ano, o Programa Informe Salvador, um informativo, com duração de dois minutos, veiculado semanalmente nas emissoras de rádio da capital baiana, teve continuidade. A iniciativa divulga as ações de todas as unidades da administração municipal e possibilita a comunicação direta e rápida entre a Prefeitura e os soteropolitanos, levando em conta a transparência e prestação de contas à população.

INTERNET E REDES SOCIAIS

Em 2017, as redes sociais da Prefeitura continuaram em crescimento. Atualmente, existem quase 250 mil seguidores no Facebook, 62 mil a mais em comparação ao final de dezembro de 2016. No Instagram, através da criação de um grid temático, totalmente diferente, com temas relacionados a Salvador, foi possível ampliar em quase 100% o número de seguidores que passaram de 24 mil para 44 mil.

No Facebook, foram mantidas as séries #AquiÉSalvador, #EuAmoSalvador e #SeLigue, com o objetivo de divulgar fotos, dicas de cidadania e notícias relevantes de interesse público e de prestação de serviços. Assuntos como Castramóvel e Delivery da Mata Atlântica ganharam um espaço semanal fixo, com linha criativa variada para divulgar os serviços, e geraram retorno de interações positivo.

Nas datas comemorativas, uma mistura de arte e humor assegurou uma comunicação mais leve. Datas como Dia da Mulher, aniversário de Salvador, Dia das Mães, Dia dos Namorados, Independência da Bahia, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Dia da Baiana de Acarajé, entre outras comemorações do calendário, foram contempladas em 2017.

O Twitter, começou o ano com pouco menos de 100 mil usuários e, ao final de 2017, registrou 187 mil seguidores. Foram aproveitados os engajamentos de hashtags para alcance de usuários, como #SeLigue, #Trânsito e as usadas nas postagens também do Facebook, compartilhando os cards postados na outra rede. O Twitter da Prefeitura possui uma média de um mil a 1,4 mil visualizações por hora e uma média de 18 mil visualizações/dia. No Twitter, são divulgados também os serviços e as informações postadas na Agência de Notícias e no site da Secretaria de Comunicação Municipal (SECOM).

Em 2017, diversos projetos resultaram na criação de sites e hotspots, todos planejados e executados pela SECOM e sua equipe de Comunicação Digital.

SITES E HOTSITES
Carnaval 2017 (http://carnaval.salvador.ba.gov.br/)
Festival da Virada (http://reveillon.salvador.ba.gov.br)
Mudanças de Linhas (http://linhas.salvador.ba.gov.br/)
BRT (http://brt.salvador.ba.gov.br/)
Festival da Primavera 2017 (http://festivaldaprimavera.salvador.ba.gov.br/)
Novo Pelourinho Dia e Noite (http://www.pelourinhodiaenoite.salvador.ba.gov.br/)
Novo Centro de Convenções (http://centrodeconvencoes.salvador.ba.gov.br/)
Salvador 360 (http://360.salvador.ba.gov.br/)
Verão e Carnaval 2018 (http://www.salvadormeucarnaval.com.br)

PROPAGANDA E PUBLICIDADE

A área de publicidade e propaganda desenvolve campanhas para veículos de comunicação – jornais, revistas, outdoor, rádio e televisão – e elabora material de comunicação direta como folhetos, cartazes, painéis e banners, que dão suporte às campanhas e atividades específicas da Prefeitura.

Entre suas atividades de planejamento, estratégia e acompanhamento, executa gestão dos contratos com as agências de propaganda e publicidade, elabora briefing, acompanha a criação e a aprovação das campanhas publicitárias, peças avulsas, patrocínios, eventos e exposição da marca da Prefeitura.

Também é responsável pela publicidade legal, análise de resultados das campanhas realizadas, além do controle e gestão do orçamento de comunicação de todas as secretarias/órgãos/empresa municipais e do acompanhamento das Autorizações de Veiculação e de Faturamento junto ao NOF de cada secretaria/órgão/empresa.

CAMPANHAS E ATIVIDADES REALIZADAS	
Campanhas	Atividades
Educação Tributária	IPTU
Infraestrutura	Realizações da Prefeitura de Salvador – Iluminação; Realizações da Prefeitura de Salvador – Geomantas e Escadarias; Ouvindo Nosso Bairro.
Institucional	Carnaval; Aniversário da Cidade; Festival da Cidade; Informes Publicitários; Salvador Bairro a Bairro; Programa Salvador 360; Maratona Salvador 2017; Festival da Primavera; Natal; Réveillon 2018.
Ações em Turismo	Reposicionamento de Salvador
Ações em Cultura	Centro Histórico
Ações Sociais	Balanço Social – Casa Legal; Balanço Social – 1º Passo; Campanha contra o Assédio Sexual; Valorização da Consciência Negra; Conferência de Assistência Social; Doação do Imposto de Renda; Operação Chuva 2017.
Ações no Trânsito	Mudanças no trânsito
Ações de Saúde	Realizações da Prefeitura de Salvador – Saúde; Outubro Rosa; Primeiro Hospital Municipal de Salvador.
Ações de Lazer	Realizações da Prefeitura de Salvador – Campos e Quadras; Realizações da Prefeitura de Salvador – Praças.
Mobilidade Urbana	Promoção do Bilhete Único; Realizações da Prefeitura de Salvador – Mobilidade; Realizações da Prefeitura de Salvador – Nova ACM e Jardim dos Namorados; Integração na estação de Pirajá; Integração na estação de Mussurunga; Reestruturação do Transporte Público; Reestruturação das Linhas de Ônibus.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO (SEMGE)

Criada pela Lei nº 376/1951 como Secretaria Municipal de Administração, a Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), passou por diversas alterações estruturais até chegar à atual estrutura definida pela Lei nº 9.186/2016, regulamentada pelo Decreto nº 28.251/2017. Tem, como finalidade planejar e implementar a modernização e inovação da gestão, elaborar e executar a gestão de pessoas, dos recursos logísticos, da tecnologia da informação e comunicação, bem como a previdência dos servidores públicos municipais.

Um de seus principais objetivos é fortalecer a articulação inter e intra secretarias e a rede operativa que envolve Planejamento, Gestão de Recursos Humanos, Logística e Patrimônio. Entre as diretrizes da sua atuação, estão a busca por compras públicas mais eficientes, agilidade logística, recursos humanos valorizados, tecnologias inovadoras aplicadas à gestão e transformação de processos.

GESTÃO INSTITUCIONAL

A SEMGE tem formulado políticas e diretrizes para o modelo Institucional da Prefeitura, estruturando metodologias de gestão de projetos corporativos e executado projetos para melhoria de processos organizacionais, além de ter atuado na elaboração de normas e procedimentos através do Escritório de Processos.

Com este propósito, foi implementado o Novo Sistema de Gestão da Estrutura Organizacional (SIGEO) para disponibilizar informações atualizadas, com maior qualidade e segurança. O novo sistema também possibilita promover alterações legais que se convertam em estruturas menos burocráticas e mais eficazes.

Outra iniciativa adotada pela SEMGE, em parceria com a Ouvidoria Geral do Município e as Prefeituras-Bairro, foi a revisão dos dados disponibilizados pelo Catálogo de Serviços e Informações Municipais através de um novo sistema informatizado de sua gestão. O objetivo é aprimorar o atendimento ao cidadão, simplificar e desburocratizar os serviços prestados, tornando as solicitações mais acessíveis e simples.

Para oferecer maior celeridade nas soluções em diferentes áreas da gestão municipal, está em processo de elaboração, o projeto Pitch Salvador. A medida consiste em captar soluções já concebidas que se prestem a aprimorar a gestão municipal. Em 2017, realizou-se a elaboração de Decreto e Edital de Chamamento dos interessados.

BASE DE DADOS

Com o objetivo de realizar a integração das bases de dados municipais, trazer maior segurança à informação e tornar mais ágil o processo de prestação de serviços online para os cidadãos, a Secretaria Municipal de Gestão desenvolveu o Projeto Salvador na Palma da Mão.

O projeto envolve a ampliação da prestação dos serviços de pronto atendimento com maior velocidade, segurança e eficácia, contribuindo para a reestruturação dos dados gerados pelos sistemas. Isso permite um avanço tanto para o cidadão, que terá mais facilidade na interação com a prefeitura quanto para a prefeitura no âmbito de melhoria de gestão.

Para o cidadão, o avanço é a existência de uma plataforma móvel única contendo todos os aplicativos existentes da prefeitura, vinculada ao próprio cidadão, ampliando a quantidade de serviços oferecidos nesse formato. Isso permite um acesso mais fácil aos serviços oferecidos e a melhoria na identificação de falhas no sistema, uma vez que os serviços serão vinculados à pessoa e o rastreamento de fraudes torna-se mais eficaz.

No âmbito da prefeitura os avanços incluem a sistematização e integração de dados e a governança e a administração de identidades que permite à prefeitura conhecer melhor cada cidadão e ainda evitar falhas como a concessão de benefícios em duplicidade para uma mesma pessoa, por exemplo.

PROCESSO ELETRÔNICO (BPMS)

O projeto BPMS, elaborado em 2017, visa a automação integral dos processos administrativos e operacionais e dos sistemas informatizados da Prefeitura para garantir maior eficiência, maior qualidade e menor burocratização das demandas. A medida vai permitir maior transparência dos processos através de automação da modelagem e transformação dos fluxos, com a possibilidade de acompanhamento. Tal medida proporcionará aos gestores melhores insumos para tomadas de decisões estratégicas.

PREFEITURA VAI DE TÁXI

Com objetivo de substituir a frota locada de veículos pela utilização de táxis solicitados mediante plataforma web ou móvel, a SEMGE lançou, em 2017, o Salvador Vai de Táxi. A iniciativa permite a melhor gestão dos deslocamentos de servidores no exercício de suas atividades externas administrativas e deve gerar uma redução de 40% nos atuais gastos com transporte pela Prefeitura.

NOVO MODELO DE TELEFONIA

Para conscientizar os servidores e promover a importância do uso racional dos bens públicos, como os serviços de telefonia, a SEMGE elaborou, em 2017, um novo modelo de gestão e controle do uso de linhas e ramais e das ligações originadas nos órgãos e entidades do Município. A medida gerou economia de R\$ 213.325,88 entre março e outubro de 2017.

CANAIS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Ao longo de 2017, foram adotadas medidas para aprimorar os canais de relacionamento com o cidadão e promover uma maior interação entre a Prefeitura e a população, possibilitando retornos mais assertivos, ágeis e customizados. A constante otimização da plataforma integrada multicanal de relacionamento com o cidadão permite o maior controle e monitoramento das demandas e dá início ao processo de criação da base única de dados, que possibilitará o mapeamento das demandas oriundas do Catálogo de Serviços e Informações e consequente melhoria dos insumos para definições estratégicas do município.

A plataforma integrada de relacionamento com o cidadão abrange os principais canais de atendimento disponíveis, especialmente a modalidade presencial, através das Prefeituras-Bairro, telefônica, disponível através do canal 156, web, através do Portal Fala Salvador e aplicativo mobile.

A SEMGE implantou ainda aplicativos específicos para o servidor executor dos serviços e para os gestores. Um dos aplicativos possibilita o acompanhamento georreferenciado dos serviços e sua execução e o outro permite ao gestor acesso online das informações gerenciais sobre a prestação dos serviços decorrentes das demandas originadas em quaisquer dos modais da plataforma.

GESTÃO INTEGRADA DA INFORMAÇÃO (GII)

A utilização das tecnologias de comunicação e informação é o ponto central para desenvolver uma boa gestão governamental porque permite a tomada de decisões embasada no cruzamento de dados e informações. Com este propósito, foi entregue em novembro de 2017, a ferramenta Gestão Integrada da Informação (GII). A iniciativa permite o monitoramento e gerenciamento estratégico de programas, ações e projetos prioritários da Prefeitura Municipal do Salvador.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

A Lei nº 9.186, de 29 de dezembro de 2016, em seu Art. 4º extinguiu o PREVIS e transferiu suas atividades, acervo e pessoal para a Diretoria de Previdência, vinculada à Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE). Em maio de 2017, foi aprovado o Projeto de Lei nº 03/2017 pela Câmara Municipal referente à criação do Fundo Municipal de Previdência do Servidor, sob a gestão da SEMGE, e a implantação do Conselho Municipal de Previdência do Servidor, formado por 10 integrantes.

A partir da incorporação das atribuições da PREVIS pela Diretoria de Previdência, foram implantadas medidas para melhorar a gestão, monitorar processos e acompanhar as demandas, dentre elas está a reformulação do sistema de medição e de monitoramento que incluiu uma série de transformações como layout, criação e extinção de serviços, reorganização da equipe, regras de negócio e procedimentos operacionais. A medição é apoiada pelo Sistema de Gestão de Atendimento (SGA), que é capaz de rastrear todas as etapas de um atendimento. Foram criados sete indicadores de desempenho e seis indicadores de produtividade do atendimento, englobando os setores de Cadastro & Orientação e de Assistência Social.

O sistema também monitora a qualidade dos cadastramentos realizados e o nível de satisfação do cliente, através da implantação de pesquisa, com emissão de relatório mensal. Entre a implantação do sistema reformulado, na primeira semana de agosto, e a última semana de outubro, o sistema de monitoramento apresentou avanços nas condições de atendimento e qualidade da informação.

SISTEMA DE MEDIÇÃO E MONITORAMENTO

RESULTADOS OBTIDOS DOIS MESES APÓS A IMPLANTAÇÃO
Redução de 40,58% do tempo de espera.
Redução de 3,38% do tempo de atendimento.
Redução de 28,10% do tempo total.
Redução de 65,13% do intervalo entre chamadas.
Aumento de 28,68% na eficiência do tempo do segurado.
Aumento de 14,21% na taxa de ocupação do colaborador.
Alcance de 78,27% da meta de atendimentos realizados até dezembro de 2017.
Incremento de 51,67% no índice de produtividade (atendimento/colaborador).

RECADASTRAMENTO PERMANENTE

Em cumprimento ao Decreto nº 28.605/2017, a DPREV/SEMGE iniciou em agosto de 2017, o recadastramento permanente dos aposentados e pensionistas no mês de aniversário. O objetivo principal deste projeto é qualificar o banco de dados e as informações previdenciárias dos segurados do Fundo Municipal de Previdência do Servidor (FUMPRES). Entre agosto e outubro, foram realizados 2.295 recadastramentos – o equivalente a 82,44% da base de inativos aniversariantes no período – sendo 69,59% referentes a benefícios de aposentadoria.

GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Entre janeiro de 2015 e outubro de 2017, foram concedidos 1.013 benefícios previdenciários, sendo 61,90% de aposentadoria. Isto significa que a quantidade de benefícios concedidos em menos de três anos equivale a quase 10 % de todos os segurados ativos do FUMPRES. Levantou-se também a quantidade de benefícios solicitados, em consulta ao sistema E-Protocolo (para aposentadorias) e ao controle interno da DPREV (para pensão por morte) resultando em 1.620 solicitações, sendo que 77,78% referem-se à aposentadoria.

GOVERNANÇA E CONTROLADORIA

A partir de auditoria realizada nos benefícios concedidos, foram identificadas oportunidades de redução das despesas previdenciárias. A análise de 369 processos de concessão de benefício permitiu uma economia anual de quase R\$ 2,5 milhões, além de uma economia pontual superior a R\$ 2,7 milhões. O impacto destas reduções na projeção atuarial é uma redução da ordem de R\$ 40,1 milhões. Essas reduções se referem a apenas 3,46% de todos os processos de benefício ativos do FUMPRES.

REDUÇÃO DE DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	ANUAL	ATUARIAL	PONTUAL
Acréscimo salarial	143	R\$1.708.692,95	R\$26.856.576,09	----
Proventos	201	R\$589.694,57	R\$9.466.323,54	----
Serviços extraordinários	5	R\$110.995,58	R\$2.676.250,98	----
Benefícios indevidos	2	R\$107.865,16	R\$1.617.977,40	----
Licença sem vencimento	20	----	----	R\$293.544,01
Pagamento indevido (pós-morte)	----	----	----	R\$2.418.649,95
TOTAL	369 (3,46%)	R\$2.489.759,93	R\$40.156.396,21	R\$2.712.193,96



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

Além destes, foram identificadas e encaminhadas para análise e parecer da Procuradoria Geral do Município do Salvador (PGMS) outras situações que podem reduzir a despesa previdenciária e o déficit atuarial de maneira sustentável.

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Em 2017, estruturou-se um projeto para aumentar em 300% a quantidade de processos analisados em relação ao ano de 2016. Com conclusão em junho de 2018, o projeto já superou 70% da meta. Em 2017, já foram analisados mais de 1900 processos e atingiu-se uma receita de compensação previdenciária superior a R\$ 4 milhões.

GESTÃO DOS PROCESSOS DE NEGÓCIO

Com a finalidade de aprimorar os processos da Declaração sobre Opção de Tributação de Planos Previdenciários (DPREV), foi realizado o mapeamento dos processos de negócio no software BizagiModeler em 2017. O trabalho é fundamental para promover uma transformação sustentável na diretoria e preparar os alicerces básicos para a automação de serviços em uma plataforma digital, como é feito no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), através do portal Meu INSS.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em 2017, o setor de Assistência Social manteve as atividades direcionadas aos aposentados e pensionistas, entre reuniões dos grupos de convivência que proporcionam ressocialização, melhoria da autoestima e envelhecimento ativo, além de outras atividades em parceria com a Guarda Municipal e a Secretaria Municipal de Trabalho, Esportes e Lazer (SEMTEL).

GESTÃO DO ATUARIAL

Durante todo o ano de 2017, foram desenvolvidas ações para tratamento dos dados previdenciários e redução do déficit atuarial como o aumento da alíquota patronal em 2%, as auditorias de benefício, limpeza da base com exclusão de mais de 200 benefícios suspensos, bem como de inscritos que não são mais dependentes.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

A DPREV promoveu a regularização dos requisitos necessários à renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP). O documento, fornecido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS), atesta que o município segue normas de boa gestão para assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

Para a renovação do Certificado, tendo em vista que as gestões anteriores não promoveram a implementação do plano de equalização do déficit atuarial, foi necessário demonstrar à SPPS toda a evolução e as medidas adotadas para redução do déficit. Também foi promovida a atualização da legislação relativa à pensão por morte, desatualizada desde o ano de 2015, assim como ajustes no plano de custeio.

GESTÃO DO ATIVO PATRIMONIAL

Com o objetivo de promover a regularização efetiva dos bens patrimoniais do FUMPRES, realizar a gestão patrimonial e aumentar o ativo no balanço patrimonial do fundo, foram relacionados todos os imóveis e suas condições de uso. Também foram encaminhados ofícios ao 5º Cartório solicitando a certidão de ônus do período de 1979 até hoje. A meta principal desta iniciativa é aumentar a receita do fundo através do aluguel de imóveis para outros órgãos municipais e externos em até 500%.

GESTÃO DE PESSOAS

A Unidade de Gestão de Pessoas da SEMGE é responsável pela definição de diretrizes, formulação de políticas e normatização de processos nas áreas de Recursos Humanos e Valorização do Servidor Público, pela elaboração, acompanhamento e controle da folha de pessoal (ativos, inativos e pensionistas) e pela formulação de normas e procedimentos referentes à política salarial e à saúde ocupacional.

PLANO DE SAÚDE E ODONTOLÓGICO

Alterações da Lei 050/10 pela Lei 065/17, redefiniram os beneficiários da Assistência Médica e odontológica especificamente dos dependentes de servidores ativos, inativos e contratados sob Regime Temporário, fornecida através do credenciamento da Hapvida – assistência médica e odontológica e PRODENT – assistência odontológica. Desde maio de 2014 o servidor participa no custeio do seu plano.

PORTAL PARA A UNIVERSIDADE

O programa busca melhorar o nível de escolaridade dos servidores e empregados municipais, através da criação de oportunidades e instrumentos de incentivo à educação superior. Em 2017, 350 servidores foram beneficiados pela iniciativa, num investimento da ordem de R\$ 3 milhões.

RECRUTAMENTO – ESTÁGIO

Como parte de suas atribuições, a SEMGE, ao longo de 2017, adotou medidas para acompanhamento e aplicação do Decreto nº 19.028/2008 – Programa de Estágio da PMS e suas alterações.

MEDIDAS ADOTADAS – ESTÁGIO	
Elaboração de um novo Programa de Estágio para a Prefeitura Municipal do Salvador.	Aguarda publicação no Diário Oficial do Município.
Realização de processo seletivo de estágio individual.	30 (trinta) vagas, para estudantes de Nível Médio, para a Administração Direta do Município – Edital nº 01/2017.
Realização de processo seletivo de estágio em equipe (UNITP).	20 (vinte) vagas, para estudantes de Nível Superior, para a Secretaria Municipal de Saúde – Edital nº 02/2017.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

MEDIDAS ADOTADAS – ESTÁGIO	
Realização de processo seletivo de estágio em equipe (UNITP).	40 (quarenta) vagas, para estudantes de Nível Superior, para a Procuradoria Geral do Município – Edital nº 03/2017.
Realização de processo seletivo de estágio em equipe (UNITP).	15 (quinze) vagas, para estudantes de Nível Superior, para a Secretaria Cidade Sustentável/Defesa Civil – Edital nº 04/2017.
Realização de processo seletivo de estágio em equipe (UNITP).	10 (dez) vagas, para estudantes de Nível Superior, para a Secretaria Municipal de Gestão – Edital nº 05/2017.
Abertura de processo seletivo de estágio individual.	60 (sessenta) vagas para estudantes de Nível Médio, para a Administração Direta do Município – Edital nº 06/2017.
Seleção dos estudantes para compor as vagas de estágio desenvolvido na PGMS nos termos do convênio com o TJ.	Processo nº 2775/2016.
Contratação de 410 estagiários de Nível Médio e Superior.	Estágio individual e em equipe na Administração Direta do Município
Realização do evento do Dia do Estagiário.	Com a participação da Secretaria Municipal de Gestão, da Procuradoria Geral do Município, e da Superintendência do IEL – 18 de agosto de 2017.

CARREIRA E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Iniciativa	Grupo	Nº Servidores Beneficiados
Implantação da progressão funcional de uma referência.	Magistério	6.872
Implantação do avanço de um nível, na tabela de vencimentos.	Servidores com até oito anos de tempo de serviço	1.870
Enquadramento por tempo de serviço	Ocupantes dos cargos previstos na Lei nº 8.629/2014 (Planão)	3.849
Implantação do avanço automático previsto na Lei nº 7.867/2010.	Saúde	6.542

OUTRAS MEDIDAS
Implantação do reajuste de 2,5% nas empresas públicas municipais.
Acompanhamento e atualização das alterações estruturais da PMS, principalmente, no que concerne à criação, extinção e alteração de cargos em comissão e funções de confiança para atualização, no Sistema SIGRH.
Minutas sobre alteração de gratificações (PDF, Gratificação de Risco, Gratificação de Produção do Grupo Fisco, criação da Função Especial Junta Médica Oficial do Município, Gratificação de Risco).
Criação do cargo de Médico Perito, extinção das funções de confiança de Componente de Junta Médica e criação de vagas para os cargos efetivos da Junta Médica Oficial do Município.
Concessão de abono para Agentes de Suporte Operacional e Administrativo, na área de qualificação de Suporte de Serviços de Copa e Cozinha e para Profissionais de Atendimento Integrado na Área de Qualificação de Médico, com carga horária de 20 horas semanais, que percebem vencimento na tabela salarial de 20 horas.
Alteração do quantitativo dos cargos em comissão de Diretor e Vice-Diretor; alteração do perfil dos cargos em comissão e funções de confiança da Lei nº 8.629/2014.
Designação do Grupo de Trabalho do Plano de Cargos e Vencimentos dos Agentes de Saúde.
Atualização do Plano de Cargos e Vencimentos dos Profissionais de Saúde (criação da tabela de vencimentos do cargo Técnico em Serviço de Saúde – 24 horas, Analista em Medicina do Trabalho, Médico Perito, Analista em Segurança do Trabalho, Analista em Enfermagem do Trabalho e Técnico em Enfermagem do Trabalho, alteração da previsão do cargo Profissional de Atendimento Integrado).
Atualização do Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores da PMS (alteração da previsão do cargo Técnico em Infraestrutura e Serviços Municipais na área de qualificação de Técnico em Edificações).
Participação nos estudos para a elaboração da regulamentação da progressão por titulação da Lei nº 8.629/2014.
Assessoramento à equipe do novo sistema de gestão de pessoas – SIGP (sugestão de correção de erros de cadastros de cargo, vencimento e gratificação por avanço de competência, correlação de tabelas salariais com tabelas de gratificação por competência, do Sistema SIGRH para o Sistema SIGP, análise das inconsistências Encontradas nos registros de servidores, revisão dos conjuntos de cargo cadastrados, do Sistema SIGHP para o Sistema SIGP.
Levantamento de dados para a PMS e outros órgãos (quantitativo e remuneração dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções Reda, informações sobre a remuneração e benefícios da PMS, servidores que recebem Gratificação de Risco sem previsão legal, servidores em aposentadoria da Junta Médica e outros).
Extensão, redução e alteração de carga horária, de enquadramento.
Revisão salarial da vantagem pessoal, quadro de pessoal.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

OUTRAS MEDIDAS
Revisão e concessão de estabilidade econômica, incorporação de 25% e 100% de vencimento do cargo em comissão.
Correlação de atividades para contratos de terceirização e Reda.
Reintegração
Solicitação de avanço por titulação.
Revisão de enquadramento por tempo de serviço.
Informações quanto às vagas da PMS/natureza do cargo/formação básica/carga horária/atuação do cargo para candidatos de Concursos (Lei da Transparência).
Resposta aos questionamentos formulados por sindicatos, Ministério Público, Conselhos, Procuradoria do Município quanto aos Planos de Cargos da PMS e o Plano da Saúde (carreira, remuneração e legislações pertinentes).
Média de 40 estimativas de impactos (criação e extinção de cargos em comissão e funções de confiança).
Criação da gratificação de responsabilidade técnica.
Concessão da complementação salarial de 100% para médicos de 20 horas quando no exercício de cargo/função.
Criação de abono de 2,5% para os ocupantes de cargos da Lei nº 8.629/2014 e para os ocupantes de cargos da Lei nº 7.867/2010.
Fixação de novo vencimento para o cargo Técnico em Infraestrutura e Serviços Municipais, extensão da Gratificação de Defesa Civil e Gratificação de Produtividade aos servidores da SEMAN.
Reajuste de 2,5%, 11,36 e 7,34% e 5% ao Grupo Magistério com e sem retroativo.
Reajuste de 2,5%, 11,36 e 7,34% e 5% ao Grupo Magistério com e sem retroativo.
Reajuste do salário mínimo aos servidores da PMS.
Alteração de carga horária de 30 horas para 40 horas aos ocupantes de cargos da Lei nº 8.629/2014
Reajuste de 20% ocupantes de cargos da Lei nº 8.629/2014.
Criação de vagas de Diretores e Vice-Diretores da SMED.
Alteração do Adicional de Incentivo à Prevenção e Educação no Trânsito, no nível 10 do vencimento do cargo Agente de Trânsito e Transporte).

CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A SEMGE, em 2017, elaborou relatórios para diversas Secretarias do Município e PGMS, assim como para Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA). Também foi responsável por avisos de convocação, desclassificação, anulação e manutenção de desclassificação homologações e retificações.

Foram realizadas também estimativas de impacto financeiro, recebimento e análise e conferência de documentos de candidatos para ingresso na PMS. Ainda promoveu o levantamento de informações e documentos para subsidiar a defesa do Município pela PGMS considerando as ações judiciais interpostas por candidatos de concursos/processos seletivos, num total de 620 mandados de segurança.

PROCESSOS SELETIVOS – REGIME DE DIREITO ADMINISTRATIVOS (Reda) Editais e Atos	
Edital nº 01/2017 – SEMPS Carnaval.	273 convocados. 245 convocados para Averiguação de Afrodescedência.
Edital nº 02/2017 – SEDUR Carnaval.	16 convocados 14 convocados para Averiguação de Afrodescedência
Edital nº 03/2017 – Motorista.	68 convocados 1.810 convocados para Averiguação de Afrodescedência.
Edital nº 04/2017 – Fundação Mario Leal Ferreira.	10 convocados 116 convocados para Averiguação de Afrodescedência.
Edital nº 05/2017 – Médico SAMU.	65 convocados. 18 convocados para Averiguação de Afrodescedência.
Edital nº 06/2017 – Auxiliar de Serviços Gerais.	630 Convocados para Averiguação de Afrodescedência.
Edital nº 07/2017 – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil.	1.842 convocados para Averiguação de Afrodescedência.
Edital nº 08/2017 – Técnico de Nível Médio I (Atendimento).	2.954 convocados para Averiguação de Afrodescedência.
Edital nº 09/2017 – Técnico de Nível Médio II (Operacional).	887 convocados para Averiguação de Afrodescedência.
Edital nº 10/2017 – Nível Superior I (Suporte Administrativo Operacional)	138 convocados para Averiguação de Afrodescedência.
Edital nº 11/2017 – Nível Superior II (Suporte Administrativo, por especialidade).	326 convocados para Averiguação de Afrodescedência.
Edital nº 12/2017 – Educador Social, Assistente Social e Psicólogo.	Análise de Título.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

ATOS PERTINENTES AOS PROCESSOS SELETIVOS – Reda ANOS ANTERIORES A 2017 E AINDA VIGENTES

Edital nº 02/2015.	1.194 convocados.
Convocações/Nomeados de Concurso Edital nº 01/2014 SEFAZ.	3 convocados/3 nomeados.
Convocações de Concurso Edital nº 01/2015 Procurador do Município.	8 convocados/6 nomeados.
Convocações sub judice.	203 candidatos.
Avaliações Psicológicas.	214 sub judice e 7 administrativas.
Reavaliações Psicológicas.	18 sub judice e 25 administrativas.
Encaminhamento para publicação no DOM.	16 decretos de nomeação com total de 160 candidatos.
Candidatos Nomeados sub judice.	63
Candidatos Nomeados Administrativamente.	23

EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Durante 2017, a SEMGE encaminhou minuta de decreto que propõe a regulamentação da Progressão por Titulação elaborada pelo Grupo de Trabalho, instituído pela portaria SEMGE nº 345/2016. Além disso, realizou reuniões com instituições de ensino com o objetivo de selecionar propostas inovadoras para implementação de ações de educação corporativa.



INSTITUIÇÃO	TEMA
Escola de Direito – UFBa	Proposta de implantação de residência jurídica com especialização em Administração Pública Municipal, estendida aos servidores da PMS.
Fundação Dom Cabral	Proposta para implantação de Programa de Desenvolvimento da Alta Liderança.
Escola de Administração – UFBa	Proposta de ação visando a formação de gestores municipais (MSA).
ISC participações	Proposta da Sistemática VOBYS de Gestão de Pessoas por indicadores de Produtividade e Desempenho.
Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC	Proposta para disponibilização de plataforma web para desenvolvimento e compartilhamento de conteúdo e-learning.

A SEMGE ainda homologou os módulos de Educação Corporativa, o Portal para a Universidade e a Avaliação de Desempenho em conjunto com a equipe técnica responsável pela implantação do SIGP.

Para viabilizar o Programa de Capacitação dos Servidores está em elaboração um conjunto de decretos e um edital de seleção para instrutores internos.

EDUCAÇÃO CORPORATIVA – AÇÕES
Planejamento e organização de seleção de novos Instrutores Internos da PMS com objetivo de ampliar o quantitativo de instrutores ativos em áreas deficientes.
Elaboração de Minuta de Decreto de Gratificação por Atividades de Instrutoria, que revisa as regras do decreto anterior que regulamenta a Gratificação e propõe atualização dos valores pagos, de acordo com a natureza da ação e titulação exigida dos Instrutores Internos.
Elaboração de Minuta de Lei que cria a Gratificação “Jeton” e minuta de Decreto que regulamenta, visando pagamento aos Membros das comissões do Processo Seletivo para habilitação de Instrutores Internos.
Elaboração de Minuta de Programa de Especialização, que propõe novas regras para a concessão do Auxílio Educação, em substituição ao Decreto anterior que cria o subprograma de Incentivo a Especialização, que era parte integrante do Programa Portal para Universidade.
Participação em treinamento de implantação do Sistema de Gestão de Pessoas -SIGP. Realização de simulações com o objetivo de testar a funcionalidade do sistema.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

A educação corporativa integra as ações estabelecidas pelo Planejamento Estratégico 2017-2020, elaborado pela equipe da Diretoria Geral de Planejamento da Casa Civil, com a participação da equipe da SEMGE. A meta prevê a capacitação de nove mil servidores em competências essenciais e técnicas e estratégicas para o funcionamento da Prefeitura até 2020.

Para estabelecer parcerias internas com as áreas que podem disponibilizar facilitadores e/ou espaços físicos sem custo, a SEMGE promoveu, em 2017, iniciativas e articulações com diversos órgãos municipais.

PARCERIAS INTERNAS
Articulação com SEDUR, SMS, TRANSALVADOR, SUCOP, SEFAZ, DESAL, GABP, Limpurb, Diretoria das Prefeituras-Bairro visando capacitar os seus servidores com demandas específicas desses órgãos/entidades.
Planejamento anual e organização das turmas de Oficina de Qualidade no Atendimento ao Público dos servidores do SMS, parte integrante do Programa Humaniza SUS iniciado em 2015. Reunião com equipe SECOR, instrutoras internas e equipe SMS para definir estratégias e programa específico para público interno da Sede da SMS.
Alinhamento, adequação e realização do Programa de Excelência no Atendimento voltado para atendentes das 10 unidades das Prefeituras-Bairro, iniciado em 2016.
Alinhamento, adequação e elaboração da segunda etapa do Programa de Excelência no Atendimento, etapa voltada para o desenvolvimento das lideranças das 10 unidades das Prefeituras-Bairro.

A execução permanente das ações de educação corporativa para a formação e o aperfeiçoamento dos gestores e servidores municipais, através do desenvolvimento de competências, resultou, até novembro de 2017, na capacitação de 1.108 servidores. Ainda foram promovidas 59 ações e disponibilizadas 945 horas-aula.

PRINCIPAIS AÇÕES DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA-CURSOS				
Ação	Estratégias de Implementação	Local	Quantidade de participantes	Carga Horária
Capacitação E-protocolo	Instrutoria interna	SEMGE	17	3
Excel Básico	Instrutoria interna	SEMGE	17	21
Excel Intermediário	Instrutoria interna	SEMGE	18	12
Licitação e formação de pregoeiro	Instrutoria interna	SEMGE	24	20
Capacitação E-protocolo	Instrutoria interna	SEFAZ	56	24
Informática básica	Instrutoria interna	SEMGE	15	36
Excelência no atendimento	Instrutoria interna	Prefeituras-Bairro Cabula e Pau da Lima	44	40
Qualidade do atendimento ao cidadão	Instrutoria interna	SEFAZ	16	16
Licitação e formação de pregoeiro	Instrutoria interna	SEFAZ	23	20
Atualização em direção defensiva	Instrutoria interna	SUCOP	22	12
Capacitação em Power Point avançado	Instrutoria interna	SEFAZ	16	9
Capacitação em Prezi	Instrutoria interna	SEFAZ	15	9
Capacitação E-protocolo	Instrutoria interna	SEFAZ	15	6
Curso externo: Regime Próprio de Previdência Social-RPPS	Inscrição/contratação	SEFAZ	10	16
Curso prático de gerenciamento de projetos software GP Web	Instrutoria interna	SEFAZ	36	40
Excelência no atendimento	Instrutoria interna	Prefeitura-Bairro Pau da Lima	49	40
Excelência no atendimento	Instrutoria interna	Transalvador	15	16
Workshop de liderança de gestão de pessoas	Instrutoria interna	SEMGE	35	7
Qualidade do atendimento ao cidadão	Instrutoria interna	Transalvador	20	16
Atualização em direção defensiva	Instrutoria interna	Unijorge-Comércio	44	16
Curso prático de gerenciamento de projetos	Instrutoria interna	SEMGE	18	20
Excel Básico	Instrutoria interna	SEMGE	19	12
Excel Avançado	Instrutoria interna	SEMGE	14	21
Excel Intermediário	Instrutoria interna	SEMGE	16	21
Excel Básico T2	Instrutoria interna	SEMGE	14	12



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

PRINCIPAIS AÇÕES DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA-CURSOS				
Ação	Estratégias de Implementação	Local	Quantidade de participantes	Carga Horária
Capacitação E-protocolo	Instrutoria interna	SEMGE	18	6
Curso de processos administrativos com os procuradores do Município	Instrutoria interna	SEMGE	88	20
Regime de adiantamento público	Instrutoria interna	SEMGE	20	12
Curso prático de gerenciamento de projetos Software GP Web	Instrutoria interna	SEMGE	22	20
Power point avançado com introdução ao Prezi	Instrutoria interna	SEMGE	22	12
Excel Intermediário	Instrutoria interna	SEMGE	21	21
Curso de gerenciamento de estresse	Instrutoria interna	Transalvador	38	32
Formação de pregoeiro	Instrutoria interna	SEMGE	16	12
Regime de adiantamento público	Instrutoria interna	SEMGE	15	12
Capacitação E-protocolo	Instrutoria interna	SEMGE	24	12
Power Point avançado com introdução ao Prezi	Instrutoria interna	SEMGE	16	12
Excel intermediário	Instrutoria interna	SEMGE	10	21
Fiscalização de contratos, compras e serviços na administração pública: melhores práticas para uma atuação eficiente do fiscal e do gestor	Instrutoria interna	Hotel Mercure	92	32
Excel Básico	Instrutoria interna	SEMGE	11	12
Curso prático de gerenciamento de projeto	Instrutoria interna	SEMGE	16	20
Curso de excelência em atendimento da SEFAZ	Instrutoria interna	SEMGE	51	40
Capacitação/implantação SIGP	Facilitador externo	SEMGE	88	144
Conductor cidadão	Instrutoria interna	SEMGE	24	16
Atualização em direção defensiva	Instrutoria interna	SEMGE	12	12
Curso do Sistema de Gestão Integrada da Informação GII	Instrutoria interna	SEMGE	12	7
Excel Intermediário	Instrutoria interna	SEMGE	20	21
TOTAL			1224	961

Fonte: Setor de Educação Corporativa – SECOR



DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

A SEMGE realizou ações voltadas para o servidor em todas as órgãos e entidades municipais como Dia dos Pais, Dia das Crianças, Outubro Rosa, eleição do Servidor Destaque, além de promover a palestra Saúde e Qualidade de Vida. Também voltado para o desenvolvimento do servidor, foram elaboradas as minutas de Decreto do Programa de Valorização do Servidor – PVS (PR 2654/15) visando regulamentar a iniciativa, e do novo modelo do Termo de Parceria que será utilizado com empresas conveniadas ao Programa de Valorização do Servidor (PVS). Atualmente, existem 41 parcerias dentro do Programa de Desenvolvimento do Servidor com instituições que oferecem descontos em seus serviços para servidores e dependentes como universidade, colégios, escolas de idiomas e academias, entre outros.

Para obter melhores resultados e prestar serviços de qualidade cada vez maiores para os cidadãos, o PVS promoveu o encontro Desenvolvendo Lideranças de Alta Performance, em 21 de dezembro de 2017, com a

participação dos secretários, gestores e dirigentes do Município. A iniciativa contou com palestras do ex padre Zeca de Mello e do técnico campeão olímpico de vôlei, Bernardinho. As palestras abordaram temas como liderança, gerenciamento de equipe, identificação e formação de talentos, planejamento, sucesso e alta performance profissional.

GESTÃO DO DESEMPENHO

À SEMGE compete o acompanhamento e verificação das atividades referentes à aplicação da gratificação gerencial no âmbito da Prefeitura Municipal do Salvador, analisar as solicitações de implantação de gratificação gerencial, mediante nomeação, apreciar as solicitações referentes à alteração de percentual da gratificação, além de elaborar o relatório gerencial sobre a situação dos órgãos municipais em relação às gratificações gerenciais.

Também é responsabilidade da SEMGE realizar a conferência complementar dos dados informados pela SEMAN, SEMOB, SUCOM, SUCOP E TRANSALVADOR com relação à distribuição da Gratificação de Incentivo à Produtividade e Qualidade e ao cumprimento aos dispositivos previstos no Decreto que regulamenta a referida gratificação.

Outros procedimentos para avaliação de desempenho foram desenvolvidos como a publicação do decreto nº 28.668/2017 e a Instrução Normativa nº 07/2017, que regulamentam a Avaliação Especial de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório. O sistema para aplicação dessa avaliação (SIGP) se encontra em fase de migração dos dados do SIGRH para verificação final.

GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

A coordenadoria Central de Gestão da Folha de Pagamento (CGF) atendeu às solicitações de elaboração mensal da folha de pagamento e dos relatórios para subsidiar a tomada de decisão dos gestores dos órgãos e entidades da PMS, além de realizar os bloqueios e desbloqueios de pagamentos dos servidores municipais, inclusive nos casos de ausência do Recadastramento.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

ATIVIDADES DA CENTRAL DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO	
CONSIGNAÇÃO	Gestão do processo de consignação. Análises e encaminhamentos de inconsistências na base de dados e de demandas registradas pelos Consignatários. Bloqueios decorrentes de decisões judiciais de todos órgãos e entidades do Município. Revisão da Lei de consignação e sua regulamentação.
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	Implantação na folha de pagamento da Contribuição Sindical obrigatória para os diversos Sindicatos envolvendo, os servidores dos órgãos e entidades da PMS, o Ministério do Trabalho e Caixa Econômica Federal.
SIGRH	Realizou a manutenção do SIGRH objetivando garantir a aderência a legislação e atendendo as demandas dos órgãos fiscalizadores.
Encargos e FGTS	Executou o controle de encargos visando manutenção da CND – Certidão Negativa de Débitos. Gestão de FGTS, com ações junto à Caixa Econômica para conciliar critérios de liberação de valores referentes aos vínculos temporários (SAMU) estabelecidos através de Termo de Ajuste de Conduta. Gestão do FGTS em parceria com a Dívida Ativa/SEFAZ para evitar a interrupção do pagamento do parcelamento decorrente do reconhecimento da dívida através do Termo assinado com a Caixa Econômica Federal.
Transmissões de Dados	Transmissão de dados para a Caixa Econômica Federal referente à Relação Anual de Informações Sociais – RAIs. Ajuste dos Demonstrativos de Rendimentos de Pessoa Física – DIRF das novas normas anualmente divulgadas pela Receita Federal para subsidiar a declaração de Imposto de Renda dos servidores Municipais.
Relacionamento com SEGEPS	Treinamentos dos SEGEPS e levantamento de requisitos para implantação e parametrização do novo sistema de folha de pagamento SIGP – Sistema Integrado de Gestão de Pessoas.
Arquivo TCM	Ajustes no arquivo do TCM para eliminar conflito de dados e critérios adotados pelo SIGA. Ajustes das minutas da folha de pagamento às novas regras contábeis.

PROJETO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE PESSOAS - SIGP WEB

Em novembro de 2017, a configuração do projeto para customização e implantação do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGP WEB) dos eventos de Folha de Pagamento dos Servidores/Empregados Ativos atingiu 80%. Enquanto o desenvolvimento das funcionalidades dos Módulos de Gestão de Plano de Saúde, Gestão da Junta Médica e Portal de Serviços do Servidor foram 100% implantados.

RECADASTRAMENTO

Em agosto de 2017, foi iniciado projeto de recadastramento mensal de servidores, com o objetivo de manter atualizados os dados cadastrais e funcionais de servidores públicos e empregados ativos na PMS. A atualização cadastral é realizada sempre pela data de aniversário do servidor. O processo é realizado eletronicamente, por meio do Sistema de Atualização Cadastral disponível no endereço: www.recadastramento.salvador.ba.gov.br. Desde o início do programa, mais de 7.500 servidores já se recadastraram.

LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO

A diretoria de logística e patrimônio é responsável por formular políticas e diretrizes relacionadas à gestão de serviços, contratos, material e patrimônio e à gestão do Centro de Logística Municipal. As Gerências que integram a Diretoria, coordenam, normatizam, executam, supervisionam, fiscalizam e administram a contratação dos serviços corporativos, gestão de frotas de veículos, as contratações corporativas e sistêmicas e gerem as aquisições de materiais, bens patrimoniais móveis e as licitações.

INICIATIVAS PARA APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO

Licitação para Bens e Serviços do Hospital Municipal	Aquisição e contratação de materiais, obras e serviços para a construção e aparelhamento do primeiro Hospital Municipal de Salvador.
Licitação para Contratação de Nova Frota de Veículos	Contratação para locação de veículos executivo, em atendimento às demandas da Prefeitura Municipal de Salvador.
Workshop – Tema: Licitações e Registro de Preços	Workshop gratuito para os representantes dos órgãos/entidades do Município, com o objetivo de esclarecer sobre os procedimentos para realização das Licitações e Gerenciamento da Ata de Registro de Preços.
Curso de Capacitação In Company - Tema: "Como Fiscalizar Contratos de Compras e Serviços na Administração Pública - Melhores Práticas Para Uma Atuação Eficiente do Fiscal e do Gestor	Contratação da empresa de capacitação Zênite, para apresentação do material didático e explanação do conteúdo.

MODERNIZAÇÃO DE DECRETOS MUNICIPAIS

Para otimizar os processos administrativos e propiciar o alcance de um resultado mais eficiente da administração municipal, a SEMGE propôs a reforma de três decretos municipais com novas minutas, atualizadas com base na legislação federal: Decreto de Aplicação de Penalidades no Processo Administrativo Punitivo, Decreto de Locação Imobiliária e Decreto de Registro de Preços.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

COMPANHIA DE GOVERNANÇA ELETRÔNICA DO SALVADOR (COGEL)

A Companhia de Governança Eletrônica do Salvador (Cogel) foi criada pela Lei n.º 3.601, de 18 de fevereiro de 1986 e alterada pelas Leis n.º 3.646/1986, 7.610/2008 e 8.376/2012. Tem por finalidade planejar, coordenar, executar e controlar as ações relacionadas à gestão da informação e da telecomunicação na Prefeitura Municipal do Salvador, através de tecnologias avançadas para promover a oferta de serviços e informações por meio eletrônico, definir padrões para as formas eletrônicas de interação e implantar ferramentas de racionalização de procedimentos.

CIDADE INTELIGENTE - SALVADOR 360

O 5º Eixo do Programa Salvador 360, Cidade Inteligente, prevê o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para facilitar a vida dos moradores de Salvador. Com esse objetivo, a COGEL lançou em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), no segundo semestre de 2017, a primeira Chamada Temática Cidade Inteligente do Edital de Inovação para a Indústria.

O Edital visa atrair microempreendedores individuais e startups de base tecnológica com o objetivo de desenvolver projetos de produtos ou processos inovadores de interesse mútuo, que apresentassem demonstrações práticas tais como Internet das Coisas (IoT), nuvem (cloud), analytics, inteligência artificial, robótica, eletrônica embarcada, automação, visão computacional e big data.

Das 64 startups aderentes aos requisitos do Edital, foram escolhidas dez, das quais sete da Bahia, uma do Espírito Santo, uma de Minas Gerais, uma do Rio Grande do Sul. A COGEL caberá dar acesso ao ambiente para testes, ao processo de acompanhamento e à rede de contatos.

DIFERENCIAIS DO EDITAL

COGEL tem prioridade, sem exclusividade, no uso e para comercialização conjunta da solução desenvolvida por um período de até cinco anos e até 5% de cotitularidade de propriedade intelectual

Viabilizar a implantação do "Living Lab Salvador Inteligente" como indutor de desenvolvimento e demonstração de soluções integradas capazes de responder, de forma criativa e inovadora, a necessidades e problemas urbanos

RIO VERMELHO INTELIGENTE

Para desenvolver e implementar soluções para cidades inteligentes, foi desenvolvido, em parceria com o CIMATEC, um plano de trabalho para transformar o Rio Vermelho em bairro inteligente. O local foi escolhido por suas características favoráveis à rápida implementação como disponibilidade de backbone de fibra óptica da Prefeitura, infraestrutura favorável, movimentação intensa de veículos e pedestres, comércio ativo, grande atividade cultural e turística e entorno com bairros populares favoráveis à implementação de programas voltados à comunidade de baixa renda.

Para identificação das ideias de projetos foi utilizado o METAPLAN – técnica destinada a promover o envolvimento das pessoas nas discussões, esclarecer dúvidas, gerenciar conflitos e levar um grupo a alcançar, de forma consistente, os objetivos propostos para discussão.

INCLUSÃO SÓCIODIGITAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A COGEL promoveu capacitação gratuita para qualificação profissional de portadores de deficiência motora, visual, auditiva e intelectual, como instrumento de inclusão digital e fomento ao empreendedorismo individual. O projeto, fruto de parceria entre a COGEL, a Unidade para Pessoas com Deficiência do município (UPCD), o Instituto de Cegos da Bahia (ICB) e o Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência (COMPED), lançado em 07 de dezembro de 2017, ofertará aulas de windows, word, excel, internet e powerpoint, na sede do COMPED, localizada na avenida Joana Angélica, no bairro de Nazaré

PLATAFORMA COLABORATIVA DE GESTÃO DE RECURSOS DE TI

Em 2017, a Assessoria Especial de Tecnologia da Informação e Comunicação – ASTIC desenvolveu o Sistema “Cadastro Municipal de Recursos Tecnológicos” utilizando o software Foswiki, com a finalidade de compartilhar conhecimentos e propiciar uma gestão, em tempo real, do ambiente tecnológico da Prefeitura. A principal contribuição deste cadastro consiste na oferta de um ambiente compartilhado de gestão do conhecimento, com a disponibilização de um sistema que atende aos requisitos da Web 2.0.

Assim, o Foswiki reúne os mecanismos que viabilizam a criação de um ambiente colaborativo para a gestão do conhecimento, atrelado aos cuidados com a segurança e a rastreabilidade.

FUNCIONALIDADES FOSWIKI
Administração compartilhada do acervo de TIC da Prefeitura.
Gerenciamento das aquisições de TIC.
Rastreamento das alterações efetuadas, associando-as aos usuários e ao dia e horário em que foram realizadas.
Acompanhamento dos investimentos da TIC nos órgãos/entidades.
Acompanhamento dos projetos estruturantes aprovados para o planejamento estratégico 2017 a 2020.

CONECTIVIDADE DE ALTA VELOCIDADE

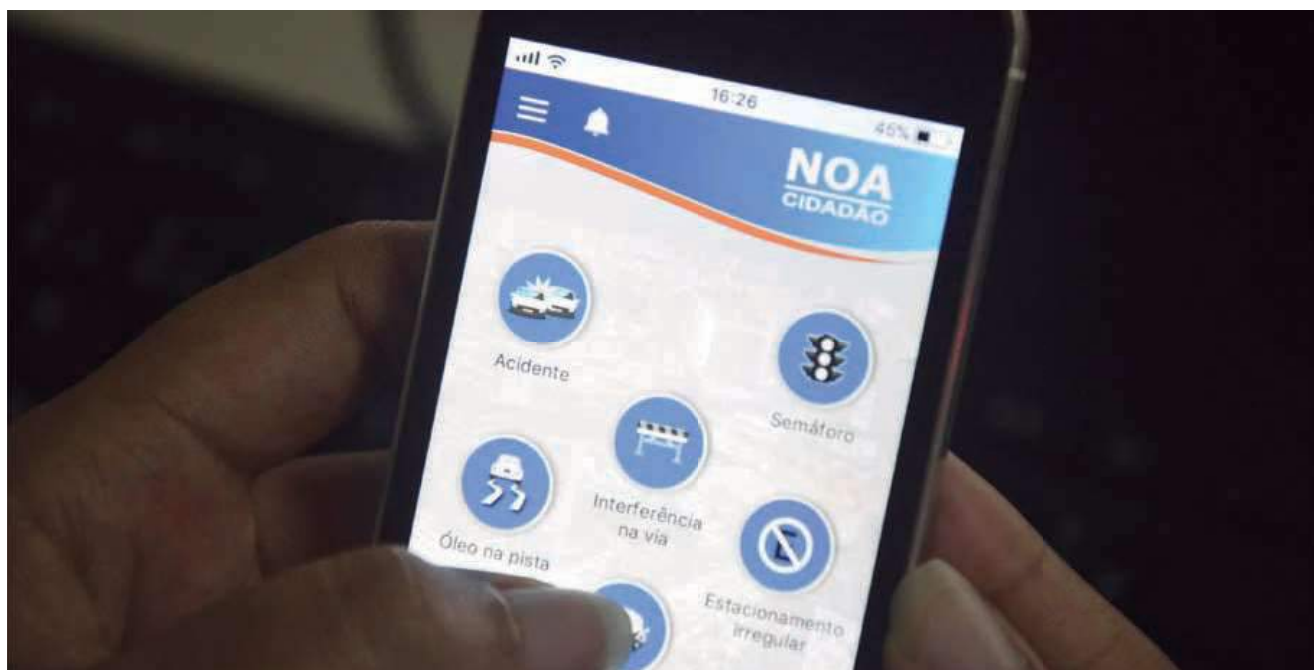
A parceria com a Rede Metropolitana Salvador – ReMeSSA, de caráter multiinstitucional, com capilaridade de 260 quilômetros de cabos ópticos de alta velocidade, distribuídos por toda a cidade, tem possibilitado o atendimento às diversas regiões do município, como a interligação com o Aeroporto e implantação de fibra óptica no Subúrbio e em Cajazeiras em 2017.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

Foram também realizadas interconexões de várias unidades da Prefeitura como SUCOP (Dique do Tororó), SEMAN (DESAL-BR324), FGM (Biblioteca da Ribeira), SMED (EscoLab Cid Passos), SEMTEL (novo SIMM), além do remanejamento de links de rádio para atendimento à SEMPS (Comércio) e OGM (156).

CONECTIVIDADE E SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA



Para disponibilizar conectividade de alta velocidade nos circuitos do Carnaval 2017, foram implantados oito quilômetros de fibra óptica, da sede da COGEL (Rua Macapá/Ondina) até o Largo da Vitória, e, da Praça Municipal ao Quartel dos Aflitos (via Avenida Contorno).

Foram também implantados pontos de abertura (PAs) que possibilitaram o fornecimento de conectividade aos postos da Prefeitura ao longo dos circuitos e a oferta de acesso gratuito à internet (Wi-Fi) para os cidadãos, com possibilidade de cobertura de até 27 regiões nos circuitos do Carnaval, bem como a ativação de câmeras de videomonitoramento.

Para detectar equipamentos que interferissem ou prejudicassem as transmissões das redes de televisão, rádios, telefonia celular e radiocomunicação em geral, a rede de fibra óptica foi compartilhada com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Em 2017, a COGEL deu suporte às diversas entidades municipais, desenvolvendo ferramentas e soluções em TIC para melhorar os serviços prestados à população:



Aplicativo para leitura de código de barras das credenciais de acesso dos proprietários de veículos que residem nos circuitos do carnaval.

Produção gráfica da cartilha "A Cidade Somos Nós", para o projeto Transparência e Controle Social – Cidadania em Ação da Controladoria Geral do Município, visando auxiliar os estudantes do ensino fundamental da rede municipal a conhecerem melhor os temas transparência e controle social.



Sistema para inscrição eletrônica do Processo Seletivo Simplificado Reda, para preenchimento de cargos técnicos, administrativos e vagas de estágio nos órgãos e entidades municipais.

Ferramenta participativa que possibilita uma relação mais próxima do cidadão com a Prefeitura Municipal, viabilizando a participação dos moradores de Salvador na escolha das obras e intervenções prioritárias para o bairro onde residem.



Aplicativo para dar agilidade, lisura e transparência ao sorteio eletrônico dos imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Aplicativo de pesquisa online desenvolvido para a Transalvador com o objetivo de realizar pesquisas sobre a satisfação da população em relação às intervenções de trânsito na cidade, permitindo avaliar resultados e subsidiar ações gerenciais mais assertivas.



Sistema para Medição de Poluição Sonora desenvolvido para a Secretaria de Mobilidade Urbana – SEMOB. Possibilita a medição dos índices de decibéis emitidos por aparelhos de som denunciados por poluição sonora.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

CASA CIVIL

A Casa Civil foi criada pela Lei nº 7.610 de 29 de dezembro de 2008. Após diversas alterações em sua estrutura, estabelecidas pelas Leis nº 8.376/2012, 8.725/2014 e 8.907 /2015, passou pela mais recente reforma administrativa, Lei nº 9.186/2016, regulamentada pelo Decreto nº 28.251/2017. Está entre suas atribuições assessorar o Chefe do Poder Executivo Municipal na formulação do planejamento estratégico do Município, na gestão e controle dos projetos estratégicos intersetoriais, no acompanhamento de indicadores de desempenho, na avaliação de resultado das ações empreendidas pelo Poder Executivo Municipal e na captação de recursos financeiros.

A partir da última reforma administrativa, passou ainda a responder pelo Orçamento Municipal e o Plano Plurianual (PPA) e a elaboração de toda legislação orçamentária de Salvador, com a incorporação da Diretoria Geral de Orçamento (DGO) em sua estrutura.

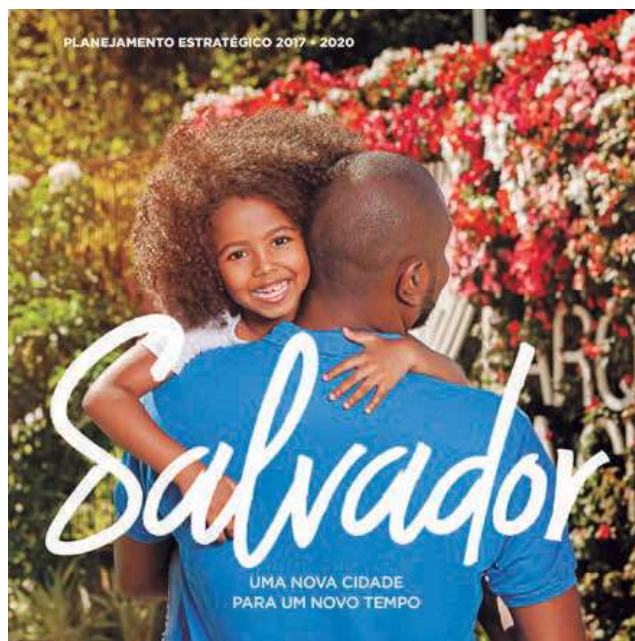
PLANEJAMENTO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO

O planejamento estratégico representa a consolidação de uma nova forma de gestão pública adotada inicialmente na gestão 2013-2016, comprometida com a viabilização de propostas, execução de ações, voltadas prioritariamente ao cidadão mais carente com o objetivo de tornar a cidade mais igualitária, desenvolvida e sustentável. Sob a coordenação da Diretoria Geral de Planejamento Estratégico da Casa Civil, foi elaborado, em 2017, um novo Plano Estratégico Municipal para a gestão 2017-2020.

Neste novo ciclo do planejamento, foi adotada uma estratégia de transversalidade de suas atividades, permitindo a interação entre as secretarias e demais órgãos, a otimização dos esforços e maior eficiência nos gastos públicos. O Planejamento Estratégico 2017-2020 reflete os avanços obtidos nos últimos quatro anos da gestão municipal e aponta os novos rumos e prioridades da nova gestão, com novos investimentos em toda a cidade.

O primeiro período do governo foi marcado pela recuperação da capacidade financeira e de investimento próprio, dos serviços sociais básicos e da infraestrutura da cidade Salvador. Agora, neste segundo período, o foco é manter e ampliar os avanços e a dinamização de todos os setores da administração. A partir de um diagnóstico da realidade do município em um contexto econômico e político de dificuldades foi elaborado o Plano Estratégico 2017-2020, alinhado com o Plano Plurianual (PPA) 2018-2021, o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e o Programa Salvador 360

Com orçamento total de R\$ 4,1 bilhões, o planejamento detalha as 100 metas e os 101 projetos que dão suporte aos quatro anos de gestão, agrupados em sete eixos temáticos: Desenvolvimento Humano, Qualidade de Vida, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Urbano e Econômico, Desenvolvimento de Serviços Urbanos, Sustentabilidade e Resiliência, e Desenvolvimento Institucional e Engajamento do Cidadão.



A construção deste novo plano envolveu mais de 400 pessoas entre a equipe de liderança da atual administração e técnicos de todos os órgãos da Prefeitura. Foram necessárias mais de 1.200 horas de reuniões, encontros, entrevistas e workshops. O suporte para sua elaboração foi feito por uma consultoria externa especializada. Sua execução é acompanhada minuciosamente sob a coordenação da Casa Civil. A iniciativa dá continuidade ao instrumento de gestão inaugurado para o período 2013-2016, quando a prefeitura promoveu o saneamento das contas públicas, recuperou a capacidade de investimento e expandiu a oferta e a qualidade dos serviços prestados à população.

O plano foi realizado em quatro fases, iniciando pela realização de um extenso e detalhado diagnóstico dos problemas estruturais da cidade, com informações obtidas de fontes externas e internas. Esta fase também previa a elaboração de um plano de trabalho para a execução do projeto como um todo. Todo o material levantado nesta fase foi de fundamental relevância para o sucesso na execução das etapas seguintes.

A segunda fase versou sobre a definição das aspirações a serem alcançadas pela gestão e, em seguida foram estabelecidos metas e projetos. Nesta fase ainda foram definidos os objetivos estratégicos da cidade, feita a validação e refinamento das metas definidas inicialmente com alta liderança, além da primeira definição dos projetos a serem detalhados para o alcance dos resultados esperados.

Na fase seguinte foi realizada a estruturação e viabilização das metas e projetos. Tal etapa consistiu no refinamento ainda maior dos projetos com as secretarias, elaboração de estimativa orçamentária e fonte dos recursos por projeto. Após essas análises foi concebida uma versão final do Plano de Metas, validada diretamente pelo Prefeito e pelos principais dirigentes em encontros específicos para cada unidade. Foi também elaborada a revisão do modelo de avaliação de performance para inclusão de indicadores de percepção do cidadão.

Os 101 projetos que compõem os sete eixos estratégicos estão estruturados em linhas de ação, marcos de entrega – produtos intermediários e seus respectivos prazos de entrega a serem cumpridos durante a implementação da iniciativa – e orçamento, com informações de gastos de custeio, investimento, fontes próprias e outras fontes.

O planejamento estratégico conta com 100 metas e 101 projetos

Eixos Estratégicos	Metas	Projetos
Desenvolvimento Humano	8	9
Qualidade de Vida	10	10
Desenvolvimento Social	18	18
Desenvolvimento Urbano e Econômico	23	20
Desenvolvimento de Serviços Urbanos	19	20
Sustentabilidade e Resiliência	5	4
Desenvolvimento Institucional e Engajamento do Cidadão	17	20
Plano Estratégico	100	101



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

Por fim, dando continuidade à política de transparência da gestão e estabelecendo um compromisso público dos gestores, o “Plano Estratégico 2017 – 2020 Uma Nova Cidade para um Novo Tempo” foi organizado em formato de livro e distribuído para os diversos órgãos de imprensa e para representantes da sociedade civil organizada, além de ser disponibilizada uma versão digital na página da Prefeitura na Internet. Nele constam as informações de metas e projetos, as linhas de ações para alcançar os resultados almejados, os marcos de entrega de cada projeto e o orçamento previsto para cada uma das ações.

ACOMPANHAMENTO DO PLANO

Como ferramenta para garantir a efetividade dessa ação, a Prefeitura conta, na Casa Civil, com uma unidade responsável pelo acompanhamento do Plano Estratégico, que atua em parceria direta com os órgãos para garantir a execução das iniciativas e o cumprimento das metas estabelecidas. A Diretoria Geral de Planejamento Estratégico (DGPE) participa da definição detalhada dos objetivos a serem alcançados por cada unidade e também das ações concretas que devem ser implementadas, inclusive no que se refere a cronogramas e responsáveis.

Como parte deste processo, a DGPE organiza encontros periódicos, com a presença do Prefeito, dos Secretários Municipais e dos dirigentes de empresas, superintendências e fundações. Em cada um destes momentos é analisada a situação de cada projeto estratégico, bem como as medidas que devem ser adotadas para alcançar os objetivos previamente estabelecidos, encaminhando, ainda, ações concretas a serem adotadas.

A Diretoria também tem o papel de dar suporte às áreas fins para que as mesmas possam realizar tudo o quanto foi acordado dentro dos prazos previstos.

Gestão Financeira – Também é de responsabilidade da DGPE o acompanhamento de modificações orçamentárias que envolvam projetos estratégicos, de forma a garantir os recursos necessários à implementação de marcos e metas do Plano elaborado. Em 2017 a diretoria ainda deu suporte à elaboração do PPA 2018 – 2021, LDO 2018 e da LOA 2018, confirmando as ações prioritárias e metas para o próximo ano, além de estimar os recursos necessários à sua implementação.

Acompanhamento e Gestão de Obras – Como parte do acompanhamento do Plano Estratégico, em 2017, a DGPE atuou na gestão e acompanhamento de obras estratégicas realizadas na cidade, a exemplo de obras viárias, de saneamento e encostas, além da implantação de equipamentos de saúde e educação. O acompanhamento permitiu o levantamento e atualização dos principais investimentos realizados pela gestão, bem como dos recursos aplicados em custeio pelas áreas sociais da Prefeitura. Com isso, foi possível subsidiar os eventos do Programa Gabinete da Prefeitura em Ação, com informações quanto às intervenções e aos investimentos em cada uma das Prefeituras-Bairro.

Gratificação de Incentivo à Produtividade e Qualidade (GIPQ) – A DGPE garantiu o suporte técnico à Comissão de Análise de Resultados (CAR), entidade responsável pela concessão de GIPQ, para a avaliação dos quadros de metas da SEDUR, SEMOB, SEMAN, SUCOP e TRANSALVADOR para o ano de 2017, e das alterações solicitadas no decorrer do ano. Também realizou análises dos relatórios de cumprimento das metas estabelecidas para o 2º semestre de 2016 e 1º semestre de 2017, para subsidiar as deliberações da CAR.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

COMUNIDADE GUERREIRA ZEFERINA (CIDADE DE PLÁSTICO)

O Guerreira Zeferina é um projeto da Prefeitura de Salvador, realizado pela Fundação Mário Leal Ferreira, Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPs), Secretaria da Infraestrutura e Obras Públicas (SEINFRA) e Superintendência de Conservação e Obras Públicas (SUCOP), sob coordenação da Casa Civil, com projeto social executado pela AVSI Brasil. O projeto tem custo de R\$ 21 milhões, bancado integralmente com recursos do tesouro municipal e prevê a construção das 257 unidades habitacionais.

A requalificação da área de Guerreira Zeferina/Cidade de Plástico, foi iniciada em 2016, com previsão de entrega em 2018, e tem como objetivo, além da garantia de uma moradia estruturada, a melhoria da qualidade de vida da comunidade, preservando suas relações interpessoais e de pertencimento com o lugar onde viveram e para onde voltarão em condições dignas. O acompanhamento do andamento das obras pode ser feito pelos moradores da comunidade através do aplicativo Guerreira Zeferina.

Os moradores, deslocados temporariamente durante as obras, são apoiados pelo Auxílio Aluguel da Prefeitura e recebem R\$ 300 mensais. O pagamento do benefício foi definido a partir do cadastramento prévio realizado em 2014 de todos os moradores e o selamento dos terrenos, residências, construções, comércio e templos religiosos existentes na área. Este cadastramento também permitiu a análise demográfica da área e a construção de um banco de dados.

Com o objetivo de gerar emprego e renda, foram realizados, em 2017, cursos de formação profissional como iniciação a pedreiro, salgados e folhados e de vídeos e fotografias com celular, além de noções de empreendedorismo, promovidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI).

Através de um plantão semanal e eventual apoio em ocorrências, as famílias continuam a contar com a assistência oferecida pela Prefeitura que instalou no local um Escritório de Campo para dar suporte à comunidade e às atividades em desenvolvimento durante as obras.

Outra vertente de trabalho desenvolvida é a de formação de lideranças para a gestão da comunidade. Os participantes do processo de formação apresentaram-se como voluntários e/ou foram indicados pela comunidade em duas assembleias realizadas com ampla participação. Além disso, ao longo de visitas sistemáticas de representantes da comunidade às obras foram promovidas.

SALVADOR SOCIAL

O Projeto Salvador Social envolve ações de melhorias nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social em Salvador. Sob a coordenação da Casa Civil, a iniciativa, obteve aprovação da Diretoria do Banco Mundial (BIRD) no dia 19 de dezembro e está em análise na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para ser enviado ao Senado da República para deliberação. Ao longo do ano, foram concluídos o Manual Operacional (MOP), os Marcos Socioambientais e de Reassentamento, e a Proposta Técnica nas áreas a serem contempladas pelo projeto.

No âmbito da Saúde, o Projeto visa aumentar a eficiência da prestação de serviços à população em todos os níveis de atenção. Assim, foi identificada a necessidade de reformas nas unidades existentes e de implementação e de ampliação do sistema de informação e regulação da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), além disso, o Salvador Social também prevê o uso de tecnologias para melhorar a qualidade da gestão dos serviços de saúde como prontuário eletrônico e identificação biométrica.

Para garantir a qualidade da educação infantil, o projeto vai implantar um sistema de monitoramento e avaliação, além de desenvolver um programa de garantia de qualidade da Educação Infantil. Quanto à melhoria do ensino fundamental serão promovidos o fortalecimento do sistema de avaliação dos alunos (avaliação externa e formativa), a expansão do uso de materiais pedagógicos estruturados e a implementação de um modelo de gestão baseada em resultados para escolas.

Na área da Assistência Social, o projeto objetiva fortalecer a prestação de serviços para garantir sua eficácia e, consequentemente, a implementação de políticas federais e locais. Para isso o Projeto busca o fortalecimento da rede básica de assistência social, compreendendo adequação física dos 28 CRAS existentes, a informatização adequada e o quantitativo de pessoal adequado. Através de ações de capacitação para melhor coleta e verificação de dados nos CRAS, serviços móveis e visitas domiciliares, os dados do CadÚnico vão obter melhor qualidade.

Nos dias 12 e 13 de dezembro, como parte das ações integradas e prioritárias do Projeto Salvador Social, foi realizada uma oficina sobre enfrentamento da violência contra a mulher. Na ocasião, foram compartilhadas experiências desenvolvidas nacional e internacionalmente para o enfrentamento da violência contra a mulher, além da apresentação das entidades que atuam nesta temática em Salvador.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

MAIS RECURSOS, MAIS INVESTIMENTOS

A Diretoria de Captação de Recursos tem por finalidade a formulação de diretrizes, coordenação, avaliação e acompanhamento das atividades de captação de recursos financeiros destinados às ações municipais dos órgãos e entidades da Prefeitura Municipal do Salvador, e de negociações junto a entidades nacionais e internacionais de crédito, com vistas à captação de recursos para implantação de projetos.

CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE COM A UNIÃO

A Gerência de Contratos e Convênios é responsável por acompanhar o fluxo operacional de captação de recursos que inicia na Prospecção das Fontes de Financiamento e se encerra na Prestação de Contas final com a sua aprovação pelo órgão concedente.

Durante o ano de 2017 a Gerência prestou assessoramento técnico para a elaboração de propostas e execução de contratos de repasse e convênios no que se refere à elaboração de Termos de Referência, Declarações, Obtenção de Licenças, dentre outros documentos exigidos durante a contratação e execução dos objetos pactuados.

Os órgãos da administração municipal cadastraram 66 propostas de captação em 2017 em programas como o Avançar Cidades, Programa de Aceleração do Crescimento, Infraestrutura Turística, Marketing Turístico, Infraestrutura Esportiva, Eventos Esportivos, Assistência Social, Saúde Básica e Especializada, Infraestrutura Urbana (pavimentação de ruas, encostas, revitalização de praças e espaços urbanos), dentre outras áreas.

Entre 2013 e 2017, foram viabilizados Contratos de Repasse e Convênios, no montante de R\$ 469,5 milhões oriundos de Transferências Voluntárias, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e Emendas Parlamentares, tendo a Diretoria como órgão articulador entre as Secretarias Municipais, Autarquias, Deputados Federais, Ministérios e a Caixa Econômica, que atua como Instituição Mandatária da União.

No exercício de 2017, foram assinados 31 contratos e convênios com o Governo Federal. Os contratos totalizam R\$ 319,6 milhões e os convênios R\$ 40,5 milhões incluindo as respectivas contrapartidas.

CONVÊNIOS E CONTRATOS ASSINADOS ENTRE 2013 E 2017 - TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E PAC

ANO	CONTRATOS DE REPASSE		
	CONCEDENTE	CONTRAPARTIDA	TOTAL
2013	40.088.000,00	1.705.987,09	41.793.987,09
2014	18.047.359,82	159.780,00	18.207.139,82
2015	12.733.703,00	568.397,74	13.302.100,74
2016	12.421.490,35	284.497,51	12.705.987,86
2017	319.481.908,81	157.758,73	319.639.667,54
2013 - 2017	402.772.461,98	2.876.421,07	405.648.883,05

Fonte: Casa Civil/Gabinete Captação – Posição em 29/12/17

ANO	CONVÊNIOS		
	CONCEDENTE	CONTRAPARTIDA	TOTAL
2013	10.234.554,04	530.659,96	10.765.214,00
2014	1.289.520,00	53.812,00	1.343.332,00
2015	1.024.600,00	24.913,60	1.049.513,60
2016	8.841.676,60	1.316.985,72	10.158.662,32
2017	40.352.394,17	186.983,91	40.539.378,08
2013 - 2017	61.742.744,81	2.113.355,19	63.856.100,00

Fonte: Casa Civil/Gabinete Captação – Posição em 29/12/17

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em sequência aos trabalhos de captação de recursos, via operações de crédito, foram mantidas as negociações junto a organismos multilaterais e instituições nacionais de fomento. Da carteira de 10 operações de crédito, em 2017, num montante de R\$1,7 bilhões, em diversos estágios, quatro foram contratadas, totalizando o valor de R\$ 632,6 milhões, relativas ao PMAT, BRT PRÓ-TRANSPORTE/FGTS e CONTRAPARTIDA/CPAC, além do PRODETUR.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS E EM NEGOCIAÇÃO

Atualizado: 31.12.2017				
PROJETO	ORIGEM	EM R\$1.000,00		
		FINANCIAMENTO	CONTRAPARTIDA	TOTAL
2 - BRT Lapa/ Iguatemi Pró-Transporte – Trecho 1	Caixa Econômica Federal	300.000	----	300.000
3 - BRT Trecho 1 - contrapartida do Pró-Transporte	Caixa Econômica Federal	108.000	----	108.000
4 - Implementação de Ações de Desenvolvimento Turístico – PRODETUR SALVADOR	Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID	173.711	173.711	347.422
II - A Contratar		1.025.66	693.142	1.718.608
1 - BRT Trecho 2 – Lapa/ Iguatemi – contrapartida do OGU	Caixa Econômica Federal	62.000	----	62.000
2 - Salvador Social	Banco Mundial - BIRD	413.5000	413.5000	827.000



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

PROJETO	ORIGEM	EM R\$1.000,00		
		FINANCIAMENTO	CONTRAPARTIDA	TOTAL
3 - Programa de Saneamento e Urbanização do Subúrbio – 1ª Etapa: Projeto Novo Mané Dendê	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	223.290	223.290	446.580
4 - Programa de Requalificação Urbana de Salvador – PROQUALI	Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF	200.796	50.199	250.995
5 - Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básico – PMAT	BNDES	50.880	6.153	57.034
6 - Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA	Caixa Econômica Federal	75.000	—	75.000
TOTAL		1.658.057	885.135	2.543.193

Nota: Considerado o valor do dólar americano de R\$ 3,3080 - ptax 50, venda - em 29.12.2017 - Banco Central.

Os programas e projetos financiados pelas operações de crédito em curso abrangem a modernização da gestão, por intermédio de redesenho de processos, o desenvolvimento de novos sistemas, a capacitação e ambientes de trabalho, a infraestrutura urbana, a habitação, a mobilidade, além das áreas social e econômica.

FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO – FINISA

Com custo de R\$75 milhões, dos quais R\$ 63 milhões destinados à conclusão das obras e às instalações do Hospital Municipal de Salvador e R\$ 12 milhões para obras de Requalificação do Centro Histórico. A operação já está autorizada pela STN e a assinatura do contrato está prevista para janeiro de 2018.

DIRETORIA GERAL DE ORÇAMENTO

O exercício de 2017, primeiro ano de gestão administrativa, agregou às atribuições legais do Executivo Municipal, a elaboração do Plano Plurianual de Governo para o período 2018-2021. O PPA está lastreado em um Plano Estratégico de Gestão 2017-2020, também elaborado neste exercício, o que resultou na construção de dois grandes documentos de Planejamento Governamental, com identidades preservadas, porém com estreitas vinculações nos objetivos, metas e intervenções propostas para o período estabelecido.

Neste cenário, foram elaborados pela Diretoria Geral de Orçamento, a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO/ 2018; o Plano Plurianual de Governo – PPA 2018/2021 e a Lei Orçamentária Anual- LOA/2018, encaminhados à Câmara Legislativa em 15 de maio, 31 de agosto e 30 de setembro 2017, respectivamente.

Saliente-se que agrega-se às atribuições desses documentos a etapa de Audiências Públicas, que ocorre em dois momentos: durante a elaboração das peças, promovida pelo Executivo Municipal, quando são levantados os pleitos da sociedade para compor o Programa de Trabalho de Governo, e num segundo momento, promovidas pelo Legislativo Municipal, mas planejadas, estruturadas e apresentadas pela Casa Civil/Diretoria Geral de Orçamento, quando é apresentada à sociedade qual a proposta de governo contida em cada um desses documentos e levantadas as propostas de Emendas necessárias para ajustes pretendidos.

A produção dos documentos contou com participação ativa da rede de Planejamento, Orçamento e Finanças na elaboração das propostas setoriais, em estreita harmonia com as diretrizes estratégicas, sob a coordenação da Diretoria de Planejamento Estratégico da Casa Civil e em parceria com a Secretaria da Fazenda na construção dos cenários de estimativa de Receitas para o período trabalhado.

Outro aspecto a ser destacado é a implementação das medidas da Diretoria Geral de Orçamento para o fortalecimento da Rede Operativa, atuando, particularmente neste exercício, com o suporte ao conteúdo técnico e operacional às equipes setoriais.

Concomitante às atividades relacionadas, foram efetivados no período 1335 ajustes na Peça Orçamentária sendo 678, incrementados por créditos adicionais e 657 por alteração no Quadro de Detalhamento da Despesa, envolvendo a movimentação de recursos da ordem de R\$1,3 bilhão de reais.

Na dimensão das atividades de assessoramento a gestores e técnicos, a Diretoria vem também atuando com a elaboração de Relatórios Gerenciais, que monitoram o desempenho da execução das despesas, assim como prospecta cenários de gastos a exemplo dos Relatórios disponibilizados para acompanhamento da despesa de pessoal.

PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual (PPA) da Prefeitura de Salvador para o período 2018-2021, elaborado ao longo de 2017, traduz a responsabilidade de manter as conquistas alcançadas e de traçar os novos caminhos para o desenvolvimento sustentável da cidade.

Os resultados positivos das iniciativas adotadas na primeira gestão exigiram que o novo Plano Plurianual fosse construído a partir da premissa de que seria necessário não apenas sustentar o já alcançado, mas propiciar novos avanços para o município. Com esta proposta, o PPA 2018-2021, elaborado pela Diretoria Geral de Orçamento da Casa Civil, incorpora objetivos desafiadores e incrementa as estratégias para captação de recursos e de parcerias com a iniciativa privada como alternativa de alavancar os investimentos.

Com 17 programas, apoiados em oito eixos estratégicos, dos quais sete eixos do poder Executivo e um do Legislativo, num total de 277 projetos e atividades finalísticas, o PPA prevê a aplicação de recursos da ordem de R\$ 33,99 bilhões, dos quais R\$ 30,25 bilhões orçamentários e R\$ 3,73 bilhões extra orçamentários, relacionados à participação da iniciativa privada. Quanto aos recursos orçamentários, o esforço de captação representa 9,5% do montante estimado para o período – R\$ 984,1 milhões de convênios e contratos e R\$ 2,2 bilhões de operações de crédito internas e externas.

Entre as prioridades traçadas, estão as questões sociais como a redução da pobreza, das desigualdades e da exclusão social e também a conquista de uma nova dimensão econômica, com atração de investimentos privados, redução da burocracia para os empreendedores, articulações estratégicas para potencializar os investimentos e o fortalecimento dos segmentos nos quais Salvador apresenta maiores potencialidades e diferenciais competitivos. A meta é reverter todos esses esforços em geração de mais emprego, trabalho e renda para os soteropolitanos.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

AGÊNCIA REGULADORA E FISCALIZADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SALVADOR (ARSAL)

A Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador (ARSAL), autarquia vinculada à Casa Civil, visa promover e assegurar a eficiência econômica e técnica dos serviços públicos. Com este objetivo, a Agência regula, controla e fiscaliza os serviços de transporte coletivo urbano, o saneamento básico, o manejo de resíduos sólidos, a concessão de áreas públicas para instalação e exploração de engenhos publicitários, como mobiliário urbano e outdoors.

Criada pela Lei nº 7.394/2007, com alterações através da Lei nº 8.473/2013, a Agência apenas passou a funcionar como unidade efetiva em 2014, quando passou a contar com recursos para execução de suas atividades. Em 2015, se tornou unidade orçamentária, com instalações físicas e equipe técnica. A partir da reforma administrativa municipal, Lei nº 9.186 de 29 de dezembro de 2016, deixou de integrar o gabinete do Prefeito e passou, através do decreto nº 28.273 de 20 de fevereiro de 2017 à alçada da Casa Civil.

Em parceria com a Secretaria Municipal de Mobilidade (SEMOB), a ARSAL desenvolveu um método de avaliação do Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus (STCO), com indicadores de frota, viagens, regularidade e tarifa média. Outra iniciativa adotada para subsidiar o Sistema de Gestão de Qualidade do STCO foi a implantação do Sistema de Atendimento ao Usuário (SAU) para registros de manifestações – reclamações, solicitações, denúncias e elogios – além do sistema de controle das obrigações contratuais.

NOVO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO

Durante 2017, a ARSAL elaborou em conjunto com a SEINFRA o Termo de Referência do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), formado por quatro elementos: sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo de águas pluviais. Este plano deverá ter atuação de 20 anos e revisões periódicas de quatro em quatro anos. Também será desenvolvido de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que prevê planos municipais integrados e compatíveis com a realidade urbana local, com envolvimento do poder público municipal, da sociedade civil e da câmara municipal para garantir que o documento final retrate as demandas e necessidades da comunidade.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE - AUDITORIA

Através da Gerência de Apoio Técnico Legal da ARSAL, em 2017, foram elaborados, em parceria com a Casa Civil, os Termos de Referência em Auditoria do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e Registradores Mecânicos de passageiros do STCO, o de Verificação dos Custos do STCO e da remuneração da integração com o Metrô Bahia e o de estudo técnico de Revisão Tarifária dos contratos do STCO.

Junto ao Ministério Público da Bahia, a ARSAL participou de reuniões para tratar da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e de temas como a integração STCO – Metrô e relação entre o Município de Salvador e o Estado da Bahia, as concessionárias do STCO e possíveis ajustes. Neste âmbito, ao longo de 2017, foram instalados 15 processos sancionatórios e administrativos relativos ao descumprimento de cláusulas contratuais pelas concessionárias do STCO.

OUVIDORIA

Com o objetivo de agregar boas práticas e aprimorar o atendimento à população de Salvador, a Ouvidoria da ARSAL intensificou os contatos com a Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR) – e com as agências reguladoras de outras capitais e municípios em 2017. Também ampliou os canais de comunicação entre a Ouvidoria e os usuários do Transporte Coletivo de Salvador através das redes sociais (facebook, twitter, entre outros), o que permitiu maior interação e agilidade no atendimento às demandas e sugestões da população.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SEFAZ)

Criada em pela Lei nº 376, de 1º de fevereiro de 1951, e regulamentada pelo Decreto nº 883/1951 a SEFAZ tem como suas atribuições a programação, administração, fiscalização, arrecadação tributária municipal, a administração financeira e a contabilidade pública, o julgamento de processos fiscais e financeiros, a administração das dívidas e haveres do município, o controle interno da Administração Pública Municipal e a administração patrimonial.

O quadro da gestão fazendária pública encontrado em 2013, quando da posse da atual Administração do Município, configurava uma situação claramente insustentável. A composição de tal situação incluía elementos indicativos de:

- Descaso gerencial expresso seja na inexistência de Caixa Único – permitindo movimentações financeiras setoriais descentralizadas do Tesouro Municipal –, seja no grande número de registros de pendências no Cadastro Único de Convênios do Governo Federal – CAUC, impedindo a efetivação de operações de crédito e de convênios com a União, destacando-se sobremaneira neste campo do descaso gerencial o injustificável descumprimento do valor mínimo constitucional de gastos com Educação em 2012;
- Descontrole na gestão da dívida pública, revelado no comprometimento de 52% da Receita Corrente Líquida (RCL) com uma Dívida Consolidada Líquida de R\$ 1,83 bilhão, bem como no acúmulo de outros R\$ 1,230 bilhão de Dívidas de Curto Prazo frente a uma Disponibilidade de Caixa Líquida negativa em R\$ 77 milhões. Registra-se, ainda, neste contexto a existência de dívidas de precatórios e acordos judiciais vencidos e não contabilizados somando R\$ 93 milhões;
- Despreocupação com a recuperação de créditos tributários, demonstrada com a inexistência de mecanismos de negativação de devedores e a fixação a instrumentos tradicionais de cobrança; e
- Inação para melhorar a receita tributária, traduzida na ausência de revisão da Planta Genérica de Valores durante os oito anos da gestão – impondo uma arrecadação de IPTU incompatível com o valor de mercado dos imóveis – e na desatualização do cadastro imobiliário municipal, implicando diminuição de arrecadação e injustiça tributária.

Para fazer frente à situação encontrada, a nova gestão municipal implementou um conjunto de medidas voltadas para a reorganização gerencial e otimização da gestão fazendária, incluindo:

- A criação do caixa único do Tesouro, já a partir de 2013, centralizando todas as disponibilidades e movimentações financeiras de quaisquer fontes de arrecadação no Tesouro Municipal, permitindo o controle e a gestão unificados das finanças públicas;
- A solução das pendências com o CAUC, as quais somavam 173 registros em todas as áreas da Administração Municipal e foram integralmente sanadas em 2014, reabilitando o Município para realizar operações de crédito e receber transferências voluntárias da União;





7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

- O equacionamento e a redução das dívidas públicas, pelo que a Dívida Consolidada Líquida, que era de R\$ 1,83 bilhão e 52% da RCL em 2012, foi reduzida para R\$ 1,69 bi e 41% da RCL já em 2013 e, progressivamente, para R\$ 1,42 bi e 30,39% da RCL em 2014 e para R\$ 1,31 bi e 26,55% em 2015, chegando, finalmente, a tão somente R\$ 298 milhões e 5,63% da RCL em 2016. Nesta mesma linha, efetuou-se o parcelamento em 7 anos das dívidas superiores a R\$ 50 mil encontradas com fornecedores e prestadores de serviço; procedeu-se, ainda em 2013: (a) ao pagamento das restituições tributárias pendentes desde 2008; (b) ao recálculo dos Débitos de Precatórios, cujo montante global caiu de R\$ 723 milhões em 2012 para R\$ 329 milhões em 2016; e (c) à renegociação dos contratos com fornecedores e prestadores vindos de 2012, pelo que se obteve uma redução média de 10% no valor dos contratos e das licitações reavaliadas;
- A implantação do Cadastro Informativo Municipal de Inadimplentes (CADIN), que penaliza o contribuinte devedor em seu relacionamento com a Prefeitura, induzindo-o a quitar suas obrigações com o Município, bem como a implementação, no âmbito da Dívida Ativa, de mecanismo de protesto extrajudicial de débitos vencidos, como importante instrumento adicional de recuperação de dívidas;
- A revisão e atualização da planta genérica de valores, compatibilizando o valor dos imóveis com seus correspondentes valores de mercado e, com isto, redefinindo a base de cálculo do IPTU;
- A modernização cadastral do município, iniciada com um recadastramento imobiliário em 2013 e continuada com a implementação do Projeto Cadastro Técnico Multifinalitário do Município do Salvador, para a geração de bases cadastrais digitais múltiplas, planialtimétricas, georreferenciadas, de alta precisão, na escala 1:1.000, cujos serviços de levantamento aerofotogramétrico e de restituição, cobrindo toda a área do Município, incluindo as ilhas, já foram iniciados;
- A implantação do Programa Nota Salvador, que, para estimular a educação e a consciência tributária e promover o aumento da arrecadação municipal, oferece incentivos financeiros para os contribuintes de ISS que exigirem a Nota Fiscal de Serviços, incluindo prêmios por sorteio e créditos para uso no pagamento do transporte público e do telefone celular, este último em dobro, bem como abatimento no valor do IPTU;
- A implementação de Programas de Parcelamento Incentivado, em 2014 e em 2015, por meio dos quais o Município ofereceu aos contribuintes em débito com a fazenda municipal condições especiais, que incluem redução total ou parcial de juros e multas, para a regularização de suas dívidas. Estes programas propiciaram a contratação de quitação de dívidas no montante global de R\$ 642 milhões, dos quais R\$ 365 milhões já foram efetivamente arrecadados até o final de 2016. Além dos PPI, o Município também criou o Programa de Parcelamento Administrativo de Dívidas (PAD), que permite o parcelamento dos débitos vencidos dos contribuintes em até 60 meses.

Para fazer face à situação encontrada a nova gestão municipal, iniciada em 2013, implementou um conjunto de medidas voltadas para a reorganização gerencial e otimização da gestão fazendária, incluindo:

REDUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) foi reduzida progressivamente de R\$ 1,82 bilhão e 52,08% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2012 para R\$ 1,69 bi e 41,66% RCL já em 2013; para R\$ 1,42 bi e 30,39% da RCL em 2014; para R\$ 1,31 bi e 27,91% em 2015; para apenas R\$ 298 milhões e 5,63% da RCL em 2016; e, por fim, para uma DCL negativa de (menos) R\$ 384 milhões em 2017, montante este que representa a sobra de haveres financeiros de que dispõe a Prefeitura de Salvador para fazer frente à dívida contratual posicionada ao final de 2017.

PARCELAMENTO DA DÍVIDA

Após cuidadosa verificação da efetiva execução dos serviços, foi efetuado o parcelamento em 7 anos das dívidas superiores a R\$ 50 mil deixadas pela Administração passada com fornecedores e prestadores de serviço.

PAGAMENTO DAS RESTITUIÇÕES TRIBUTÁRIAS

Efetuuou-se em 2013, o pagamento das restituições tributárias pendentes desde 2008;

REDUÇÃO DE DÉBITOS DE PRECATÓRIOS

Os Débitos de Precatórios do Município foram reduzidos em 38%, caindo de R\$ 723 milhões em 2012 para R\$ 311 milhões em 2017.

RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS

Foram renegociados os contratos com fornecedores e prestadores de serviços, advindos de 2012, obtendo-se uma redução média de 10% no valor dos contratos e das licitações reavaliadas.

AUDITORIA NOS PROCESSOS DE TRANSCON

Em análise realizada nos processos de TRANSCON, foram constatadas irregularidades em diversas áreas transacionadas, com comprovação através de pesquisas documentais, que proporcionaram expressiva redução de certidões de TRANSCON já emitidas.

AUDITORIA NOS PROCESSOS DE DESAPROPRIAÇÕES

Foi realizada revisão nos procedimentos de diversos processos de desapropriação através das comissões instituídas pelos Decretos nº 19.093/2008 e 22.497/2011, cuja conclusão foi pela nulidade das expropriações.

REGULARIZAÇÃO DO CONTRATO COM O BANCO PAGADOR DA FOLHA DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DO MUNICÍPIO

Já em fevereiro de 2013 foi regularizado junto ao Banco Bradesco o contrato para pagamento das folhas dos servidores ativos, inativos e pensionistas e dos fornecedores gerando ao município R\$126 milhões.

Nova Concorrência foi realizada em 2017 e envolveu a disputa entre os bancos Bradesco e Santander. Com uma oferta de R\$ 160,2 milhões, a título de contrapartida financeira para o Município, o Bradesco manteve a prestação desses serviços pelos próximos 5 anos.

IMPLANTAÇÃO DO CAIXA ÚNICO E NEGOCIAÇÃO COM BANCOS PARA REMUNERAÇÃO DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Ainda em 2013, todas as disponibilidades financeiras provenientes de quaisquer fontes de arrecadação foram centralizadas no Caixa Único do Tesouro Municipal, permitindo o controle e a gestão unificados das finanças municipais.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

IMPLANTAÇÃO DO CADIN E DO PROTESTO EXTRAJUDICIAL

Em 2013, foi implantado o Cadastro Municipal de Inadimplentes – CADIN, que penaliza o contribuinte devedor em seu relacionamento com a Prefeitura e, desta forma, o induz a quitar suas obrigações com o Município.

Até o final de 2017, mais de sete milhões de pendências foram inscritas no Sistema, abrangendo mais de 1,1 milhão de devedores. Ainda foi implantado, no âmbito da Dívida Ativa, o protesto extrajudicial das dívidas com o Município, como importante instrumento adicional de recuperação de dívidas.

IMPLANTAÇÃO DE CONTINGENCIAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO

A partir de 2013, foi implantada a sistemática de efetuar contingenciamentos orçamentários já no início de cada exercício fiscal, para assegurar que a execução das despesas somente se dê mediante a garantia da arrecadação de receitas suficientes e para que as cotas financeiras sejam compatíveis com a execução do orçamento contingenciado;

REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES - PGV

Foi empreendida já em 2013, a atualização da Planta Genérica de Valores do Município, compatibilizando o valor dos imóveis com os correspondentes valores de mercado e, com isto, redefinindo a base de cálculo do IPTU.

Uma importante alteração nessa atualização foi efetuada pela Lei nº 9.306/2017, de 28 de dezembro de 2017, que introduziu, para terrenos com área superior a 2.000 m², a limitação do valor do IPTU de 2018 a 4 vezes o valor relativo ao ano de 2013, acrescido da atualização monetária do período, com retroação a 2014, bem como, para os terrenos de área superior a 5.000 m² e inferior a 6.000 m², a redução do valor venal em 5% e mais 1% para cada 1.000 m² adicionais de área até o limite de 50%. A aplicação destas regras especiais está condicionada à adesão ao PPI abordado no item “Implantação de Programas de Parcelamento Incentivado (PPI)”.

Ademais disto, revisões locais da PGV têm sido operadas regularmente, a exemplo das correções já efetuadas na área de Cassange e as que estão em curso na área do Loteamento Marissol.

ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Em 2013, foi implementado um amplo recadastramento imobiliário do Município, com a participação direta dos contribuintes, o que implicou significativa melhora na situação cadastral do município.

Em 2017, foi implantado um programa de Atualização do Cadastro Imobiliário, pelo qual se busca padronizar, complementar, corrigir dados e, também, georreferenciar as inscrições imobiliárias municipais. Cerca de 50 mil inscrições foram atualizadas em 2017, e outras 62 mil foram suspensas por pendências em dados cadastrais fundamentais, o que induz a atualização cadastral por parte dos respectivos contribuintes.

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NOTA SALVADOR

Este Programa tem como foco a incorporação, por parte do tomador de serviço, da cultura da exigência da nota fiscal eletrônica de serviços. Para tanto, oferece incentivos financeiros aos contribuintes de ISS que exigirem a Nota Fiscal de Serviços, estimulando a educação e a consciência tributária e promovendo o aumento da arrecadação tributária municipal.

No ano de 2017, registrou-se um total acumulado de 310.547 pessoas físicas cadastradas no Portal da Nota Salvador, com senha Web, tendo sido gerados bilhetes para sorteio de prêmios para uma média mensal de 68.772 pessoas. Desde a efetivação do Programa em dezembro de 2014 até novembro de 2017, foram realizados 47 sorteios de premiação, com uma quantidade de 733.811 prêmios distribuídos, no valor total de prêmios e créditos pagos de R\$ 35,87 milhões, dos quais R\$ 34,71 milhões transferidos para conta corrente/poupança, R\$ 389 mil transformados em crédito de celular e R\$ 772 mil em crédito para o "SalvadorCard". Além disto, o Programa possibilitou o uso dos créditos para abatimento do valor do IPTU nos montantes de R\$ 36 mil para 416 imóveis em 2016, R\$ 150 mil para 1696 imóveis em 2017 e R\$ 68 mil para 656 imóveis em 2018.

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PARA CÁLCULO E EMISSÃO DE GUIA DO ITIV – VIA INTERNET

Disponibilizado na internet aplicativo que possibilita o cálculo do ITIV e a emissão da guia de pagamento exclusivamente pelo sistema, pelo próprio contribuinte, de forma simplificada e amigável, sem necessidade de autenticação ou intermediação de terceiros;

SOLUÇÃO DAS PENDÊNCIAS COM O CAUC

Foram integralmente sanadas em 2013, as pendências do Município com o Cadastro Único de Convênios, que contava com 173 registros em 2012, pelo que foi reabilitada a capacidade do Município para realizar operações de crédito e receber transferências voluntárias da União. No período de agosto de 2013 ao final de 2017, foram registradas 15 situações de restrições no CAUC, todas elas tratando de problemas pontuais resolvidos em prazo nunca superior a 30 dias, resguardando, com isto, a permanente regularidade fiscal do Município.

IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE PARCELAMENTO INCENTIVADO (PPI)

Por meio de dois Programas de Parcelamento Incentivado de dívidas, realizados em 2014 e 2015, o Município ofereceu aos contribuintes em débito com a fazenda municipal condições especiais, que incluem isenção total ou parcial de juros e multas, para a regularização de suas dívidas.

Estes programas propiciaram a contratação de quitação de dívidas no montante global de R\$ 642 milhões, dos quais R\$ 416 milhões foram efetivamente arrecadados até 2017.

No final de 2017, por meio da Lei nº 9.306/2017, o Município criou um novo PPI, a ser implantado em 2018, voltado para débitos de IPTU e TRSD constituídos até 2017. Para o pagamento do débito em parcela única, o programa oferece desconto de 100% do valor das multas e dos juros de mora e 75% dos honorários advocatícios fixados. Para pagamento parcelado, o desconto será de 100% dos juros e 50% do valor das multas e dos honorários fixados.

O principal alvo deste novo PPI são os débitos dos terrenos beneficiados por esta mesma Lei, nos termos já acima apresentados (item 2.12). A adesão ao PPI é pré-requisito para a obtenção desses benefícios.

Com esta iniciativa, o Município oferece uma grande oportunidade para a solução da principal pendência resultante da atualização da Planta Genérica de Valores efetuada em 2013, e causa maior de sua judicialização.

IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE PARCELAMENTO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO (PAD)

Além dos PPI, o Município também criou o Programa de Parcelamento Administrativo de Dívidas (PAD), que foi implantado em 2014, e tem caráter permanente, possibilitando o parcelamento ordinário de débitos tributários e não tributários inscritos ou não em Dívida Ativa em até 60 meses.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

Diferentemente do PPI, o PAD não concede benefícios sobre os débitos parcelados ou pagos à vista. A inovação está em desburocratizar a adesão do contribuinte ao parcelamento, que pode ser realizado também através da internet. No PAD, o contribuinte encontra sua cesta de débitos e consolida o valor devido, efetivando um único compromisso de parcelamento, sem precisar se deslocar aos diversos órgãos municipais. R\$ 412 milhões de dívidas a recuperar foram contratados neste Programa. Destes, R\$ 133 milhões já foram efetivamente arrecadados até 2017.

ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS MUNICIPAIS

Foi implantado em 2014, e ampliado em 2017, o Programa de Alienação de Bens Imóveis Municipais, nos termos das Leis nº 8.655/2014 e 9.233/2017.

Por meio deste Programa, foram alienados, de 2014 a 2017, 21 imóveis sem interesse de uso pelo Município, o que gerou R\$110,92 milhões de receita de capital, a ser dispendida exclusivamente em obras ou ampliação dos ativos permanentes do Município. R\$ 80 milhões desta receita já foi efetivada.

RECEBIMENTO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS

Salvador foi uma das primeiras, entre as capitais brasileiras, a ter acesso aos recursos dos Depósitos Judiciais, graças ao atendimento pela Prefeitura das exigências feitas pelo Tribunal de Justiça e pelo Banco do Brasil. Até o final de 2016, o Município recebeu R\$138,4 milhões, a serem aplicados no pagamento de Precatórios e de Dívidas do Município.

SALDO EM CAIXA

Decorrente de todo esforço realizado pela PMS e da implementação das ações realizadas desde o primeiro ano da gestão, as finanças tiveram seu equilíbrio reestabelecido e o saldo líquido em caixa, que fechara o ano de 2012 negativo em R\$ 77 milhões, passou para o polo positivo em R\$ 459 milhões já no exercício de 2013, e ampliou-se progressivamente até alcançar a cifra de quase R\$ 1,0 bilhão em 2016, estimando-se para 2017, um crescimento de mais cerca de 20% sobre este último valor.

AVANÇOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

As medidas implementadas pela atual Administração Municipal na gestão das finanças públicas conduziram à obtenção de avanços e resultados muito expressivos para o alcance dos objetivos estratégicos previamente traçados de compromisso fundamental com o equilíbrio fiscal e com o alcance da autonomia financeira para a execução dos investimentos sociais e de infraestrutura urbana demandados pela municipalidade e exigidos pela situação de abandono em que se encontrava a Cidade, independentemente do repasse voluntário de recursos pela União ou pelo Estado da Bahia.

RECEITA MUNICIPAL

EVOLUÇÃO DA RECEITA POR ORIGEM: RECEITAS PRÓPRIAS E DE TRANSFERÊNCIAS

Conforme exibido na Tabela 1, as receitas próprias do Município de Salvador experimentaram, entre 2012 e 2017, um crescimento médio anual, em termos nominais, de 12,9%, o que corresponde a uma vez e meia o verificado com as receitas de transferências (8,8%).

Com isto, e a despeito da séria crise que se abateu sobre a economia nacional nos últimos anos, marcada pela estagnação em 2014 e pela

forte recessão registrada nos anos de 2015 e 2016, período em que o PIB do país registrou queda real acumulada de 7,0%, a Receita Total arrecadada pelo Município logrou crescer 52%, nominalmente, no período de 2013 a 2017, a uma taxa média anual de 11%, saltando de R\$ 3,83 bilhões em 2012 para R\$ 5,94 bilhões em 2017.

TABELA 1: EVOLUÇÃO ANUAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS E DE TRANSFERÊNCIAS

Componente da Receita	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Incremento Nominal						
							2013/12	2014/13	2015/14	2016/15	2017/16	Médio Anual	Acumulado 2013-2017
Receitas Próprias	1.784,6	2.179,0	2.659,6	2.795,6	2.900,3	3.019,6	22,1%	22,1%	5,1%	3,7%	4,1%	11,1%	69,2%
Tributária	1.423,0	1.625,9	2.007,2	1.927,1	2.041,9	2.086,3	14,3%	23,5%	-4,0%	6,0%	2,2%	9,4%	46,6%
Impostos	1.231,5	1.423,3	1.785,1	1.720,8	1.818,0	1.833,2	15,6%	25,4%	-3,6%	5,6%	0,8%	10,2%	48,9%
Taxas	191,5	202,6	222,2	206,2	224,0	253,1	5,8%	9,7%	-7,2%	8,6%	13,0%	4,0%	32,2%
Não Tributária	361,6	553,1	652,4	868,6	858,3	930,7	53,0%	17,9%	33,1%	-1,2%	8,4%	24,1%	157,4%
Receita de Transferências	1.852,1	2.001,3	2.177,7	2.385,1	2.648,5	2.621,9	8,1%	8,8%	9,5%	11,0%	-1,0%	9,4%	41,6%
Governamentais Obrigatórias	1.796,9	1.968,6	2.121,8	2.362,4	2.592,0	2.556,2	9,6%	7,8%	11,3%	9,7%	-1,4%	9,6%	42,3%
Governamentais Voluntárias	45,6	5,9	28,1	22,0	55,4	62,9	-87,0%	375,1%	-21,6%	151,8%	13,4%	5,0%	38,0%
Outras Receitas de Transferência	9,6	26,7	27,9	0,7	1,0	2,8	178,2%	4,3%	-97,4%	41,7%	173,0%	-42,9%	-71,0%
Receita Total, sem Intraorçamentária	3.636,7	4.180,3	4.837,4	5.180,8	5.548,7	5.641,6	14,9%	15,7%	7,1%	7,1%	1,7%	11,1%	55,1%
Receita Intraorçamentária	199,1	193,9	228,7	254,4	283,0	301,5	-2,6%	17,9%	11,2%	11,3%	6,5%	9,2%	42,2%
Receita Total, com Intraorçamentária	3.835,8	4.374,2	5.066,0	5.435,1	5.831,8	5.943,0	14,0%	15,8%	7,3%	7,3%	1,9%	11,0%	52,0%

Valores Nominais (em R\$ milhões) - Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ

Destaque especial foi registrado no desempenho das receitas próprias. Fruto das medidas tributárias implementadas e da maior eficiência empreendida na máquina fazendária municipal na atual gestão, a participação desta fonte de recursos tornou-se mais expressiva do que a das Receitas de Transferências na composição do montante total das receitas municipais.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

De fato, como se observa na Tabela 2, as Receitas Próprias eram inferiores às Receitas de Transferências em 2012, mas, já a partir de 2013, este quadro foi revertido, passando os ingressos próprios a superar os de transferências, alcançando, na média até 2017, 53,4% da Receita Total do Município, atestando o sucesso do objetivo estratégico de dar autonomia financeira ao Município.

Assinale-se que isto ocorreu apesar do agravamento da crise pela qual atravessa a economia brasileira desde 2014, pelo que logrou-se, na atual gestão municipal, inverter a dependência das receitas de Salvador dos repasses estaduais e federais para sua própria eficiência arrecadatória.

TABELA 2: COMPOSIÇÃO DA RECEITA (PRÓPRIA VS. TRANSFERÊNCIAS)

Item de Receita	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Participação na Receita Total						
							2012	2013	2014	2015	2016	2017	2013 a 2017
Receitas Próprias	1.785	2.179	2.660	2.796	2.900	3.020	49,1%	52,1%	55,0%	54,0%	52,3%	53,5%	53,4%
Receitas de Transferências	1.852	2.001	2.178	2.385	2.648	2.622	50,9%	47,9%	45,0%	46,0%	47,7%	46,5%	46,6%
Receita Total (exceto intraorçamentária)	3.637	4.180	4.837	5.181	5.549	5.642	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Valores Nominais (em R\$ milhões) - Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS: CORRENTE E DE CAPITAL

A Tabela 3 exibe a evolução da receita orçamentária do Município de Salvador no período de 2012 a 2016, segundo sua subdivisão formal em Receita Corrente e Receita de Capital. A par dos aspectos de desempenho concernentes à Receita com Impostos e à proporcional diminuição do peso das Transferências Obrigatórias, acima destacados e aqui igualmente observáveis, o ponto de maior destaque nesta Tabela 3 é a expressividade das Receitas Correntes em relação às de Capital, numa razão de 98% para 2% da Receita Total do Município. Não é difícil apontar como responsável por esta configuração de fatores a virtual inexistência de Transferências Voluntárias por parte da União (em que pese o Município estar em dia com o CAUC desde 2014), e do Estado da Bahia para o Município no período em consideração.

TABELA 3: EVOLUÇÃO ANUAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL

Componente da Receita	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Incremento Nominal					
							2013/12	2014/13	2015/14	2016/15	2017/16	Médio Anual
Receitas Correntes	3.605,8	4.174,9	4.814,8	5.113,0	5.450,6	5.558,2	15,8%	15,3%	6,2%	6,6%	2,0%	9,0%
Impostos	1.231,5	1.423,3	1.785,1	1.720,8	1.818,0	1.834,1	15,6%	25,4%	-3,6%	5,6%	0,9%	8,3%
Taxas	191,5	202,6	222,2	206,2	224,0	253,1	5,8%	9,7%	-7,2%	8,6%	13,0%	5,7%
Transferências Correntes	1.824,2	1.996,4	2.161,9	2.368,7	2.588,3	2.556,0	9,4%	8,3%	9,6%	9,3%	-1,2%	7,0%
Cota – Parte FPM	490,4	525,3	606,8	704,7	832,2	816,8	7,1%	15,5%	16,1%	18,1%	-1,9%	10,7%
Recursos do SUS	415,0	477,6	512,7	558,9	652,0	616,9	15,1%	7,3%	9,0%	16,7%	-5,4%	8,3%
Cota – Parte ICMS	545,6	620,7	636,0	686,0	677,5	694,3	13,8%	2,5%	7,9%	-1,2%	2,5%	4,9%
Outras Transferências	612,1	636,8	686,2	729,9	755,9	756,8	4,0%	7,7%	6,4%	3,6%	0,1%	4,3%
Deduções das Transferências	238,9	264,1	279,8	310,9	329,4	-328,9	10,6%	5,9%	11,1%	5,9%	-0,1%	6,6%
Outras Receitas Correntes	358,5	552,6	645,7	817,3	820,4	915,0	54,1%	16,9%	26,6%	0,4%	11,5%	20,6%
Receitas de Capital	30,9	5,4	22,5	67,7	98,4	83,4	-82,4%	314,9%	200,6%	45,3%	-15,2%	22,0%
Transferências de Capital	27,9	4,9	15,8	16,4	65,3	66,0	-82,5%	224,8%	3,9%	296,8%	1,1%	18,8%
Operações de Crédito	3,0	—	—	6,3	15,2	9,3	—	—	—	—	—	0,0%
Alienação de bens	0,0	0,6	6,7	44,9	18,0	8,1	—	1110,7%	570,4%	-60,0%	-54,8%	71,1%
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	—	0,0	—	—	—	—	—	—	—	0,0%
Receita Total (sem Intraorçamentária)	3.636,7	4.180,3	4.837,4	5.180,8	5.549,0	5.641,6	14,9%	15,7%	7,1%	7,1%	1,7%	9,2%
Receita Intraorçamentária	199,1	193,9	228,7	254,4	283,0	301,5	-2,6%	17,9%	11,2%	11,3%	6,5%	8,7%
Receita Total (com Intraorçamentária)	3.835,8	4.374,2	5.066,0	5.435,1	5.832,0	5.943,0	14,0%	15,8%	7,3%	7,3%	1,9%	9,2%

Valores Nominais (em R\$ milhões) - Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

DESPESA MUNICIPAL

EVOLUÇÃO DA DESPESA

A execução das despesas pelo Município sujeitou-se, desde 2013, aos propósitos maiores de busca permanente do equilíbrio fiscal das contas públicas, regra de ouro da atual gestão, e da melhoria da capacidade de geração de resultados financeiros visando a conferir a Salvador a capacidade de realizar, com seus próprios recursos, os investimentos demandados por sua população, independentemente de repasses voluntários pela União ou pelo Estado da Bahia.

Nem por isto, mas traduzindo de forma enfática o compromisso da atual gestão com a Saúde e a Educação, os índices mínimos exigidos para as despesas com essas áreas foram ambos ampla e folgadoamente superados em cada um dos exercícios desde 2013.

Igualmente, foi objeto do mais absoluto respeito o cumprimento integral e tempestivo de todos os compromissos assumidos pelo Município com seus servidores e fornecedores.

Outro aspecto a destacar neste contexto é que os montantes totais das despesas executadas se situaram sistematicamente abaixo daqueles relativos às receitas do Município, como revela a comparação dos dados da Tabela 6 com os da Tabela 1.

TABELA 6: EVOLUÇÃO ANUAL DA DESPESA

Componente da Despesa	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Despesa Corrente	3.316	3.491	4.229	4.664	4.972	5.008
Gastos com Pessoal	1.652	2.005	2.314	2.553	2.860	2.952
Pessoal e Encargos	1.502	1.830	1.989	2.203	2.443	2.533
Locação de Mão de Obra	151	175	325	350	416	419
Serviço de Terceiros	796	910	1.491	1.609	1.731	1.759
Material de Consumo	75	111	105	111	102	106
Juros e Encargos da Dívida	69	69	68	71	11	7
Outras Despesas Correntes	725	395	251	320	269	185
Despesa de Capital	302	386	512	457	407	381
Investimentos	157	203	413	334	299	245
Amortização da Dívida	138	178	98	123	108	136
Inversões Financeiras	7	5	—	—	—	—
Despesa Total (Exceto Intraorçamentária)	3.618	3.876	4.741	5.121	5.379	5.389
Despesa Intraorçamentária	162	191	229,4	261,1	301,9	285,1
Despesa Total	3.780	4.067	4.970	5.382	5.681	5.674

Valores Nominais Empenhados (em R\$ milhões) - Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ

Mas, ao mesmo tempo, observa-se uma nítida tendência de aproximação dos valores das despesas e das receitas totais nos últimos exercícios, retratando tanto, do lado das receitas, as dificuldades decorrentes da queda da atividade econômica no país, quanto, do lado das despesas, a expansão das despesas decorrentes dos serviços sociais, de educação e de saúde, além da rigidez de crescimento de algumas delas, em especial as relativas a pessoal.

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Conforme demonstrado na Tabela 7, as metas de resultado primário fixadas na Lei Orçamentária Anual foram superadas com folga em todos os anos de 2013, a 2017. Como consequência, a diferença positiva entre a receita primária e a despesa primária acumulada no período totalizou R\$ 1,131 bilhão contra uma meta fixada em R\$ -1,121 bilhão.

TABELA 7: RESULTADO PRIMÁRIO

Ano	Receita Primária*	Despesa Primária*	Resultado Primário	
			Alcançado	Meta
	(A)	(B)	(A-B)	(LOA)
2011	3.573	3.301	272	141
2012	3.808	3.574	234	195
2013	4.329	3.818	511	233
2014	4.938	4.804	134	-136
2015	5.224	4.974	250	-149
2016	5.637	5.562	76	-554
2017	5.793	5.531	261	-515
2013-2017	25.921	24.689	1.232	-1.121

Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ - LOA: 2012 a 2017
* Não inclui Receita (ou Despesa) Financeira - (em R\$ milhão).

Já quanto ao Resultado Nominal, mensurado, na forma da Tabela 8, pela diferença entre o saldo da Dívida Consolidada Líquida do Município existente no final de cada exercício e o existente no final do exercício anterior, observa-se que, tal qual no item anterior, as metas fixadas pela Prefeitura também foram superadas.

Os resultados alcançados, no conceito nominal, contribuíram para a redução do estoque da Dívida Consolidada Líquida em R\$ 1,830 bilhão (resultado nominal acumulado) nos anos de 2013 a 2017.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

TABELA 8: RESULTADO NOMINAL

Ano	Dívida Consolidada Líquida		Resultado Nominal	
	No Ano	No Ano Anterior	Alcançado	Meta
	(A)	(B)	(A-B)	(LOA)
2011	1.727	1.966	-239	-37
2012	1.830	1.727	103	119
2013	1.691	1.830	-138	-30
2014	1.423	1.691	-268	458
2015	1.318	1.423	-105	171
2016	298	1.318	-1.020	1.219
2017	0	298	-298	588
2013-2017	—	—	-1.830	2.406

Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ - LOA: 2012 a 2017 - Valores (em R\$ milhão).

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A Tabela 9 mostra a evolução dos resultados orçamentários gerados ao longo dos últimos exercícios, restando evidenciado que o forte controle exercido sobre as despesas na atual gestão permitiu que, mesmo no cenário de queda na atividade econômica do país, ainda assim, se obtivessem saldos orçamentários positivos em todos os anos, com ênfase para 2013, em que o superávit chegou a R\$ 307 milhões.

TABELA 9: RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Detalhamento	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Total	5.095	5.802	6.867	7.172	5.831	5.943
Receitas Correntes	1.231	1.423	1.785	1.721	5.450	5.558
Receitas de Capital	28	5	16	16	98	83
Receita Intraorçamentária	3.836	4.374	5.066	5.435	283	301
Despesa Total	4.343	4.272	4.992	5.441	5.681	5.674
Despesas Correntes	—	—	—	—	4.972	5.008
Despesas de Capital	725	395	251	320	407	381
Despesa Intraorçamentária	3.618	3.876	4.741	5.121	302	285
Resultado Orçamentário	752	1.531	1.875	1.732	150	269

Valores Nominais Arrecadados e Empenhados (em R\$ milhões) - Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ

DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Na forma evidenciada na Tabela 10, a situação deficitária das Disponibilidades Líquidas de Caixa em 2012 (– R\$ 77 milhões) foi imediatamente revertida na atual gestão, com a geração, já em 2013, de um superávit de R\$ 459 milhões, o qual foi ampliado ano a ano para quase R\$ 1 bilhão em 2016, estimando-se para 2017, um crescimento de mais cerca de 20% sobre este último valor.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

TABELA 10: DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Detalhamento	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Disponibilidade de Caixa Bruta	225	848	972	1.122	1.303	1.546
(-) Obrigações Financeiras (Recursos Vinculados)	143	270	154	173	90	80
(-) Obrigações Financeiras (Recursos Não Vinculados)	160	119	143	219	236	208
Disponibilidade de Caixa Líquida	-77	459	675	730	977	1.257

Valores Nominais (em R\$ milhões) - Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ

GASTOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

As tabelas 11 e 12 mostram os gastos municipais com Educação e com Saúde no período de 2012 a 2017. Diferentemente da gestão anterior, em que o índice legal exigido nos gastos com Educação deixou de ser cumprido, na atual Administração Municipal tal exigência foi não apenas atendida, mas, mais do que isto, foi superada em todos os anos, alcançando índices históricos nestas aplicações em 2017.

TABELA 11: GASTOS COM EDUCAÇÃO

Ano	Despesa Bruta Realizada	Índice Constitucional					
		Despesa Total Aplicável	Deduções Exigidas	Despesa Líquida Aplicável	Receitas de Impostos e Transferências	Índice	
						Alcançado	Limite
		(A)	(B)	(C = A - B)	(D)	(C/D)	(C/D)
2012	750,7	715,2	139,0	576,2	2.528,2	22,79%	25,0%
2013	839,7	811,4	87,0	724,4	2.847,3	25,44%	
2014	1.007,5	960,2	110,1	850,1	3.336,0	25,48%	
2015	1.115,5	1.042,0	115,0	927,0	3.441,8	26,93%	
2016	1.211,1	1.140,0	129,8	1.010,2	3.659,3	27,61%	
2017	1.212,0	1.161,1	80,9	1.080,2	3.684,8	29,32%	

Valores Nominais (em milhões) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ

Aliás, há que se destacar, de um lado, o fato de o índice de 29,4% obtido em 2017, ser o mais elevado registrado na história do Município e, de outro, a constatação de que a superação do índice mínimo constitucional que se efetivada neste período implica que a Educação Pública Municipal de Salvador recebeu da atual Administração, de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, um montante adicional de investimentos, para além do valor constitucionalmente exigido, de R\$ 351,72 milhões.

Destaca-se, outrossim, o crescimento progressivo dos gastos brutos com Educação desde R\$ 750 milhões em 2012, para R\$ 1.220 em 2017, configurando um acréscimo médio a cada ano de R\$ 94 milhões nestas despesas.

No que concerne à Saúde, os gastos realizados superaram o limite legal durante todos os anos da atual gestão municipal, atingindo, em 2017, 19,7% da Receita Tributária, ou seja, quase cinco pontos percentuais acima dos 15% legalmente exigidos. Tal qual com a Educação, portanto, a superação do índice mínimo constitucional implica que o Sistema Municipal de Saúde Pública de Salvador recebeu de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, um montante adicional de investimentos de R\$ 540,46 milhões além do valor constitucionalmente exigido.

Ademais, as despesas brutas com Saúde experimentaram um expressivo crescimento anual desde R\$ 931 milhões em 2012 para R\$ 1.419 em 2017, com média anual de incremento de R\$ 97,6 milhões.

TABELA 12: GASTOS EM SAÚDE

Ano	Despesa Bruta Realizada	Índice Constitucional					
		Despesa Total Aplicável	Deduções Exigidas	Despesa Líquida Aplicável	Receitas de Impostos e Transferências	Índice	
						Alcançado	Limite
		(A)	(B)	(C = A - B)	(D)	(C/D)	(C/D)
2012	931,5	428,8	1,2	427,6	2.506,4	17,06%	15,0%
2013	958,3	455,0	0,0	455,0	2.824,1	16,11%	
2014	1.092,4	560,5	0,0	560,5	3.310,2	16,93%	
2015	1.211,5	637,0	0,0	637,0	3.404,2	18,71%	
2016	1.376,5	687,4	0,0	687,4	3.604,1	19,07%	
2017	1.410,6	719,0	0,0	719,0	3.617,2	19,88%	

Valores Nominais (em milhões) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ

Além de demonstrarem o atendimento aos ditames legais de vinculação orçamentária nessas áreas, estes números evidenciam o compromisso da atual gestão municipal com a expansão dos serviços de Saúde e de Educação postos à disposição da população, a exemplo do grande crescimento da cobertura do Programa de Saúde da Família, da implantação de vários Multicentros de Saúde, da intensificação da oferta de Ensino em Tempo Integral, da ampliação das vagas na educação infantil, do cumprimento do piso nacional para professores e de outras iniciativas empreendidas.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

GASTOS COM PESSOAL

Como demonstra a Tabela 13, também nos Gastos com Pessoal, os limites legais vêm sendo rigorosamente observados pela Administração Municipal. Em cada um dos anos de 2013 a 2017, os índices relativos a estes gastos ficaram abaixo não apenas do limite de alerta previsto na LRF (48,6% da Receita Corrente Líquida), mas também do valor registrado para os mesmos em 2012, qual seja 44,50% da RCL.

TABELA 13: GASTOS COM PESSOAL

Exercício	Despesa Bruta com Pessoal	Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)					
		Despesa Total com Pessoal	Receita Corrente Líquida	Índice Alcançado	Limite de Alerta	Limite Prudencial	Limite Máximo
		(B)	(C)	(D = B/C)	(D = B/C)	(D = B/C)	(D = B/C)
2012	1.924	1.563	3.513	44,50%	48,6%	51,3%	54%
2013	2.197	1.794	4.060	44,19%			
2014	2.312	1.938	4.684	41,36%			
2015	2.599	2.180	4.966	43,90%			
2016	2.655	2.225	5.292	42,05%			
2017	2.685	2.225	5.403	41,19%			

Valores Nominais (em R\$ milhão) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ

GASTOS COM INVESTIMENTO

A capacidade de investimento do Município na atual gestão foi significativamente ampliada.

Os gastos anuais com investimento em Salvador no período de 2013 a 2017, totalizaram em média R\$ 216,4 milhões, representando 4,1% da receita total média anual no período, contra 3,8% no triênio 2010-2012 (Tabela 14). Esta marca suplanta em mais de duas vezes os investimentos realizados na gestão anterior.

Tomando como referência os dados da receita de capital, constantes da Tabela 14, verifica-se que para cada R\$ 1,00/ano em ingressos de receita de capital no período 2013 a 2017, R\$ 4,32 foram investidos na cidade, ante R\$ 2,18 no triênio 2010-2012, da gestão anterior.

TABELA 14: GASTOS ANUAIS COM INVESTIMENTO

Ano	Investimento Anual	Receita Total Anual	IA/RT	Receita de Capital Anual	IA/RC
	(IA)	(RT)	(%)	(RC)	(%)
2010	155,8	2.947,0	5,3%	74,8	208,2%
2011	99,1	3.512,0	2,8%	72,5	136,7%
2012	157,4	3.835,8	4,1%	30,9	509,3%
2013	203,1	4.374,2	4,6%	5,4	3740,1%
2014	413,4	5.066,0	8,2%	22,5	1834,7%
2015	334,3	5.435,1	6,2%	67,7	493,6%
2016	298,6	5.831,3	5,1%	98,4	303,5%
2017	244,9	5.940,4	4,1%	83,4	293,6%
2010 a 2012	137,4	3.431,6	4,0%	59,4	231,3%
2013 a 2017	298,9	5.329,4	5,6%	48,5	615,9%

Valores Nominais Empenhados (em R\$ milhão) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ

A Tabela 15 demonstra o expressivo salto da participação dos recursos próprios no financiamento dos investimentos municipais nos últimos cinco anos (2013 a 2017) e revela que os recursos próprios do Município foram responsáveis por 88% do financiamento dos investimentos realizados contra 60% no triênio 2010-2012.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

TABELA 15: INVESTIMENTOS VS. FONTES DE RECURSOS

Ano	Investimento Realizado	Fonte de Financiamento				Financiamento Próprio
		Convênios	Operações de Crédito	Própria	Total	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E=B+C+D)	(D/A)
2010	155,8	68,0	0,0	87,8	155,8	56%
2011	99,1	69,6	0,0	29,5	99,1	30%
2012	157,4	24,0	3,0	130,4	157,4	83%
2013	203,1	2,3	0,0	200,7	203,1	99%
2014	413,4	4,2	0,0	409,2	413,4	99%
2015	334,3	18,0	6,4	310,0	334,3	93%
2016	298,6	60,2	15,2	223,2	298,6	75%
2017	244,9	59,1	9,3	176,4	244,9	72%
2010 a 2012	137,4	53,9	1,0	82,6	137,4	60%
2013 a 2017	298,9	28,8	5,4	263,9	298,9	88%

Valores Nominais Empenhados (em R\$ milhão) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ

Em que pese os dados referentes a 2016, ainda não estarem disponíveis nacionalmente, a Tabela 16 apresenta uma visão comparativa dos investimentos entre capitais brasileiros (22 delas), relativos aos quatro anos anteriores (2013-2016), destacando a posição de Salvador como líder nacional absoluta do ranking de financiamento com recursos próprios dos investimentos municipais.

Considerando os baixos volumes de recursos de convênios e de operações de crédito disponíveis para os investimentos em Salvador (menos de 6%), os números apresentados nestas duas últimas tabelas evidenciam de forma marcante o sucesso das medidas adotadas na atual gestão municipal para alcançar e manter o equilíbrio das finanças municipais e para gerar poupança corrente, ou, em outras palavras, para criar capacidade própria de investimento.

**TABELA 16: INVESTIMENTOS REALIZADOS VS. FONTE DE FINANCIAMENTO
COMPARATIVO ENTRE CAPITALIS SELECIONADAS
GASTO MÉDIO ANUAL (2013 A 2016)**

Capital Estadual	Investimento Realizado	Fonte de Financiamento				Financiamento Próprio
		Convênios	Operações de Crédito	Própria	Total	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E=B+C+D)	(D/A)
Salvador	312,4	18,5	5,4	288,5	312,4	92,3%
São Paulo	3.820,2	408,3	23,5	3.388,4	3.820,2	88,7%
Maceió	48,5	7,6	0,0	41,0	48,5	84,4%
Campo Grande	211,0	18,4	28,7	163,9	211,0	77,7%
Vitória	104,3	6,6	18,4	79,3	104,3	76,0%
Cuiabá	110,2	8,7	18,8	82,7	110,2	75,1%
João Pessoa	91,6	20,0	3,1	68,6	91,6	74,8%
Natal	236,6	0,0	61,3	175,3	236,6	74,1%
Teresina	151,3	21,1	18,3	111,9	151,3	73,9%
São Luís	139,5	1,3	38,7	99,5	139,5	71,3%
Porto Velho	48,1	12,4	1,4	34,3	48,1	71,3%
Palmas	66,7	8,0	11,7	47,0	66,7	70,4%
Boa Vista	133,3	39,6	0,0	93,6	133,3	70,2%
Fortaleza	480,3	47,4	141,0	291,9	480,3	60,8%
Belém	142,3	1,8	58,3	82,2	142,3	57,8%
Curitiba	280,3	34,5	94,7	151,2	280,3	53,9%
Recife	384,8	48,0	136,0	200,8	384,8	52,2%
Aracaju	54,8	12,4	13,8	28,6	54,8	52,1%
Porto Alegre	321,4	0,4	167,4	153,6	321,4	47,8%
Manaus	410,4	29,4	187,5	193,5	410,4	47,2%
Rio de Janeiro	3.812,0	510,5	1.632,1	1.669,4	3.812,0	43,8%
Belo Horizonte	890,6	78,4	482,2	329,9	890,6	37,0%

Valores Nominais Empenhados (em R\$ milhões) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ e Site Compara Brasil



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO

A dívida pública municipal foi significativamente reduzida na atual gestão, com a Dívida Consolidada Líquida caindo progressivamente do patamar de R\$ 1,83 bilhões em 2012 (52,1% da RCL) para R\$ 1.318 milhão em 2015 (26,5% da RCL) e, finalmente, atingindo um valor negativo de R\$ 384 milhões em 2017, montante este que representa a sobra de haveres financeiros líquidos de que dispõe a Prefeitura de Salvador para fazer frente à dívida contratual posicionada no final de 2017.

Como se observa na Tabela 17, ao contrário do que se verifica agora, quando a atual Administração assumiu o mandato em 2013, mais da metade da Receita Corrente Líquida do Município estava comprometida com a Dívida Consolidada Líquida.

TABELA 17: ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO

Ano	Dívida Consolidada Líquida	Receita Corrente Líquida - RCL	Índice de Endividamento (% RCL)	
			Alcançado	Limite
	(A)	(B)	(A/B)	(LRF)
2012	1.830	3.513	52,08%	120%
2013	1.691	4.060	41,66%	
2014	1.423	4.684	30,38%	
2015	1.318	4.966	26,55%	
2016	282	5.292	5,32%	
2017	0	5.403	0,00%	

Valores Nominais (em R\$ milhões) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ

O avanço expressivo neste indicador se deveu à disciplina do Município no pagamento do principal e dos encargos da dívida no período, bem como, e principalmente, à quitação, em 2016, da dívida contratada com a União. O resultado é que, dado o limite legal de endividamento de 120% da RCL, a capacidade de endividamento do Município de Salvador hoje é de R\$ 6,4 bilhões.

TABELA 18: AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Ano	Desembolsos com a Dívida			Receita Corrente Líquida	Índice de Desembolso (% RCL)	
	Juros e Encargos	Amortização	Total		Alcançado	Limite
	(A)	(B)	(C = A + B)		(C/D)	(LRF)
2012	69	137	206	3.513	5,9%	11,5%
2013	69	171	240	4.060	5,9%	
2014	68	98	166	4.684	3,5%	
2015	71	123	194	4.966	3,9%	
2016	11	108	119	5.292	2,3%	
2017	7	136	143	5.403	2,7%	

Valores (em R\$ milhão). Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ

Segundo demonstrado na Tabela 18, o índice relativo aos desembolsos com o pagamento de amortização, juros e encargos incidentes sobre a dívida caiu progressivamente de 5,9% da RCL em 2012, para não mais que 2,7% em 2017. Dado que o limite legal para estes desembolsos é de 11,5% da RCL, o Município encontra-se capacitado a comprometer adicionalmente com o pagamento de novas dívidas (principal e encargos) até 8,8% da sua receita corrente líquida, ou seja, R\$ 471 milhões por ano.

Estes são fatos muito positivos para Salvador, na medida em que o Município demonstra encontrar-se plenamente capacitado a contar com importantes fontes nacionais e internacionais de captação de recursos de longo prazo, para a viabilização dos investimentos em infraestrutura urbana e nas áreas sociais demandados pela cidade e por sua população.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG) – NOVA SISTEMÁTICA

A propósito deste tema, cumpre registrar que, por meio da Portaria nº 501, de 23 de novembro de 2017, o Ministério da Fazenda (MF) criou uma nova sistemática para ser aplicada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN na aferição da capacidade de pagamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios face a suas dívidas já contraídas e a novas operações de crédito interno e externo que demandem o aval do Tesouro Nacional.

Estas novas regras tratam conjuntamente as situações do endividamento, da poupança corrente e da liquidez do ente federado, aplicando-se, no caso do endividamento e da liquidez, os resultados obtidos em um exercício-base como referência para o exercício fiscal seguinte e, no caso da Poupança Corrente, a média ponderada dos três últimos exercícios. As notas variam de A a D, sendo A e B de aprovação e C e D de reprovação, para fins de obtenção de garantia da União às operações de crédito pretendidas pelo ente federado.

A aplicação das regras e fórmulas da Portaria nº 501 às finanças de Salvador revela que, em todo o período de 2014 (ano-base de 2013) a 2018 (ano-base de 2017), o Município obteve notas de aprovação em sua Capacidade de Pagamento, pelo que nenhum obstáculo desta natureza encontra-se interposto a suas possibilidades e pretensões de efetuar as operações de crédito já em análise ou outras mais que se fizerem necessárias.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

AValiação da Gestão Fiscal

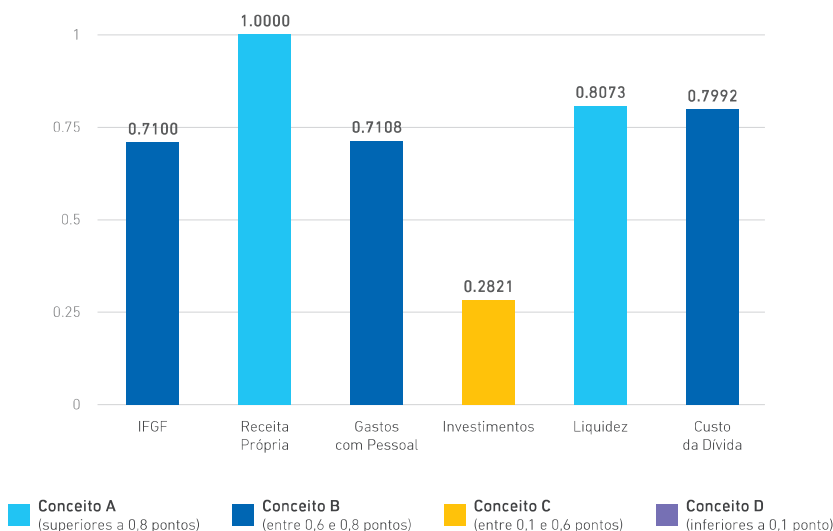
O ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF)

Apresenta-se neste item o resultado de uma avaliação externa, de elevada credibilidade, do desempenho da gestão fiscal do Município em 2016. Trata-se da avaliação efetuada pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN, que mede a performance fiscal anual de todos os municípios brasileiros desde 2006, por meio do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IGFG) de 2017, – ano de referência 2016.

Refletindo o absoluto compromisso assumido pela Administração Municipal com o equilíbrio das contas públicas a partir de 2013, e em que pese os impactos na economia municipal da crise econômica por que passa o país desde 2014, a gestão fiscal do Município do Salvador assumiu e continua mantendo posição de indiscutível destaque no cenário da gestão pública municipal do país no quadriênio 2013-2016.

Como se vê na figura 2, Salvador obteve a pontuação de 0,7100 no IFGF relativo a 2016, logrando conceituação de gestão de excelência nos componentes de receita própria e de índice de liquidez e de boa gestão nos componentes de gastos com pessoal e custo da dívida. O único componente a não receber conceito de gestão superior foi o de capacidade de investimento, devido à já acima demonstrada virtual ausência de transferências voluntárias de receita de capital para o Município nos últimos anos. Mas esta situação deverá ser revertida a partir de 2017, quando recursos de operações de crédito já contratadas reforçarão a capacidade de investimento de Salvador.

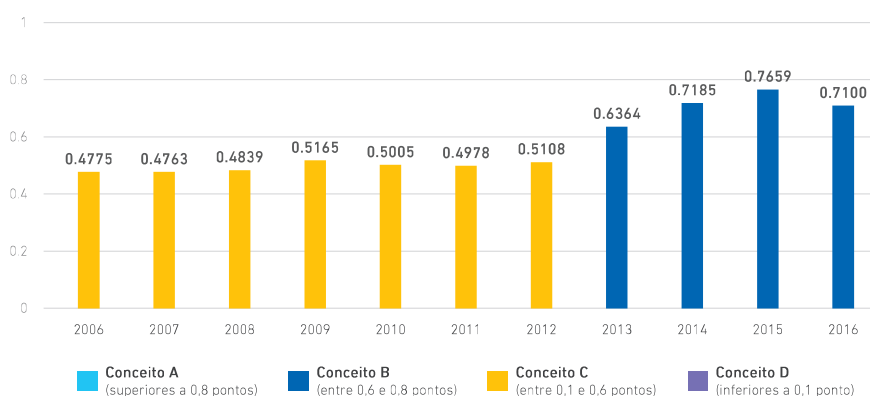
FIGURA 1: ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF) SALVADOR – 2016



Fonte: IFGF/FIRJAN-2017

No que concerne à evolução histórica do IFGF de Salvador, a Figura 2 destaca, de um lado, o fato de que em 2016, a gestão fiscal municipal manteve-se no novo patamar de desempenho inaugurado na atual Administração e, de outro, a expressiva distância entre este novo patamar, situado na casa dos 71 centésimos de inteiro, e o anterior, que, nos sete anos anteriores, entre 2006 e 2012, oscilou entre 47 e 51 centésimos de inteiro, ou seja, esteve sempre duas casas decimais abaixo dos índices recentes.

FIGURA 2: EVOLUÇÃO ANUAL DO IFGF DE SALVADOR – 2006 A 2016



Fonte: IFGF/FIRJAN-2017.

Com estes níveis de desempenho, Salvador logrou situar-se em 2016, pelo nível de sua gestão fiscal, na 1ª posição do ranking das capitais nordestinas, na 3ª posição entre as 26 capitais estaduais brasileiras e na 105ª posição entre todos os municípios do país, na forma evidenciada nas Tabelas 19 e 20 abaixo.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

**TABELA 19: DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL MUNICIPAL
ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF) - ANO 2016
CAPITAIS DA REGIÃO NORDESTE**

MUNICÍPIO	IGF	ÍNDICE DE RECEITA PRÓPRIA	ÍNDICE DE GASTOS COM PESSOAL	ÍNDICE DE INVESTIMENTOS	ÍNDICE DE LIQUIDEZ	ÍNDICE DE CUSTO DA DÍVIDA	RANKING IFGF			
							CAPITAIS NE	CAPITAIS BR	ESTADUAL	NACIONAL
Salvador	0,7100	1,0000	0,7180	0,2821	0,8073	0,7992	1º	3º	4º	105º
Fortaleza	0,7039	0,7896	0,6199	0,4507	0,9038	0,8202	2º	4º	5º	115º
Aracaju	0,6524	0,8125	0,5499	0,1440	1,0000	0,8843	3º	9º	1º	298º
Teresina	0,6183	0,6404	0,5894	0,6804	0,4750	0,8167	4º	12º	6º	486º
Recife	0,5958	0,9920	0,5406	0,3100	0,4814	0,7293	5º	15º	9º	672º
Natal	0,5828	0,8443	0,4831	0,4850	0,4404	0,7591	6º	16º	5º	791º
João Pessoa	0,5787	0,6195	0,5554	0,1868	0,7900	0,9454	7º	19º	7º	835º
Maceió	0,5292	0,6939	0,5706	0,1264	0,7896	0,3862	8º	21º	13º	1420º
São Luís	0,5135	0,7094	0,4705	0,3168	0,4608	0,7304	9º	22º	21º	1639º

Fonte: <http://www.firjan.com.br/ifgf>

**TABELA 20: DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL MUNICIPAL
ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF) - ANO 2016
CAPITAIS ESTADUAIS – BRASIL**

MUNICÍPIO	IGF	ÍNDICE DE RECEITA PRÓPRIA	ÍNDICE DE GASTOS COM PESSOAL	ÍNDICE DE INVESTIMENTOS	ÍNDICE DE LIQUIDEZ	ÍNDICE DE CUSTO DA DÍVIDA	RANKING IFGF		
							CAPITAIS	ESTADUAL	NACIONAL
Manaus	0,7651	0,8154	0,6760	1,0000	0,5836	0,7323	1º	1º	33º
Rio de Janeiro	0,7329	1,0000	0,5575	0,9094	0,4711	0,7191	2º	2º	66º
Salvador	0,7100	1,0000	0,7108	0,2821	0,8073	0,7992	3º	4º	105º
Fortaleza	0,7039	0,7896	0,6199	0,4507	0,9038	0,8202	4º	5º	115º
Boa Vista	0,6950	0,2428	0,5686	1,0000	0,9107	0,8253	5º	1º	135º
Vitória	0,6923	1,0000	0,7186	0,2167	0,7903	0,7901	6º	4º	145º
Rio Branco	0,6854	0,5674	0,6619	0,5127	1,0000	0,6839	7º	1º	167º
São Paulo	0,6697	1,0000	0,8263	0,3530	0,6113	0,4177	8º	27º	229º
Aracaju	0,6524	0,8125	0,5499	0,1440	1,0000	0,8843	9º	1º	298º
Belo Horizonte	0,6477	1,0000	0,7722	0,2265	0,6701	0,4609	10º	32º	319º
Cuiabá	0,6425	0,8332	0,6134	0,4477	0,5815	0,8543	11º	22º	344º
Teresina	0,6183	0,6404	0,5894	0,6804	0,4750	0,8167	12º	6º	486º
Belém	0,6010	0,7844	0,5130	0,5379	0,5384	0,6694	13º	8º	626º
Porto Alegre	0,6002	1,0000	0,5666	0,2888	0,5301	0,6350	14º	106º	635º
Recife	0,5958	0,9920	0,5406	0,3100	0,4814	0,7293	15º	9º	672º
Natal	0,5828	0,8443	0,4831	0,4850	0,4404	0,7591	16º	5º	791º
Curitiba	0,5822	1,0000	0,6532	0,1219	0,4872	0,7319	17º	105º	801º
Porto Velho	0,5807	0,7114	0,5771	0,1300	0,7776	0,8664	18º	14º	813º
João Pessoa	0,5787	0,6195	0,5554	0,1868	0,7900	0,9454	20º	23º	835º
Palmas	0,5746	0,6195	0,5319	0,3407	0,7106	0,7898	20º	23º	876º
Maceió	0,5292	0,6939	0,5706	0,1264	0,7896	0,3862	21º	13º	1420º
São Luís	0,5135	0,7094	0,4705	0,3168	0,4608	0,7304	22º	21º	1639º
Goiânia	0,5027	0,9357	0,7181	0,2077	0,0000	0,8381	23º	84º	1778º
Macapá	0,4769	0,3223	0,0000	0,3691	1,0000	0,9635	24º	1º	2132º
Campo Grande	0,3985	0,8306	0,4453	0,1268	0,0000	0,8284	25º	63º	3276º
Florianópolis	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	—	—	—

Fonte: <http://www.firjan.com.br/ifgf>



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

Outro fato muito relevante a ser realçado do histórico da evolução dos índices obtidos por Salvador no IFGF comparativamente ao das outras capitais estaduais, tal como exibido na tabela 21, é que o Município do Salvador logrou o admirável feito de ascender 20 posições nesse ranking durante o breve período dos três primeiros anos da atual Administração Municipal, saindo da 23ª colocação em 2012, para assumir a 16ª em 2013, saltar para a 4ª em 2014 e, afinal, assomar a 3ª posição em 2015, e mantê-la em 2016.

Ressalte-se neste particular que capitais de grande destaque nos cenários econômico e político nacionais, a exemplo de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba ocupam posições consideravelmente abaixo da de Salvador.

TABELA 21: RANKING ANUAL DO IFGF DAS CAPITAIS ESTADUAIS – 2012 A 2016

MUNICÍPIO	2012	2013	2014	2015	2016	RANKING DAS CAPITAIS				
						2012	2013	2014	2015	2016
Manaus	0,3672	0,6640	0,6470	0,6266	0,7651	16º	13º	14º	12º	1º
Rio de Janeiro	0,8555	0,8169	0,7986	0,7908	0,7329	2º	1º	1º	1º	2º
Salvador	0,5108	0,6364	0,7185	0,7659	0,7100	23º	16º	4º	3º	3º
Fortaleza	0,7558	0,7126	0,7109	0,7318	0,7039	6º	9º	5º	5º	4º
Boa Vista	0,6936	0,6636	0,7752	0,7507	0,6950	12º	14º	3º	4º	5º
Vitória	0,8970	0,7134	0,6759	0,6820	0,6923	1º	8º	11º	8º	6º
Rio Branco	0,7347	0,7399	0,7799	0,7750	0,6854	8º	5º	2º	2º	7º
São Paulo	0,7429	0,7744	0,6967	0,7207	0,6697	7º	2º	6º	6º	8º
Aracaju	0,6841	0,5705	0,6517	0,6580	0,6524	14º	19º	12º	9º	9º
Belo Horizonte	0,6463	0,6186	0,6210	0,5550	0,6477	15º	17º	16º	16º	10º
Cuiabá	0,5456	0,5507	0,5954	0,6859	0,6425	21º	22º	19º	7º	11º
Teresina	0,5682	0,5855	0,5026	0,4946	0,6183	20º	18º	23º	21º	12º
Belém	0,7784	0,6976	0,6485	0,4775	0,6010	5º	10º	13º	24º	13º
Porto Alegre	0,7345	0,6795	0,6233	0,6284	0,6002	9º	12º	15º	11º	14º
Recife	0,7017	0,7452	0,6921	0,6156	0,5958	10º	4º	7º	13º	15º
Natal	0,4300	0,7170	0,5971	0,5524	0,5828	24º	7º	18º	17º	16º
Curitiba	0,6923	0,6877	0,5202	0,5903	0,5822	13º	11º	22º	15º	17º
Porto Velho	0,8126	0,7579	0,6836	0,6498	0,5807	4º	3º	9º	10º	18º
João Pessoa	0,5788	0,4153	0,5897	0,5506	0,5787	19º	25º	20º	18º	19º
Palmas	0,6956	0,6419	0,6768	0,5921	0,5746	11º	15º	10º	14º	20º
Maceió	0,5807	0,5694	0,5873	0,5391	0,5292	18º	20º	21º	19º	21º
São Luís	0,5419	0,4834	0,4337	0,5284	0,5135	22º	24º	24º	20º	22º
Goiânia	0,6014	0,4927	0,4227	0,4861	0,5027	17º	23º	25º	23º	23º
Macapá	0,4256	0,5511	0,5972	0,3973	0,4769	25º	21º	17º	25º	24º
Campo Grande	0,8277	0,7212	0,6912	0,4911	0,3985	3º	6º	8º	22º	25º
Florianópolis	—	—	—	—	—	16º	13º	14º	12º	1º

Fonte: <http://www.firjan.com.br/ifgf>

INCENTIVOS FISCAIS

O equilíbrio fiscal perseguido pela atual Administração permitiu ao Município, além do equacionamento da dívida, do pagamento tempestivo de suas obrigações com servidores e fornecedores e da ampliação da capacidade de investimento, a implementação de um amplo programa de incentivos fiscais, com vistas ao desenvolvimento econômico e urbanístico municipal, bem como à desoneração tributária focada nos contribuintes de menor nível de renda.

Entre os benefícios e incentivos implementados pela atual gestão destacam-se:

INCENTIVOS FISCAIS
Programa de Incentivo ao Desenvolvimento e à Inovação (PIDI)
Programa de Certificação Sustentável - IPTU Verde
Desoneração Fiscal para Povos e Comunidades de Terreiro
Redução de Tributos para Clubes Sociais, Recreativos e Desportivos
Desoneração Tributária para Programas Habitacionais de Interesse Social
Redução Tributária para Terrenos em Áreas de Proteção Ambiental (APA)
Redução Tributária para Terrenos com Construção em Andamento
Instituição do Programa Revitalizar
Benefícios Fiscais a Centros de Conexões e Voos - HUB
Programa Salvador 360
Instituição do Programa de Incentivo à Cultura - VIVA CULTURA

ALCANCE DOS ATUAIS BENEFÍCIOS DO IPTU

QUANTITATIVO DE INSEÇÕES E IMUNIDADES	
Nº Total de Contribuintes do IPTU	818.839
Nº de Isenções por valor venal (abaixo de R\$ 93,5 mil)	252.962
Outras isenções voluntárias e imunidades constitucionais	4.213
Total de isenções e imunidades	257.175
Percentual das Isenções e Imunidades sobre o Total	31,40%



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL ANUAL

Isenções por valor venal até R\$ 93,5 mil	R\$ 43,9 milhões
Percentual da Renúncia Estimada (% da Receita do IPTU)	7,90%

OUTRAS AÇÕES

CONTRATAÇÃO COM BNDES DO PROGRAMA PMAT

A SEFAZ, conjuntamente com a Casa Civil, realizou desde o ano de 2014, a consolidação de projetos internos à SEFAZ e de outras unidades executoras (SEMGE, PGMS e SUCOM) em um documento único, que, submetido ao BNDES em 04 de maio de 2015, propiciou que o Município do Salvador, após 12 anos sem firmar operações de crédito, assinasse contrato de financiamento com aquela instituição no valor de R\$ 50,8 milhões, destinados à Modernização da Administração Tributária Municipal.

O contrato exige uma contrapartida do município no valor de R\$18,2 milhões, totalizando investimentos da ordem de R\$ 69 milhões, com carência de 24 meses e prazo de amortização de 96 meses.

A Tabela 22 demonstra os valores contratados por macro ação e sua execução físico-financeira.

TABELA 22: QUADRO RESUMO PMAT POR MACRO AÇÃO E EXECUÇÃO

ITEM	VALOR APROVADO	VALOR EXECUTADO	EXECUÇÃO FINANCEIRA %	EXECUÇÃO FÍSICA %
Sistemas	23.260.506,67	13.428.457,28	57,73%	70,00%
Equipamentos e Outros TIC	16.841.176,59	12.095.209,47	71,82%	75,00%
Consultoria e Serviços	21.495.819,87	3.794.354,94	17,65%	26,00%
Adequação das Instalações Físicas	7.564.976,87	4.685.634,84	61,94%	67,50%
TOTAL	69.162.480,00	34.003.656,53	49,16%	59,63%

Desde julho de 2015, foram realizados 7 depósitos pelo BNDES, totalizando R\$ 28,9 milhões além da Contrapartida do Município, somando R\$ 37 milhões.

Um importante aspecto a destacar na operação deste Programa é que, na forma exibida no quadro a seguir, a contratação de obras e aquisição de equipamentos importou numa economia, de 2015 a 2017, de R\$ 13 milhões relativamente aos valores previstos nos projetos. Este montante foi utilizado dentro do próprio PMAT, redirecionando recursos para outros projetos cujos valores achavam-se subdimensionados e/ou para projetos que sofreram alterações devido a novas necessidades identificadas.

REDUÇÃO DE CUSTOS NO PMAT

SEFAZ	VALOR PREVISTO NO PROCESSO/ PROJETO (EM R\$)	VALOR CONTRATADO (EM R\$)
Computadores e notebooks SEFAZ – RP	2.901.930,00	2.127.000,00
Cartografia – SEFAZ	11.500.000,00	5.670.112,24
SIGEF – SEFAZ	5.766.537,52	4.099.723,67
Reforma prédio – Rua Tesouro nº 25 – SEFAZ	5.727.000,00	4.468.454,15
Cadastramento e recadastramento Patrimonial – SEFAZ	7.890.000,00	5.947.454,15
TOTAL	33.785.467,52	22.312.744,21

OUTRAS SECRETARIAS	VALOR PREVISTO NO PROCESSO/ PROJETO (EM R\$)	VALOR CONTRATADO (EM R\$)
Plataforma de relacionamento com o cidadão – SEMGE	2.606.111,00	2.247.550,00
Gestão de pessoas – SEMGE	6.500.000,00	5.444.285,00
Wi-Fi – PGMS	256.500,00	255.800,00
Digitalização – PGMS RP	1.593.526,96	1.586.926,96
Outros	2.121.600,00	2.033.300,48
TOTAL	13.077.737,96	11.567.862,44



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

Os esforços de recuperação de créditos empreendidos através de programas de parcelamento, ações de fiscalização, resumo de declaração tributária e outras ações de cobrança resultaram nos seguintes montantes efetivamente recuperados em 2017:

Item de Receita	Valor Recuperado (em milhões)	
	2016	2017
PPI	9,3	6,3
PAD	1,9	9,9
AI/NFL	0,1	0,2
IPTU/TRSD	9,9	15,1
TFF Estabelecimento	6,2	6,2
ISS Autônomo	0,6	0,5
ISS RDT Substituto	0,1	-----
Total	28,1	38,1

Fonte: SECOP/CRC/SEFAZ

Paralelamente a estas ações, um Plano de Ação de Cobrança, implantado em 2016, e voltado para tipos específicos de contribuintes, manteve em 2017, a utilização de uma variada gama de ferramentas de contato com os contribuintes em situação de inadimplência, disto resultando os montantes cobrados e recuperados de débitos de IPTU/TRSD e ISS/RDT exibidos no quadro abaixo.

Nome	Descritivo	Início	Valor Cobrado (em R\$)	Valor Recuperado (em R\$)	Valor Pago (em R\$)
Cobrança 01	IPTU/TRSD Terrenos – Piloto	07/07/2017	11.444.734,31	1.404.203,02	1.404.203,02
Cobrança 02	IPTU/TRSD Terrenos Alto Potencial	24/07/2017	14.128.855,88	1.908.299,69	1.331.735,33
Cobrança 03	ISS Próprio RDT	31/07/2017	66.837.038,47	5.491.155,06	359.634,16
Cobrança 04	IPTU/TRSD Cotas 2017	13/09/2017	3.236.834,20	317.715,62	317.715,62
Cobrança 05	IPTU/TRSD Não Residencial	16/10/2017	64.226.702,83	2.333.800,25	817.368,31
Total			159.874.165,69	11.455.173,64	4.230.656,44

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

As ações de fiscalização empreendidas em 2017, tiveram como alvo 597 estabelecimentos prestadores de serviços. Em 85% deles a fiscalização foi efetivamente realizada, tendo sido plenamente concluída em 417 e remanescendo em andamento ao final do exercício em 89 estabelecimentos, detectando-se situação de regularidade em 46% e de irregularidades diversas em 56% deles.

Dessas fiscalizações resultou a emissão de 651 Notificações Fiscais de Lançamento, no montante de R\$ 100 milhões, dos quais R\$ 31 milhões na área de Educação; R\$24 milhões na área de Construção Civil; R\$ 11 milhões na área de transporte e logística; e R\$ 7 milhões na área de Saúde. Os Autos de Infração decorrentes dessas fiscalizações somaram R\$ 18,4 milhões.

IMPLANTAÇÃO DO RESUMO DE DECLARAÇÃO TRIBUTÁRIA - RDT

O chamado Resumo da Declaração Tributária (RDT), implantado em 2016, e gerado com base nas declarações efetuadas nas Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NFS-e) e nas Notas Fiscais do Tomador/Intermediário de Serviços Eletrônica (NFTS) permitiu, até o final de 2017, a efetivação de cobrança e consequente recuperação de débitos nos montantes mostrados da tabela 23.

ARRECADAÇÃO RDT 2016 - 2017

Valor Contratado x Valor Pago			
Situação do Parcelamento	Quantidade de Contribuintes	Valor Contratado (em R\$)	Valor Pago (em R\$)
Quitado	5.142	13.833.819,33	13.833.819,33
Em Andamento	522	19.758.054,41	4.673.671,20
Total	5.664	33.591.873,74	18.507.490,53

RESTITUIÇÃO DE VALORES

Por esta ação, que encerra um alto conteúdo de respeito ao Contribuinte, o Município devolve ao mesmo os valores dos pagamentos por ele efetuados a maior ou indevidamente ou, ainda, decorrentes de contratos de compra e venda de imóveis cancelados. Essa devolução se dá seja sob a forma de pagamento por meio de depósito bancário seja sob a forma de compensação de débitos pendentes com o Município.

De 2013 a 2017, as restituições somaram um total de R\$ 37,55 milhões, dos quais R\$ 23,28 milhões foram devolvidos por pagamento direto aos contribuintes e R\$ 14,27 milhões, usados para compensação de débitos com o Tesouro Municipal. Perto da metade (44%) desse valor total foi restituída apenas no exercício de 2017, refletindo a prioridade de se eliminarem os estoques prévios desses processos até março de 2018 e passar-se a cumprir, a partir de abril, um prazo máximo de 30 dias para a efetivação da restituição nos novos processos.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

ALIENAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS MUNICIPAIS

Pelo Programa de Alienação de Bens Imóveis Municipais, instituído e ampliado pelas Leis nº 8.655/2014 e 9.233/2017, por meio do qual a Prefeitura é autorizada a transformar bens imóveis que não estejam atendendo o interesse público em receita de capital para aplicação exclusiva em obras ou ampliação dos ativos permanentes do Município, foram alienados, no período de 2014 a 2017, 21 imóveis municipais que produziram R\$110,92 milhões de receita, dos quais R\$ 80,3 milhões ingressaram nos cofres do Tesouro Municipal até o final de 2017.

USO DOS BENS IMÓVEIS MUNICIPAIS

O gerenciamento do uso dos imóveis municipais tem representado uma importante fonte de receita para o município. De 2013 a 2017, as várias formas de uso desses bens foram responsáveis pela geração de R\$ 35,87 milhões.

RECEITAS ORIUNDAS DO USO DE IMÓVEIS MUNICIPAIS

TIPO DE RECEITA (R\$ 1.000,00)	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
TDU	R\$ 643,90	R\$ 2.035,00	R\$ 2.226,20	R\$ 3.005,10	R\$ 1.814,10	R\$ 9.724,30
PULP	R\$ 1.637,4	R\$ 1.741,80	R\$ 1.837,60	R\$ 2.037,90	R\$ 1.939,20	R\$ 9.193,90
FORO	—	R\$ 2.164,50	R\$ 2.566,80	R\$ 368,10	R\$ 381,80	R\$ 5.481,20
RESGATE DE ENFITEUSE	R\$ 48,50	R\$ 3.308,30	R\$ 521,20	R\$ 468,40	R\$ 1.399,40	R\$ 5.745,80
CONCESSÃO DE USO	R\$ 791,50	R\$ 499,00	R\$ 683,80	R\$ 346,60	R\$ 681,60	R\$ 3.002,50
PERMISSÃO DE USO	R\$ 341,00	R\$ 749,80	R\$ 644,60	R\$ 235,50	R\$ 211,70	R\$ 2.182,60
OUTRAS	R\$ 38,10	R\$ 82,50	R\$ 135,20	R\$ 141,40	R\$ 146,10	R\$ 543,30
TOTAL	R\$ 3.500,40	R\$ 10.580,90	R\$ 8.615,40	R\$ 6.623,00	R\$ 6.573,90	R\$ 35.873,60

RECADASTRAMENTO DOS IMÓVEIS MUNICIPAIS

Encontra-se em execução, mediante contratação de serviços no âmbito do PMAT, o cadastramento dos bens imóveis do município, incluindo levantamento topográfico, produção de plantas, mapas, registro fotográfico e documentação registral, assim como regularização cartorária e atualização de valor de cada um dos imóveis.

DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS PARA USO DO MUNICÍPIO

Com a absorção das atribuições da Comissão Especial para Avaliação de Bens Imóveis (CECABI), extinta no final do ano de 2014, a SEFAZ passou a realizar as desapropriações no âmbito municipal. Desde então, vem processando as solicitações dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal para expropriações de áreas consideradas de utilidade pública para fins de desapropriação.

Nos anos de 2015, 2016 e 2017, foram realizadas 2.385 vistorias em áreas de interesse da Prefeitura, delas resultando 152 processos de pagamento de indenização.

A administração atual tem adotado como prática, pagar as desapropriações imediatamente após a celebração do acordo, ou, caso não haja acordo, realizar o depósito judicial, evitando compromissos que possam prejudicar financeiramente orçamentos futuros.

IMPUGNAÇÕES AOS LANÇAMENTOS DE IPTU/TRSD

Uma nítida e significativa diminuição foi registrada no número dos processos de impugnação aos lançamentos de IPTU/TRSD desde a implantação da nova Planta Genérica de Valores em 2014. As impugnações que somaram 15.284 processos naquele ano, reduziram-se 37%, para 9.528 em 2015; 20% adicionais, para 7.603 em 2016; e mais 60%, para apenas 2.990 processos em 2017.

Com as novas medidas de adequação de valores dos imóveis com áreas de terreno acima de dois mil m², a expectativa é a ocorrência de uma nova diminuição dos processos de impugnação.

Um sistema de Análise de Solicitações Eletrônicas será posto em funcionamento no 1º trimestre de 2018, como uma nova ferramenta para acelerar a análise e os resultados dos processos eletrônicos de impugnação.

INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS SIGEF E SIGA

Como parte do projeto de implantação plena do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) do Tesouro Municipal, foi efetivada a integração deste sistema com o Sistema Integrado de Gestão e Auditoria (SIGA), administrado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA).

Tal integração possibilitou que dados e informações da gestão municipal relevantes para as atividades fiscalizatórias e auditoriais daquela Corte de Contas sejam exportados de modo mais célere e eficiente.

INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS SIGEF COM O CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL (CADIN)

Foi igualmente efetivada a plena integração entre o SIGEF e o Cadastro Informativo Municipal (CADIN), responsável pelo registro das pessoas físicas e jurídicas que possuem pendências com os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Isto possibilitou um maior controle sobre os credores do Município, bloqueando os pagamentos devidos àqueles com algum tipo de débito com o município.

DESENVOLVIMENTO DO DATA MART DO TESOIRO

A implementação do projeto de Data Mart do Tesouro, transcorrido ao longo dos anos de 2016 e 2017, permitiu que as informações orçamentárias e financeiras armazenadas na base de dados do SIGEF sejam modeladas para utilização por ferramenta de Business Intelligence (BI), auxiliando, dessa forma, o acompanhamento e a tomada de decisões gerenciais praticamente em tempo real pelos gestores das finanças municipais.

Tal ferramenta permite o cruzamento de dados de modo a possibilitar a geração de relatórios e análises customizadas de forma ágil, com o intuito de atender à crescente demanda por esse tipo de informação.

A partir de 2017, a ferramenta de BI começou a ser utilizada também como provedor de demonstrativos fiscais.



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

RESULTADOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS – CMT

O desempenho do CMT durante o período de 2014 a 2017, na forma indicada pelo número de processos tramitados, ou seja, a quantidade de julgamentos pautados e efetuados nos exercícios em questão, comparando-os com a meta estabelecida para os mesmos, correspondeu a 70% das pautas.

Durante o período citado, foram pautados 1.785 processos de Notificação de Lançamento-NL, Notificação Fiscal de Lançamento – NFL e de Auto de Infração – AI, sendo 1.772 para julgamento em segunda instância, nas Câmaras Julgadoras (CAJ), e 13 para as Câmaras Reunidas, que correspondem a novas pautas, porém de processos já decididos nas Câmaras Julgadoras em relação aos quais foram interpostos Recurso de Revisão e Pedido de Reforma de Decisão, conforme exibido na Tabela 23.

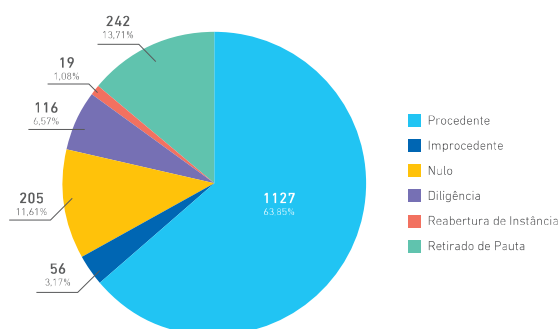
TABELA 23 - PROCESSOS PAUTADOS E JULGADOS NO CMT

CÂMARAS	EXERCÍCIO 2014			EXERCÍCIO 2015			EXERCÍCIO 2016			EXERCÍCIO 2017			TOTAL GERAL		
	PAUTADOS	JULGADOS	%	PAUTADOS	JULGADOS	%	PAUTADOS	JULGADOS	%	PAUTADOS	JULGADOS	%	PAUTADOS	JULGADOS	%
PRIMEIRA	138	123	89%	358	243	68%	224	206	92%	183	168	92%	903	740	82%
SEGUNDA	139	120	86%	345	208	60%	217	191	88%	196	169	86%	897	688	77%
REUNIDAS	-----	-----	0%	4	4	100%	2	2	100%	13	13	100%	19	19	100%
TOTAL	277	243	88%	707	455	64%	443	399	90%	392	350	89%	1819	1447	80%

Fonte: Conselho Municipal de Tributos - CMT.

O gráfico abaixo demonstra as ocorrências dos julgamentos em segunda instância efetuados no âmbito do CMT e os respectivos percentuais calculados sobre o número total de 1.772 unidades de Recursos Ordinários interpostos durante o período de 2014 a 2017.

Comparativo de Resultado de Julgamento Consolidado Acumulado
2014 a 2017



ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

Conforme demonstra a Tabela 22, nos últimos cinco anos da gestão o atendimento ao contribuinte foi intenso nos postos de atendimento vinculados à Secretaria, em especial nos anos de 2013 e 2014.

TABELA 24: TOTAIS DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NOS POSTOS SEFAZ

LOCAL	2013	2014	2015	2016	2017
SAC Barra	237.002	156.894	172.064	79.249	65.601
SAC Comércio	149.571	88.916	84.195	64.522	63.557
SAC Empresarial	28.611	21.932	26.925	2.637	0
SAC Periperi	51.884	24.522	32.906	24.828	18.089
SAC Cajazeiras	65.409	39.770	26.771	36.953	34.091
SAC Iguatemi	426.527	0	0	0	0
SAC Bela Vista	0	175.181	187.287	135.787	104.182
SUB TOTAL SACs	959.004	507.215	530.148	343.976	285.520
Posto Central (Sefaz)	444.361	502.395	238.102	255.439	216.868
Atendimento via e-mail	18.643	34.578	12.156	5.073	990
SUB TOTAL POSTOS	463.004	536.973	250.258	260.512	217.858
Prefeitura-Bairro Barra/Pituba	0	0	0	379	1.719
Prefeitura-Bairro Cabula	0	0	2.139	2.117	1.449
Prefeitura-Bairro Cajazeiras	0	0	4.241	2.152	2.245
Prefeitura-Bairro Comércio	0	0	2.600	3.163	3.172
Prefeitura-Bairro Itapuã/Ipitanga	0	0	7.574	10.659	9.180
Prefeitura-Bairro Liberdade/São Caetano	0	0	0	1.485	2.128
Prefeitura-Bairro Pau da Lima	0	0	1.532	3.217	2.463
Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilhas	0	0	901	1.176	1.139
Prefeitura-Bairro Valéria	0	0	0	395	1.258
CEM	0	0	0	0	46
SUB TOTAL PREFEITURAS-BAIRRO	0	0	18.987	24.743	24.799
TOTAL GERAL	1.422.008	1.044.188	799.393	629.231	528.177

Fonte: SEATE/SEFAZ/Prefeituras-Bairro



7 | DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

PROJETO MAPEAMENTO CARTOGRÁFICO DIGITAL DO MUNICÍPIO

O projeto Mapeamento Cartográfico Digital de Salvador é uma ação da meta estratégica "Implantação do Cadastro Técnico Multifinalitário" e tem o objetivo de prover o Município de Salvador de conjunto de dados cartográficos atualizados, em escala urbana (1:1000), para a geração de informações georreferenciadas.

Este projeto terá um impacto considerável na qualificação da administração tributária, no planejamento urbano e ambiental, na implantação de projetos, nas bases de turismo e de mobilidade, no suporte às ações de educação e saúde do Município e, consequentemente, no aprimoramento da gestão da Cidade e na prestação de melhores serviços públicos ao Cidadão.

Este projeto baseia-se em dois grandes pilares, a saber: (i) a base cartográfica digital de alta qualidade; e (ii) o sistema corporativo de informações geográficas para processamento de dados espaciais, geração e disponibilização de bases para uso dos gestores e do Cidadão.

AVANÇOS E AÇÕES A IMPLANTAR

Em que pese os avanços alcançados na atual gestão, novas ações são necessárias para garantir uma gestão fiscal, tributária e financeira eficiente e mantenedora do equilíbrio e da transparência das contas públicas.

Neste sentido, são propostas ações voltadas à criação de instrumentos mais eficazes de gestão da receita e da despesa pública municipal, à garantia da transparência e da qualidade do gasto público e ao atingimento de níveis de arrecadação compatíveis com o potencial econômico do município, tendo como focos principais a modernização da máquina fazendária municipal e a melhoria do atendimento e dos serviços prestados ao Cidadão.

São as seguintes as ações a serem implementadas, todas constantes do Planejamento Estratégico 2017-2020, do Município do Salvador:

- **PROJETO CONTROLE FISCAL ELETRÔNICO**, que visa aprimorar os procedimentos fiscais, pelo aumento de sua automatização;
- **PROJETO CADASTRO IMOBILIÁRIO ATUALIZADO**, que visa modernizar, padronizar e eliminar dados inconsistentes do Cadastro Imobiliário da SEFAZ;
- **PROJETO NOVO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – SAT**, para modernizar e tornar mais eficientes os sistemas de controle de lançamento e arrecadação de tributos e rendas municipais; da administração e fiscalização dos ativos imobiliários municipais; do acompanhamento e gestão de processos administrativos tributários; e da gestão e controle da dívida ativa tributária;
- **PROJETO IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DA DESPESA PÚBLICA MUNICIPAL – ODPM**, que visará monitorar permanentemente as despesas públicas, com a produção de informações analíticas consolidadas sobre a qualidade do gasto público, a fim de antecipar situações de inconformidade;
- **PROJETO GESTÃO CONTÁBIL PARA GOVERNANÇA**, cujo propósito é atender integralmente as normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), além de garantir uma melhor qualidade na prestação de contas do Município e colocar seu controle patrimonial nivelado com as práticas adotadas atualmente pelo mercado.
- **PROJETO IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS 100%**, que visa identificar, cadastrar e regularizar nos cartórios de registro os imóveis públicos municipais, com implantação de moderno sistema de gestão e controle;
- **PROJETO RESTITUIÇÃO RÁPIDA**, que busca reduzir o prazo de tramitação dos processos administrativos referentes a restituição de valores relativos a pagamentos efetuados a maior ou indevidamente pelos contribuintes;
- **PROJETO PROCESSOS ELETRÔNICOS SEFAZ**, tornar eletrônicos todos os processos administrativos-fiscais da SEFAZ, proporcionando ao Contribuinte a comodidade de poder demandar serviços da SEFAZ via a Internet;

- **PROJETO E-PAG**, para aprimorar a qualidade da prestação de contas do Município aos diversos órgãos de controle;
- **PROJETO GEOSALVADOR – CADASTRO MULTIFINALITÁRIO**, envolvendo a implantação do Cadastro Multifinalitário em toda a Administração Municipal, permitindo a inserção, edição e disponibilização de dados e informações georreferenciadas de forma imediata, além de análises multitemáticas com o mapa do Município como plano de fundo;
- **PROJETO BASE DE ENDEREÇAMENTO DE SALVADOR**, que objetiva implantar numeração métrica em todos os imóveis de Salvador, afixando placas de Logradouros e de Número Métrico e compatibilizando o Cadastro Imobiliário da SEFAZ com a nova Base de Endereços;
- **PROJETO SERVIÇOS SEFAZ WEB**, que visa disponibilizar a maior quantidade possível de serviços no site da SEFAZ na Internet.
- **PROJETO SEFAZ COMUNICA**, cujo objetivo é implementar no Sistema de Protocolo da SEFAZ (SIP) a funcionalidade de comunicação ativa com os contribuintes; e
- **PROJETO PAGUE FÁCIL**, que visa disponibilizar ao contribuinte a visualização consolidada da situação de todos os seus débitos com o Município e facilitar o pagamento destes débitos.



EXPEDIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR

Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Neto
Prefeito

Bruno Soares Reis
Vice-Prefeito

João Inácio Ribeiro Roma Neto
Chefe de Gabinete do Prefeito – GABP

Luiz Antônio Vasconcellos Carreira
Chefe da Casa Civil

Paulo Ganem Souto
Secretário Municipal da Fazenda – SEFAZ

José Antônio Rodrigues Alves
Secretário Municipal da Saúde – SMS

Bruno Oitaven Barral
Paloma Santana Modesto
Secretário Municipal da Educação – SMED

Thiago Martins Dantas
Secretário Municipal de Gestão – SEMGE

Marcus Vinícius Passos Raimundo
Secretário Municipal de Ordem Pública – SEMOP

Fábio Rios Mota
Secretário Municipal de Mobilidade – SEMOB

José Sérgio de Sousa Guanabara
Guilherme Cortizo Bellintani
Secretário Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo – SEDUR

Antônio Almir Santana Melo Júnior
Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – SEINFRA

Eronildes Vasconcelos Carvalho
Secretária Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza – SEMPSP

Cláudio Tinoco Melo de Oliveira
Secretário Municipal de Cultura e Turismo – SECULT

Ivete Alves do Sacramento
Secretária Municipal da Reparação – SEMUR

André Moreira Fraga
Secretário Municipal da Cidade Sustentável e Inovação – SECIS

Geraldo Alves Ferreira Júnior
Secretário Municipal de Trabalho, Esportes e Lazer – SEMTEL

Virgílio Teixeira Daltro
Marcílio de Souza Bastos
Secretário Municipal de Manutenção da Cidade – SEMAN

Taíssa Teixeira Santos de Vasconcellos
Secretária Municipal de Política para Mulheres, Infância e Juventude – SPMJ

Paulo Ezequiel da Silva Alencar
Secretário Municipal de Comunicação – SECOM

Luciana Rodrigues Vieira Lopes
Procuradora Geral do Município – PGMS

Humberto Rodrigues Viana Júnior
Ouvidor Geral do Município – OGM

Maria Rita Góes Garrido
Controladora Geral do Município – CGM

Marcílio de Souza Bastos
Presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador – DESAL

Alberto Vianna Braga Neto
Presidente da Companhia de Governança Eletrônica de Salvador – COGEL

Kaio Vinícius Moraes Leal
Presidente da Empresa de Limpeza Urbana de Salvador – LIMPURB

Isaac Chaves Edington
Presidente da Empresa Salvador Turismo – SALTUR

Tânia Maria Scofield de Souza Almeida
Presidente da Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF

Roberta Nunes Caires
Presidente da Fundação Cidade Mãe – FCM

Fernando Ferreira de Carvalho
Presidente da Fundação Gregório de Mattos – FGM

Henrique Gonçalves Trindade
Presidente da Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador – ARSAL

Fabrizio Müller Martinez
Superintendente de Trânsito do Salvador – TRANSALVADOR

Orlando Cezar da Costa Castro
Superintendente de Obras Públicas do Salvador – SUCOP

Ana Paula Andrade Matos Moreira
Diretora Geral das Prefeituras-Bairro – DGPB

Maurício Rosa Lima
Diretor Geral da Guarda Civil Municipal de Salvador – GCMS

Sóstenes Tavares de Almeida Macedo
Diretor Geral da Defesa Civil – CODESAL



EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Luiz Antônio Vasconcellos Carreira
Chefe da Casa Civil

Moysés de Oliveira Andrade Júnior
Subchefe da Casa Civil

Renata Guimarães Camelyer
Coordenação Técnica

Cássia Geraldi Montenegro
(MTB 1052) Jornalista responsável

EQUIPE TÉCNICA DAS SECRETARIAS E DE MAIS ÓRGÃOS MUNICIPAIS

Marcus Vinícius Leal de Andrade
Gabinete do Prefeito – GABP

Fernanda Damasceno Santos
Gabinete do Vice-Prefeito – GABVP

Nolair Dias dos Santos
Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ

Rosa Virgínia de Oliveira Fernandes
Secretaria Municipal da Saúde – SMS

Mirtis Luelly de Jesus Santana
Secretaria Municipal da Educação – SMED

Martha Lannes Schoeler
Secretaria Municipal de Gestão – SEMGE

Adriano da Silva Silveira
Valmir Andrade Gama Filho
Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEMOP

Alan Frederico Pereira Rocha
Secretaria Municipal de Mobilidade – SEMOB

Anderson Cleber Magalhães Deiró
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo – SEDUR

Reneé Buzahr Nascimento
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – SEINFRA

Waldir Martins Barbosa
Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza – SEMPS

Thyana Régila Oliveira Amaral
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – SECULT

Leomar Borges dos Santos
Valcy Evangelista da Silva
Secretaria Municipal de Reparação – SEMUR

Adriana Campelo Santana
Secretaria Municipal da Cidade Sustentável e Inovação – SECIS

Adriano Motta Gallo
Secretaria Municipal de Trabalho, Esportes e Lazer – SEMTEL

Lúcio Sérgio Garcia Mangieri
Secretaria Municipal de Manutenção da Cidade – SEMAN

Maria Auxiliadora Almeida Alves
Secretaria Municipal de Política para Mulheres, Infância e Juventude – SPMJ

Luiz Francisco Pereira
Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM

Luciana de Mello Borba Carneiro
Procuradoria Geral do Município – PGMS

Flávia Maria Ribeiro Guimarães
Ouvidoria Geral do Município – OGM

Simone dos Santos Andrade Silva
Controladoria Geral do Município – CGM

Marcílio de Souza Bastos
Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador – DESAL

Claudio Henrique Neri Mattez de Santana
Companhia de Governança Eletrônica de Salvador – COGEL

Danilo Gonçalves Sobrinho
Rosa Amália Mendes Campos
Empresa de Limpeza Urbana de Salvador – LIMPURB

Rodrigo Granja Cavalcanti
Empresa Salvador Turismo – SALTUR

Mariana Moreira Pereira Dias
Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF

Simone Miranda Silva Barros
Fundação Cidade Mãe – FCM

Silvia Maria Russo de Oliveira
Fundação Gregório de Mattos – FGM

Gustavo Machado Araújo
Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador – ARSAL

Fernando Pinto Coelho
Superintendência de Trânsito do Salvador – TRANSALVADOR

Rose Mary Machado Araújo
Superintendência de Obras Públicas do Salvador – SUCOP

Antonio Pereira Conceição Júnior
Diretoria Geral das Prefeituras-Bairro – DGPB

Vagner Ribeiro Santos
Diretoria Geral da Guarda Civil Municipal de Salvador – GCMS

Denise Fraga Andrade Moreira Pinto
Diretoria Geral da Defesa Civil – CODESAL

Risalva Fagundes Telles
Unidade de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência – UPCD

André Carvalho
Bruno Concha
Elias Dantas
Elvânia Sena
Inácio Teixeira
Jefferson Peixoto
Josemar Pereira
Marcelo Gandra
Max Haack
Valter Pontes

Fotógrafos



SALVADOR

PREFEITURA

PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL